



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NUCLEO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GUTHIÊRRE FERREIRA ARAÚJO

**A TRAJETÓRIA DA SUDENE, SUAS (RE)INVENÇÕES, NA
CONDUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ARACAJU – SERGIPE

2015

GUTHIËRRE FERREIRA ARAUJO

**A TRAJETÓRIA DA SUDENE, SUAS (RE)INVENÇÕES, NA
CONDUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como
pré-requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em
Geografia.

Orientação: Prof^a Dr^a Alexandrina Luz Conceição.

ARACAJU – SERGIPE

2015

GUTHIÊRRE FERREIRA ARAUJO

**A TRAJETÓRIA DA SUDENE, SUAS (RE)INVENÇÕES, NA CONDUÇÃO DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS, Como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Drº **Ciro de Oliveira Bezerra**
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
(Membro Externo)

ProfªDrª **Christiane Senhorinha Soares Campos**
Universidade Federal de Sergipe
(Membro Interno)

ProfªDrª **Alexandrina Luz Conceição**
Universidade Federal de Sergipe
Professora Orientadora – Presidente da Banca

Aracaju, 30 de Agosto de 2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Araújo, Guthiêrre Ferreira
A663a A trajetória da SUDENE, suas (re)invenções, na condução do
projeto de desenvolvimento regional / Guthierre Ferreira Araújo ;
orientador Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2015.
161 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2015.

1. Geografia. 2. SUDENE. 3. Planejamento regional. I.
Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:332.146.2

*O Fortuna
velut luna
statu variabilis,
semper crescis
aut decrescis;
vitae detestabilis
nunc obdurat
et tunc curat
ludo mentis aciem,
egestatem,
potestatem
dissolvit ut glaciem.¹*

*Carl Orff
Carmina Burana - O Fortuna, Imperatrix Mundi
1937*

¹Ó Sorte / és como a Lua / mutável, / sempre aumentas / e diminuis; / a detestável vida / ora oprime / e ora cura / para brincar com a mente; / a miséria, / o poder, / ela os funde como gelo. (Tradução Livre do Latim)

AGRADECIMENTOS

"O mais amplo do mundo, o conhecimento, o reconhecimento, a alegria deixada por um presente, como um suavíssimo cometa, tudo isso é muito mais cabem na extensão de uma palavra. Quando se diz obrigado, se dizem muitas coisas mais, que vêm de muito longe e de muito perto, de tão longe como de origem do indivíduo, de tão perto como o secreto pulsar do coração." PABLO NERUDA

A extensão dos esforços envolvidos nesta dissertação transcendem seu autor. Inúmeras pessoas foram parte importante nas ações que possibilitaram a realização dos estudos aqui condensados, de forma direta e indireta, amigos, professores, camaradas e amores forneceram um ambiente que possibilitou a realização das leituras e dos debates necessários a construção desta dissertação, gostaria de agradecer de forma singela e reconhecer estas contribuições.

A minha Orientadora Prof^aDr^a Alexandrina Luz, que durante estes últimos anos esteve presente, para além da orientação deste trabalho, como um porto seguro, demonstrando uma humanidade e sensibilidade aliadas a ensinamentos extremamente valiosos que poucas vezes encontrei dentro da universidade.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Estado, Capital Trabalho pelos debates e por me receberem de braços abertos neste novo lugar que adotei como lar, Shauane, Vanessa, Marcio, Leandro, Marcelo, Danilo, Maria, Lobão, Dayse, Ricardo, Eliany, Ana. Em especial a Michelle e Jordana pelas preocupações, auxílios, conversas e momentos.

Aos professores do Núcleo de Pós Graduação em Geografia - NPGeo pelos ensinamentos durante o tempo em que estive no programa e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa que tornou materialmente possível a realização dessa dissertação.

Aos professores que compuseram a banca examinadora na qualificação e na defesa. Prof^oDr^oChristiane Senhorinha Soares Campos obrigado pelas considerações e a atenção na leitura do trabalho, Prof^oDr^o Ciro de Oliveira Bezerra obrigado pelos ensinamentos durante toda a minha trajetória acadêmica e as inúmeras oportunidades que proporcionou para meu crescimento enquanto pesquisador e ser humano.

Aos amigos que permaneceram distantes, em especial a Shuellen pela disposição em ajudar quando necessário mesmo na correria do trabalho, Wibsson pelas

conversas intermináveis sobre minhas leituras e sonhos, sobretudo pelo ombro amigo nos momentos mais difíceis, Nanda pela cumplicidade e preocupação constante, Rojas pelas alegrias e pelo carinho, esse agradecimento é um misto de desculpas pela ausência em diversos momentos. Aos cearenses Jean, João Vitor e Raquel pelos preciosos momentos em que durante esses anos pude contar com o abraço sincero e a capacidade de me fazer esquecer os problemas. Aos amigos que fizeram a mesma migração, Raqueline e Phellipe por compartilharem a mesma saudade de casa e as experiências desta fase de nossas vidas.

Aos vários colegas e amigos com quem pude contar nestes momentos marcados por desafios e superação, saibam que sempre lembrarei de tudo.

Aos meus camaradas de militância que não me deixaram esquecer o mundo pelo qual lutamos.

Aos meus familiares, em especial meus pais, que nestes últimos anos vivenciaram de perto os momentos difíceis e me ajudaram a superar cada um deles.

RESUMO

Após a crise de 1929, com o fortalecimento das perspectivas keynesianas, se verifica um discurso onde o Estado se apresenta como um dos principais formuladores de políticas públicas de desenvolvimento, no Brasil um desdobramento desta perspectiva se materializa com a criação da SUDENE. Esta sempre se apresentou, principalmente na sua retórica - como uma instituição do Estado com a responsabilidade de coordenar o desenvolvimento. A presente Dissertação de Mestrado teve como objetivo analisar a trajetória da SUDENE e suas (re)invenções e discursos, na condução do projeto de desenvolvimento regional do Nordeste. Essa dissertação investiga como os projetos de desenvolvimento institucionalizados e assumidos pela SUDENE se diferenciam e/ou se estabelecem para a consolidação da via capitalista. Nossa pesquisa foi realizada a partir de dois recortes, o primeiro de 1959-1964, que representa os principais anos de funcionamento da organização, no qual as propostas desenvolvimentistas, impulsionadas na América Latina pela CEPAL, dentro da SUDENE se expressam com maior vigor. O segundo recorte abrange os anos de 2007-2013, que caracteriza os primeiros anos de consolidação e atuação da SUDENE após a sua refundação, neste período o discurso do “Neodesenvolvimentismo”, é apresentado como política econômica e traduz uma nova configuração na reprodução do capital onde a consumação da SUDENE atende as demandas do capitalismo neoliberal. A análise da SUDENE em distintas fases do capitalismo e suas imbricações na política estatal de desenvolvimento permite concluir que o Estado utiliza discursos ideológicos para viabilizar a mobilidade e a acumulação do capital na garantia do desenvolvimento desigual e combinado em diferenciadas escalas geográficas

PALAVRAS CHAVES: SUDENE. Estado. Política de Desenvolvimento. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

After the 1929 crisis, with the rising of Keynesian perspective, it's found a speech in which the State presents itself as one of the main public development policy makers, in Brazil an offshoot of this perspective is materialised with the creation of SUDENE. This one has always presented itself, especially in its rhetoric - as a State institution in charge of coordinating development. The present master's thesis aimed to analyse the trajectory of SUDENE and its (re)inventions and speeches, in the conduct of the Northeast regional development project. This thesis investigates how the discourses and development projects institutionalised and undertaken by SUDENE differentiate and/or are established to consolidate the capitalist road. Our research was carried out from two timelines, the first one of 1959-1964, which represents the main years of the organisation's operation, in which the developmental proposals, driven in Latin America by CEPAL, in SUDENE are expressed with greater vigor. The second timeline embraces the years of 2007-2013, which characterises the first years of SUDENE's consolidation and performance after its refounding, in this period the "neo-developmentism" discourse is presented as economic policy and translates a new configuration in the capital reproduction where the consummation of SUDENE meets the neoliberal capitalism demands. The analysis of SUDENE at different stages of capitalism and its imbrications on the development state policy shows that the State uses ideological discourses to enable the capital mobility and accumulation in the ensuring of an unequal and combined development in different geographical scales.

Key-Words:SUDENE; State; development policy; regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma – Constiuição do Conselho Deliberativo da SUDENE 1959	56
Figura 2 - Nordeste - Distribuição dos incentivos aprovados pela SUDENE 1960	72
Figura 3 - Nordeste - Distribuição dos incentivos aprovados pela SUDENE 1961	74
Figura 4 - Nordeste - Distribuição dos incentivos aprovados pela SUDENE 1962	83
Figura 5 - Nordeste - Distribuição dos incentivos aprovados pela SUDENE 1963	85
Figura 6 - Nordeste - Distribuição dos incentivos aprovados pela SUDENE 1964	49
Figura 7 - Organograma da Política de Desenvolvimento Regional 2003	102
Figura 8 - Organograma dos Objetivos e Estratégias da Política de Desenvolvimento Regional	103
Figura 9 - Organograma – Conselho Deliberativo da SUDENE 2007	110

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Indústria Têxtil em relação ao total das indústrias do Nordeste – 1958	77
Tabela 2 - Indústria Têxtil do Nordeste em Relação ao País	78
Tabela 3 - Distribuição das fábricas pesquisada, por estado, número de operários ocupados e algodão consumido	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Incentivos Aprovados 1960 -1959	68
Gráfico 2 - Modalidade dos Incentivos Aprovados pela SUDENE - 1960	70
Gráfico 3 - Tipo de Benefício Aprovado pela SUDENE – 1961	75
Gráfico 4 - Setores Beneficiados pela resoluções da SUDENE - 1961	76
Gráfico 5 - Número de Incentivos Aprovados pela SUDENE para a Indústria Têxtil - 1960 / 1964	80
Gráfico 6 - Setores Beneficiados pela resoluções da SUDENE - 1962	81
Gráfico 7 - Tipo de Benefício Aprovado pela SUDENE – 1962	82
Gráfico 8 - Tipo de Benefício Aprovado pela SUDENE – 1963	86
Gráfico 9 - Tipo de Benefício Aprovado pela SUDENE – 1964	87
Gráfico 10 - Evolução dos Indicadores Econômicos Nordeste 1960 – 2000	96

Lista de Siglas

ADENE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BIRD - BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

BNB - BANCO DO NORDESTE

BNDE - BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

BM - BANCO MUNDIAL

CHESF - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CODENO - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

EUA - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

GTDN – *GRUPO DE TRABALHO* PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE

ONU - *ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS*

PND – PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

PROCONDEL - PROJETO DE PRESERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO ACERVO PRODUZIDO PELO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

URSS - *UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS*

SUMARIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1 – AS BASES E CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE	19
1.1 - A CEPAL e o discurso do desenvolvimento na América Latina	19
1.2 O discurso do desenvolvimento e a funcionalidade do Estado na acumulação capitalista	32
1.3 As bases do planejamento para o desenvolvimento do Nordeste	38
1.4 O processo de surgimento da SUDENE	50
CAPITULO 2 - A TRAJETÓRIA DA SUDENE: ASCENSÃO E DECLÍNIO DE UM PROJETO DESENVOLVIMENTISTA	55
2.1 A SUDENE e o planejamento estatal no Nordeste brasileiro	55
2.1.1 A atuação da SUDENE de 1960 a 1964	67
2.1.2 Golpe de 1964 e o declínio da SUDENE	87
CAPÍTULO 3 - AS BASES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DA RECRIAÇÃO DA SUDENE	91
3.1 – As diretrizes da nova SUDENE	91
3.2 – O Neoliberalismo como norteador do política de desenvolvimento	104
3.3 – A recriação da SUDENE e a fragilidade do discurso do desenvolvimento	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	130
APENDICES	131

INTRODUÇÃO

Carl Off apresenta na ópera *Carmina Burana* a vida como algo mutável, a sorte aparece como uma alegoria que simboliza as constantes mudanças, nada se repete como antes, nada se mantém estático, a variação é algo constante. Em cada ato a mudança apresenta contradições, onde pares dialéticos se estabelecem: opressão e liberdade, miséria e riqueza conformando relações onde um está contido no outro e se sucedem no tempo nunca repetindo a mesma configuração.

Off se utiliza de alegorias para demonstrar, assim como Heráclito, que não podemos nos banhar nas mesmas águas duas vezes, a história não se repete. Off entende que a realidade vai além das aparências e de uma interpretação maniqueísta entre o bem e o mal, riqueza e pauperismo, castidade e lascívia. Admitirmos que a poética de Off nos apresenta indícios de uma perspectiva válida para analisarmos os discursos e os processos históricos que conformam as políticas de desenvolvimento. Estas se apresentaram na história recente de diversas formas, mas nunca de maneira idêntica, o caminhar histórico implicou sempre em mudanças qualitativas.

Com essa compreensão a presente dissertação de mestrado parte da análise dos discursos das políticas de desenvolvimento institucionalizadas e assumidas pelo Estado brasileiro e adotados pela SUDENE nos períodos de 1959-1964 e 2007-2013.

A década de 1950 significou a ascensão dos discursos desenvolvimentistas na América Latina. A criação da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, sua consolidação, e o fortalecimento de quadros teóricos espalhados por um amplo conjunto de países funcionou como forma de inserção direta das perspectivas desenvolvimentistas nas políticas elaboradas pelos Estados. Alia-se a isso os processos de consolidação de frações burguesas intimamente ligados ao Imperialismo Internacional dentro da América Latina.

Vinculada a ONU – Organização das Nações Unidas, a Cepal surge em 1948. Criada com a Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Comissão reuniu um escopo de intelectuais que formularam os princípios norteadores do discurso de desenvolvimento que vigorará na América Latina até meados de 1970.

As formulações de Raúl Plebisch dentro da CEPAL representaram o caráter impulsionador de um discurso desenvolvimentista dos países “*periféricos*” com uma formulação diferenciada. Compreendia que era necessário um processo de industrialização com substituição de importação, bem como outras medidas, adotadas, por meio de uma intervenção estatal planejada de inspiração keynesiana. Suas idéias atraíram inúmeros intelectuais que vivificaram em vários países da América Latina propostas econômico/políticas de condução ao desenvolvimento.

A SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi fundada em 1959. Sua trajetória exprime uma das principais experiências de planejamento regional no Brasil. Sendo de fato a primeira intervenção planejada na região Nordeste. A SUDENE ganhou sobremodo importância não só pelo seu pioneirismo, mas pelo papel político e econômico que cumpriu nessa região.

Após o Golpe de 1964 ocorre uma mudança na SUDENE, a perspectiva de desenvolvimento regional não alcança mais a amplitude e importância que adquiriu em outros períodos. Essa mudança política se expressa na centralização nacional do planejamento. Esse processo culmina em 2001 com sua extinção.

A refundação da SUDENE ocorreu em 2007, nesse percurso a Superintendência não é a mesma que em 1959, onde a sua existência mobilizou o apelo popular e o intenso debate junto a diversos setores da sociedade (FURTADO, 1985).

Nessa perspectiva foi nossa intenção analisar os vários discursos e os processos que configuraram a trajetória da SUDENE, em particular os discursos que anunciam o modelo de desenvolvimento implantado na região Nordeste pelo Estado brasileiro. A proposta do projeto de desenvolvimento não se apresenta como um tema inédito, sob várias perspectivas, diversos intelectuais, políticos, “movimentos sociais”, etc debruçaram-se sobre essa questão que resultou em uma ampla bibliografia repleta de polemicas e controvérsias. A SUDENE sempre se mostrou – pelo menos no discurso de sua retórica - como uma instituição do Estado com a responsabilidade de coordenar o desenvolvimento do Nordeste. Entendemos que, a existência da SUDENE não pode ser analisada deslocada dos processos da reprodução capitalista. As mudanças verificadas na forma ampliada da reprodução do capital implica diretamente no Projeto de Desenvolvimento que é formulado pelas instituições internacionais de controle do capital e assumidas pelo Estado brasileiro (CONCEIÇÃO, 2012).

Partindo do pressuposto que o Estado incorpora em suas políticas as necessidades da reprodução do capital de forma diferenciada no espaço, foi nosso objetivo analisar as diferentes representações assumidas pela SUDENE nos diferentes imperativos da lógica da acumulação do capital, nas diferentes escalas geográficas.

Focamos nossa análise de forma a priorizar dois recortes. Inicialmente priorizamos o período de 1959-1964, que representa os principais anos de funcionamento de sua organização. Nesse período estão concentrados os processos que culminaram com a institucionalização da SUDENE, seu fortalecimento no âmbito regional e nacional como instituição de planejamento regional. Foi no período de 1959-1964 que as propostas desenvolvimentistas dentro da SUDENE se expressam com maior vigor. Justamente o período que Celso Furtado está na coordenação dessa instituição. A atuação de Celso Furtado se apresenta como central no Brasil. Seu empenho como intelectual do Estado a serviço do desenvolvimento se expressa em sua plenitude nos anos anteriores ao Golpe Militar de 1964.

O segundo recorte temporal, 2007-2013, caracteriza os primeiros anos de consolidação e atuação da SUDENE após a sua refundação. Objetiva-se entender quais processos e discursos conduziram a refundação, quais as causas que consolidaram a proposta da sua retomada.

Este recorte deixa implícito o debate sobre o caráter das propostas de desenvolvimento expressas nos dois períodos. O primeiro está relacionado ao fortalecimento da perspectiva desenvolvimentista no Brasil. O segundo surge no momento onde se tenta consolidar uma perspectiva auto intitulada de “neodesenvolvimentismo”. Entretanto, para além dos neologismos é preciso diferenciar os momentos históricos e com isso diferenciar os processos de reprodução do capital.

Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo de forma simplificadora acabam por sintetizar dois momentos dessa instituição estatal, entretanto é preciso observar que:

A distância entre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo é proporcional ao fosso que separa duas épocas históricas radicalmente distintas. A economia política da Cepal representava a crítica da ordem e a

aposta na possibilidade de mudanças estruturais que criassem as condições objetivas e subjetivas para que se pudesse conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional. (...) A perspectiva desenvolvimentista supõe a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do *status quo*. Na sua visão de mundo, desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas. (SAMPAIO JR. 2012, p.685)

Refletir sobre o modelo de desenvolvimento nas etapas de institucionalização da SUDENE e como essas se diferenciam e/ou se aproximam para a consolidação da via capitalista consistiu a perspectiva da nossa dissertação de mestrado. Não se trata de estabelecer um comparativo entre períodos, mas entender as formas em que culminou a formação da SUDENE nas condições e distintas determinações. Este procedimento foi necessário numa tentativa de diferenciações destas duas SUDENE's, no seu objetivo institucional de promover o desenvolvimento no Nordeste em consonância com as necessidades e possibilidades diferenciadas da reprodução capitalista, como Off alerta nas suas alegorias, conformando relações distintas com o passar da história. Nessa representação a mesma instituição se apresenta de maneira distinta nos diferentes tempos históricos, cabe, portanto, questionar e entender as duas perspectivas diferenciadas de projetos de desenvolvimento, para capturar suas contradições. Não nos cabe apenas executar o exercício de descrição minuciosa dos fatos, mas desnudar as determinações que se encontram na aparência, na superficialidade dos fatos.

O método adotado do materialismo dialético não entende as concepções e discursos de desenvolvimento como formas deslocadas da produção material da vida dos sujeitos, mas permeadas por uma série de múltiplas determinações presentes na realidade. Portanto, foi nosso objetivo, refletir as determinações e suas repercussões nos discursos, bem como, analisar as contradições engendradas no contexto do movimento histórico.

Buscamos refletir sobre as relações que se estabelecem entre a atuação estatal e o fortalecimento do capitalismo como projeto de desenvolvimento, através das Políticas Públicas componentes da institucionalização da SUDENE.

Os documentos produzidos pelos organismos internacionais, nos dois contextos históricos forneceram contribuições analíticas das projeções dos projetos hegemônicos de desenvolvimento, sua articulação com o Estado e o objetivo para a

manutenção da acumulação capitalista. O estudo documental se apresenta como uma possibilidade de acessar os discursos e as mentalidades presentes dos que os produziram. Os materiais impressos forneceram elementos importantes para identificar e entender as contradições de cada momento histórico. Os documentos e textos produzidos no processo de implantação das políticas de desenvolvimento pelos governos, instituições internacionais e teóricos indicaram possibilidade de análise dos discursos e das intencionalidades que se estabeleceram (SANTOS, 2012).

Foi ponto de partida o estudo intenso sobre a CEPAL e os debates que subsidiaram a concepção de desenvolvimento para a América Latina, após a metade do século XX. A análise dos estudos realizados por essa instituição, bem como os debates travados contra os modelos clássicos de desenvolvimento sinalizam o entendimento dos pressupostos teóricos que cimentaram uma concepção de desenvolvimento que no Brasil teve na SUDENE uma de suas expressões.

A SUDENE em todos os momentos de sua existência assume como principal tarefa o estímulo ao desenvolvimento da região Nordeste. Cabe compreender o desenvolvimento para além do debate realizado pela Superintendência. Compreender as contradições do modelo e do discurso do desenvolvimento proposto e verificar suas relações com o contexto em escala regional/nacional e mundial do processo de acumulação capitalista.

O CODENO mesmo antes da criação da SUDENE possuiu um papel central para a estruturação e funcionamento da SUDENE. Sua importância é tanto que os próprios governadores dos estados nordestinos eram chamados como participantes com direito igual a voto. Analisamos as Atas de suas reuniões, em termos documentais. A análise das Atas do Conselho Deliberativo nas suas mais diversas composições se configura como uma das mais ricas fontes de informações, nestas estão contidas deliberações e avaliações de projetos planejados e executados. O levantamento documental em instituições que estariam ligados diretamente a SUDENE, DNOCS, Ministério da Integração, Acervo do Congresso Nacional, entre outros, possibilitaram o acesso a inúmeras informações e documentos que ajudaram a recontar a história de maneira a possibilitar a análise dos fatos, como a metodologia adotada explicita. A pesquisa documental contou com a catalogação e sistematização de resoluções e pareceres no período que vai de 1959 – 1964, foram mais de 1600 documentos disponíveis pelo projeto de preservação e

disponibilização do acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da SUDENE – CONDEL, estas informações foram de extrema importância para a análise das ações desenvolvidas pela SUDENE no período.

Foi realizada uma análise documental dos projetos e discursos do processo de institucionalização da SUDENE nos últimos anos. Para isso retomamos a análise documental de projetos, planejamentos, leis e resoluções que instituem e coordenam as diretrizes da nova configuração da Superintendência. Nosso estudo prezou por um diálogo entre a análise documental e a análise teórica, relacionando sempre as fases do capitalismo e os projetos de desenvolvimento, ressaltadas as especificidades e destacando tendências.

Para apresentarmos nossa proposição estruturamos a presente Dissertação em três Capítulos, além dessa Introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo: “As Bases e Consolidação de um Modelo de Desenvolvimento no Nordeste” reflete sobre as formas de reestruturação do discurso de desenvolvimento na América Latina na década de 1950, apresentando a CEPAL como uma instituição responsável pela formulação do discurso do desenvolvimento sob a base do capitalismo monopolista, e da centralidade do capital, verificamos como o Estado está imbricado ao funcionamento sócio metabólico do capital que por sua vez configurou a política de desenvolvimento elaborada para o Nordeste brasileiro, e por fim, abordamos como este processo culminou com o surgimento da SUDENE.

No segundo capítulo: A Trajetória da Sudene: Ascensão e Declínio de um Projeto Desenvolvimentista, analisamos o processo da institucionalização da SUDENE bem como sua ascensão e seu declínio, durante o período de 1959 a 1964. O surgimento da SUDENE e o discurso de planejamento são apresentados por uma série de Documentos históricos da Superintendência. Ainda neste capítulo, realizamos o estudo das Atas e das Resoluções identificando as ações e os discursos e sua articulação com o Projeto de Desenvolvimento para a acumulação capitalista.

O terceiro e último capítulo: As Bases Políticas e Ideológicas da Recriação da Sudene aborda as bases políticas e ideológicas que culminaram na (re)fundação da SUDENE em 2007. Pretendeu-se neste capítulo apresentar o discurso de desenvolvimento que se institui pelo Estado e o ponto de fricção entre esta política e a fase neoliberal do capitalismo. Foi também analisado o discurso dos Documentos que estabeleceram as diretrizes que balizaram a (re)fundação da SUDENE.

Com essa estruturação foi nosso objetivo demonstrar as imbricações existentes da política de desenvolvimento em conexão com o movimento dialético contraditório do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que permite compreender que a mudança no modelo de acumulação estabelece mudanças no discurso e no modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado.

CAPITULO 1 – AS BASES E CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE

1.1 - A CEPAL e o discurso do desenvolvimento na América Latina

Ao final da década de 1940, o pós-guerra abriu inúmeras possibilidades para os países considerados subdesenvolvidos, na América Latina e principalmente o Brasil. Gestava-se uma confluência de ideias em torno da criação de um instrumento para pesquisar, estudar e elaborar as causas que dificultavam o crescimento econômico dos países latinos, como também propor soluções.

O fim da segunda Guerra Mundial significou a adoção de uma política econômica por parte dos EUA que consistia na expansão dos fluxos de comércio e na eliminação das barreiras tarifárias. Esse fato significou a adoção em larga medida de políticas liberais em toda a América Latina. As conferências de Breton Woods (1944) e Ryw (1944) e Chapultepec (1945) dão a tônica do processo econômico do pós-guerra. O estímulo “as vantagens comparativas” que cada país teria dentro do mercado internacional era a principal formulação econômica, o liberalismo (GONÇALVES, 2011).

As disputas internacionais pelos mercados e a monopolização da economia em escala mundial orientou a intervenção dos países imperialistas por meios das organizações como a ONU e o FMI. Estas estipulavam o desenvolvimento como principal tarefa dos países periféricos. Por meio de receituários e uma forte construção ideológica que postulava o desenvolvimento como condição única para a melhoria de vida.

A década de 1950 foi marcada por uma conjuntura que apresentava elementos vistos como propícios ao crescimento, Cardoso e Faletto (2010) enumeram os seguintes: Mercado interno apto ao consumo de produtos industrializados; bases industriais formadas lentamente em cerca de 80 anos centrada em indústrias de bens de consumo; uma fonte de divisas robusta estimulada pela produção agropecuária e mineira; estímulos ao crescimento advindo do mercado externo; formação de capitais em taxas satisfatórias. Os autores comentam que a doutrina econômica hegemônica pregava que a política de desenvolvimento deveria ser pautada por inovação tecnológica para aumentar a

produtividade e uma política de inversões comandada pelo Estado a fim de melhorar a infraestrutura.

As condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar decisões de política econômica que a situação requeresse. (...) o passo seguinte consistiria na criação de instituições públicas para fomentar o desenvolvimento segundo as novas ideias e alcançar uma redefinição das expectativas e do comportamento dos encarregados de tais decisões na burocracia estatal.

O fortalecimento e a modernização do Estado pareciam os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento efetiva e eficaz. Tanto foi assim que os economistas latino-americanos tiveram que realçar o aspecto político de suas posições, voltando conceptualmente (sic) à economia política. (CARDOSO E FALETTO, 2010, p. 19- 20)

Prebisch (1949) questiona o núcleo das análises econômicas hegemônicas do desenvolvimento na América Latina, que apontavam um esquema fundado nas vantagens comparativas:

En ese esquema a la América Latina venía a corresponderle, como parte de la periferia del sistema económico mundial, el papel específico de producir alimentos y materias primas para los grandes centros industriales. No tenía allí cabida la industrialización de los países nuevos. Los hechos la están imponiendo, sin embargo. (1949, p. 5)

Essa premissa estaria relacionada a um raciocínio que identifica nos intercâmbios internacionais uma divisão equitativa dos frutos do progresso, seja pela baixa dos preços, seja pela alta equivalente da remuneração. Prebisch aponta que este para esse tipo de pensamento não existe nenhum motivo para se alterar o foco na produção de matérias primárias para a produção industrial.

La falla de esta premisa consiste en atribuir carácter general a lo que es muy circunscrito. Si por colectividad sólo se entiende el conjunto de los grandes países industriales, es bien cierto que el fruto del progreso técnico se distribuye gradualmente entre todos los grupos y clases sociales. Pero si el concepto de colectividad también se extiende a la periferia de la economía mundial, aquella generalización lleva consigo un grave error. Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países. De ahí las diferencias, tan acentuadas, en los niveles de vida de las masas de éstos y de aquélla, y las notorias discrepancias entre sus respectivas fuerzas de capitalización, puesto que el

Raúl Prebisch (1949) resgata a importância da industrialização para os países periféricos, esta seria o “único medio de que [os países periféricos] disponen” para alcançar melhores níveis de vida e usufruir das benesses do progresso.

Não existe no pensamento de Raúl Presbich uma recusa a produção primária e ao comércio exterior, pelo contrário, a industrialização e o progresso técnico para o autor caminham em conjunto com a produção primária e o comércio exterior, sendo esses utilizados como forma de obtenção de bens de capital para desenvolver as industrializações e a renovação do aparato técnico.

Em meio a esse debate surge entre os Países da América Latina uma organização de governos e instituições que passaram a buscar investimentos e mecanismo de proteção e estímulo ao fortalecimento da indústria, ganhando força nos setores votados para o desenvolvimento industrial. Uma das iniciativas que partilhava dessa efervescência foi o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) em 1947, onde os países da América Latina cobravam dos EUA programas de auxílio semelhantes aos implantados na reconstrução da Europa (Plano Marshall), auxílio esse negado. O plano das instituições internacionais nesse mesmo ano o embaixador do Chile na ONU formalizou o pedido para a criação de uma Comissão Econômica para a América Latina. Automaticamente todos aos países da América Latina endossaram a proposta cujo o objetivo seria estimular a indústria e alavancar a renovação do maquinário industrial. (GONÇALVES, 2011)

O governo brasileiro viu na criação da CEPAL uma possibilidade de se discutir propostas para o seu reequipamento industrial, fator tido pelo governo brasileiro como essencial para alavancar o ritmo de desenvolvimento no país. A proposta de criação da CEPAL em 1947 foi recebida pelos representantes brasileiros com muito entusiasmo. (GONÇALVES, 2011)

A proposta de criação da CEPAL sofreu oposição dos principais países industrializados: EUA, Canadá, Grã-Bretanha e URSS foram enfáticos ao defender que a comissão não seria necessária. Mas, apesar da oposição a CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, fazia parte da comissão além de todos os países da América Latina, os EUA, Grã-Bretanha, Holanda e França (por possuírem domínio de territórios na região).

A partir de 1950, sob a supervisão do argentino Raúl Prebisch, as formulações da CEPAL ficaram famosas por explorar uma explicação diferenciada, para o subdesenvolvimento da região. O texto que Raúl Prebisch lança em 1949 “**O desenvolvimento econômico na América Latina, alguns de seus aspectos principais**”, serviu como base para o desenrolar de uma série de debates que abordam elementos novos e retóricos dos órgãos internacionais.

A importância das reflexões de Raúl Prebisch reside em um núcleo de ideias que centralizaram a caminhada da CEPAL. Tais reflexões inauguram no âmbito da América Latina a perspectiva de formular projetos de desenvolvimentos diferenciados, que até então eram elaborados pelos organismos.

Bielschowsky (2000) em seu estudo sobre as correntes do pensamento econômico brasileiro identifica um grupo de pensadores que foram estimulados pelas ideias da CEPAL alinhados a um discurso desenvolvimentista. Conforme o autor, entende-se por desenvolvimentismo a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida por projeto econômico que é composto dos seguintes fundamentos: Industrialização como via de superação do subdesenvolvimento; necessidade de interferência estatal e planejamento para se alcançar a industrialização; planejamento como instrumento definidor de mecanismos e setores econômicos a serem expandidos; estado como instrumento de captação, execução, orientação e definição de investimentos em setores onde a iniciativa privada seja insuficiente.

O conceito de **centro-periferia** é algo presente em vários textos de Raúl Prebisch, Celso Furtado e outros teóricos vinculados a CEPAL. Prebisch desenvolve seu fundamento na tentativa de explicar que a distribuição de ganhos em escala mundial segue diferenças estabelecidas através do progresso técnico de cada país e sua posição na divisão internacional do trabalho. As economias centrais atingiram um progresso técnico industrial parcialmente homogêneo em seus setores produtivos, já a periferia manteve-se como principal setor produtivo a produção primária onde o progresso técnico estaria presente somente em alguns setores. Esse processo provocaria à valorização da produção central em detrimento a produção periférica.

A “teoria das vantagens comparativas” de David Ricardo¹ é questionada por Prebisch (1949) que acreditava que a industrialização e o desenvolvimento técnico da produção eram a saída para o desenvolvimento nos países periféricos.

Para Bielschowsky (2000), a análise econômica desenvolvida pela CEPAL diagnosticava um processo de deterioração dos meios de troca. Os níveis técnicos diferenciados entre os países do centro e da periferia implicavam diretamente na transferência de ganhos por meio da produtividade. Os países da periferia transferem, assim, seus ganhos para os países do centro por meio das trocas internacionais. A divisão internacional do trabalho ainda amplia essa transferência a partir do momento em que os países centrais tendem a diminuir a importação de produtos primários (principal produto das regiões periféricas) com a constante introdução de técnicas produtivas avançadas que poupam insumos.

Furtado (1979) elucida que a revolução industrial significou uma mudança qualitativa na economia mundial, condicionando o desenvolvimento em todas as regiões da terra. Este processo assumiu três direções distintas. A primeira significou a desarticulação das economias artesanais pré-capitalistas e absorção dos fatores liberados com desenvolvimento de alta produtividade assegurando um progresso técnico que deu flexibilidade ao sistema econômico. Esse processo caracterizou os acontecimentos dentro da própria Europa Ocidental, articulando uma oferta de bens de capital significativa e uma distribuição de renda que se cristalizou.

A expansão da indústria europeia para além das fronteiras da Europa deslocando capitais, mão-de-obra e técnica, figura como a segunda direção. Essa expansão não difere em essência da que já havia ocorrido dentro da Europa, países como Estados Unidos, Canadá e Austrália se apresentam como prolongamentos da economia industrial europeia. Essas economias por possuírem recursos naturais em abundância e importarem as técnicas e hábitos de consumo da parcela mais avançada da Europa alcançaram rapidamente níveis de desenvolvimento econômico comparáveis aos países europeus (FURTADO, 1979).

A terceira direção que o desenvolvimento seguiu diz respeito a expansão da economia industrial europeia sobre territórios já ocupados e densamente povoados com sistemas econômicos seculares de base pré-capitalista. Nesses territórios a

¹ A teoria clássica de David Ricardo afirmava que os países periféricos deveriam continuar se especializando na produção de matérias primas, visto que o desenvolvimento produtivo dentro das relações internacionais de troca era equacionado entre os países.

relação e os efeitos desencadeados pelo contato de distintos sistemas econômicos são as mais diversas.

A característica básica seria o surgimento de **estruturas dualistas**, buscando a maximização dos lucros através da adoção de formas modernas de consumo e mantendo uma parcela dentro da forma pré-capitalistas de produção. Seria neste tipo de estrutura econômica que reside as bases para o surgimento do subdesenvolvimento (FURTADO, 1979).

Furtado (1979) afirma que o conceito de dualismo é usado no sentido de explicar no subdesenvolvimento as relações de coexistência do modo de produção capitalista com outros modos de produção, como o caso da agricultura de subsistências e outras formas artesanais de produção.

Nesse bojo, o autor considera que o estudo do dualismo permite entender as interdependências que existem entre as diferentes formas produtivas dentro do subdesenvolvimento. E alerta que não seria a superação do dualismo a superação do subdesenvolvimento, pois os mecanismos relacionados ao mercado internacional pressionam no sentido de reter lucros no exterior. A superação parcial do subdesenvolvimento estaria ligada na capacidade de ascensão coletiva e de autonomia nas decisões sobre lucros gerados pelo sistema produtivo.

A caracterização que Celso Furtado (1979) faz tem por base demonstrar o subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo, não como uma etapa de um processo linear por onde as economias necessariamente teriam que passar. Ele é uma situação peculiar provocada no processo de expansão das economias capitalistas com o objetivo de utilização de recursos e mão-de-obra em áreas onde predominavam sistemas econômicos pré-capitalistas. Seria, portanto importante entender estas características peculiares que formaram as bases das economias subdesenvolvidas para compreender seu funcionamento.

Segundo o autor, o sucesso do crescimento econômico díspare entre economias centrais e periféricas reside no aumento da produtividade e na difusão deste. Esta, ao se difundir de forma irregular na estrutura produtiva dos países, provoca uma disparidade na elevação da produtividade e, conseqüentemente, na apropriação da riqueza.

Assim sendo, os países industrializados que possuíssem um desenvolvimento técnico superior difundiriam as inovações de forma equivalente, isso provocaria o desenvolvimento social por toda a sociedade. Enquanto os países periféricos

concentrariam as poucas inovações no setor primário fortalecendo o setor mais atrasado e concentrando os benefícios para poucos. Sendo assim o subdesenvolvimento seria fruto das relações desiguais entre os países, ou seja, só o fortalecimento da base industrial dos países pobres poderia garantir a alteração desta condição (FURTADO, 1979).

Para Prebisch (1949) as inversões estrangeiras são importantes para o crescimento da economia, no entanto, elas devem estar deslocadas para setores que aumentem a produtividade e diminuam a necessidade de importação de dólares. A elevação de capital por homem empregado nos países periféricos possibilitaria a melhoria da qualidade de vida das massas.

Furtado (2009) afirmava que na economia liberal do *laissez-faire*, a política econômica tinha por objetivo “assegurar o livre funcionamento das forças de mercado”, ou seja, o mínimo de interferência era preconizado com a finalidade de se privilegiar a espontaneidade do mercado e seus mecanismos autocorretores.

Para Celso Furtado e Raul Prebisch, o desenvolvimento do capitalismo e a concentração econômica, demonstraram que tais mecanismos eram insuficientes para resolver as crises geradas e com elas os custos sociais.

Dias (2009) observa que após o fracasso das fórmulas e modelos do pensamento tradicional econômico em vários países, inúmeros teóricos foram animados pela formulação de Raúl Prebisch. O aumento das disparidades de crescimento em escala internacional e aprofundamento dos abismos de desigualdade bem, com a crise do *laissez-faire*, e sua impotência diante das crises cíclicas são os elementos de desgaste das antigas formulações. O arcabouço explicativo original para o subdesenvolvimento atraem a atenção de inúmeros economistas do continente, que encontram na CEPAL um ambiente propício a gestação de novas ideias.

Não foi, entretanto, por mero capricho intelectual que os pesquisadores da agência da ONU para a América Latina chegaram a constituir uma escola própria de pensamento, ao contrário, seu surgimento se deu, em boa medida, por razões práticas. Ao procurar entender e equacionar as graves distorções macro-econômicas que assolavam os países da região, os autores cepalinos se depararam com os limites teóricos e metodológicos da ciência econômica convencional: com seu falso sentido de universalidade, abstrata, a-histórica, e além do mais, moldada no contexto econômico e social dos países ricos e industrializados (DIAS, 2009, p. 18).

Esses pesquisadores entendiam que somente aplicar os modelos dos países desenvolvidos não bastava, era necessário ir além. Fazia-se necessário a construção de um arcabouço autônomo, vinculado às especificidades dos países de capitalismo periférico, trazendo à tona as nuances locais/regionais. (DIAS, 2009)

A política econômica nos países altamente desenvolvidos objetivava atingir o pleno emprego, nesse sentido, uma economia política orientada a execução de modelos macroeconômicos estaria, de acordo com esse objetivo, ao demonstrar que o problema estaria na insuficiência de demanda efetiva, dotando o Estado de importância no comando do sistema econômico.

Essa mesma política fomenta uma “crônica escassez de mão-de-obra” que por sua vez pressiona pela elevação dos salários e, conseqüentemente, uma política consciente de investimento em inovações tecnológicas a fim de economizar a força de trabalho e aumentar os lucros. Ou seja: “a política econômica traz implícita outra política de desenvolvimento”. Isso possibilitou nos países da América Latina uma racionalização onde apesar da importância do estado na economia não se fazia necessário um rompimento frontal com as aceções que pregavam os automatismo e o equilíbrio. (FURTADO, 2009)

Furtado (2009) afirma que tal política adotada nos países altamente desenvolvidos não servia para os subdesenvolvidos. Pois em face da sua estrutura pouco diferenciada uma atuação simplesmente quantitativa não seria suficiente, mudanças qualitativas seriam centrais, e estas não ocorreriam como causa automática de mudanças quantitativas. A exemplo da agricultura, que não mudaria sua estrutura só em decorrência da capitalização e do avanço técnico. Considerava o autor que a política adotada pelos países desenvolvidos ignora fatores que são próprios aos países subdesenvolvidos, requerendo assim a elaboração de políticas econômicas comprometidas com a resolução de problemas estruturais.

A CEPAL no esforço de criação de uma proposta nova, fundamentada na realidade dos países periféricos adota uma perspectiva estruturalista, que se expressa na formação da escola estruturalista latino-americana. Furtado em texto publicado na Revista de Economia Política de 1989 define o estruturalismo da CEPAL da seguinte forma:

A visão global derivada da História, ao apoiar-se no conceito de sistema de forças produtivas, conduziu ao enfoque que viria a ser chamado de

"estruturalista". Este não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação básica consistiu em privilegiar o eixo das sincronias na análise social, o que a levou a construir uma sintaxe das disparidades nas organizações sociais. O nosso estruturalismo, surgido nos anos 50, empenhou-se em destacar a importância dos parâmetros não econômicos introduzidos nos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, que se definem e evoluem num contexto histórico, não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos de seu quadro histórico. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas. [...] Como fatores "não econômicos" [...] integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, ao dar ênfase ao estudo de tais parâmetros fomos chamados de estruturalistas. Em certo sentido, os estruturalistas latino-americanos retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio de compreender o comportamento dos agentes econômicos (FURTADO, 1990 p. 170).

De acordo com Mallorquin (1998), ao escrever sobre a influência do marxismo no estruturalismo cepalino, Celso Furtado vai afirmar que a ideia de estruturas tem inspiração direta nos escritos marxistas. As estruturas sociais descreveriam o comportamento das variáveis econômicas.

Para Dias (2009) a perspectiva estruturalista apresentada pelos teóricos da CEPAL demonstrava que os problemas relativos ao desenvolvimento dos países periféricos estavam relacionados a problemas em suas estruturas produtivas e não por fatores monetários e/ou fiscais como defendiam os monetaristas.

Entendia-se que o rompimento com o atraso se daria pela busca da industrialização. Para superar os patamares de subordinação na divisão internacional do trabalho era preciso modificar a centralidade agroexportadora e substituí-la por uma economia industrializada moderna com protecionismo (PREBISCH, 1949).

A resposta preconizada implicava numa transferência de mão de obra de setores como a agricultura e alocação em setores industriais que permitiriam um aumento na produtividade e uma melhor remuneração da mão de obra, elevando a renda dos habitantes dos países periféricos.

Conforme Furtado, caso essa estrutura produtiva não se alterasse a diferença de desenvolvimento entre os países centrais e periféricos seria cada vez maior, perpetuando uma relação de centro-periferia e subdesenvolvimento. A proposta Cepalina entendeu o subdesenvolvimento não como uma etapa necessária,

masumadecorrência lógica da relação centro-periferia que deveria ser rompida a partir da própria periferia. (Furtado, 1985)

GONÇALVES (2011) sintetiza estas ideias nos seguintes pontos:

[...] (a) a divisão da economia mundial em centro (países desenvolvidos) e periferia (países em desenvolvimento), com a constatação de que (a.1) o processo de industrialização e crescimento econômico não é linear nem contínuo, e, de que (a.2) a divisão internacional do trabalho resultava num distanciamento crescente entre centro e periferia, uma vez que esta só exportava produtos de baixo valor agregado, o que causava redução dos termos de troca para esses países; (b) a heterogeneidade da estrutura econômica da periferia, isto é, a existência de ramos produtivos de alta e baixa produtividade, estando os primeiros geralmente ligados a produtos de exportação, e os últimos, à agricultura para o mercado interno; e (c) o papel-chave a ser desempenhado pelo setor público no processo de industrialização dos países da periferia, visto que investimentos externos tinham como contrapartida remessas de lucros ao exterior. A industrialização não era, para Prebisch, uma opção, mas, sim, um processo imperativo para que se reduzisse a queda dos termos de troca e, conseqüentemente, a dicotomia centro-periferia (p.34-35).

Melo (1982) destaca que a tese do subdesenvolvimento concentrava atenção na deteriorização dos meios de troca. Partia-se do pressuposto que a especificidade da industrialização que ocorria na América Latina era por si só problemática, a partir do momento que mantém um caráter periférico. O desenvolvimento mundial reflete um descompasso entre as técnicas produtivas presentes nas nações desenvolvidas no centro e a baixa poupança dos países periféricos. Quando comparada a poupança da América Latina com o progresso técnico encontrado nos países centrais, a relação demonstra como essa ainda é escassa.

Outro ponto que tencionava no processo de subdesenvolvimento seria a baixa demanda, resultante dos baixos salários, existente nas sociedades latino americanas, mesmo com altas taxas populacionais. Essa demanda relativamente pequena influenciaria a não incorporação do progresso técnico na produção. A própria incorporação técnica nos países periféricos, ao contrário do que acontecia nos países centrais, onde ao gerar desemprego absorve os trabalhadores em novas indústrias de bens de capital, gerando altas taxas de desemprego pela ausência de indústrias de capital, e causando um processo que gera demanda nos países centrais onde essas indústrias se localizam.

Todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina

é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma “situação periférica” (MELLO, 1982, p. 20).

A crítica de Cardoso e Faletto (2010) aos teóricos da CEPAL centra no argumento que os fatores econômicos não poderiam por si só serem suficientes por isso que as previsões não foram acertadas. Faltava a economia política da Cepal abordar todos os condicionamentos políticos e sociais. A obra dos dois autores busca demonstrar que as especificidades de economias que foram forjadas de forma diferenciada do capitalismo clássico encontra no elemento da dependência um traço histórico importante a ser considerado.

Em sua crítica às formulações vinculadas a CEPAL Cardoso e Faletto (2010) afirmam que para entender o processo de desenvolvimento não basta trocar a análise econômica pela sociológica, não se avançaria nos resultados. O processo de desenvolvimento é algo integrado, o mais simples processo econômico demonstra os aspectos das relações sociais existentes.

Cardoso e Faletto (2010) exemplificam tal afirmação demonstrando que elementos sociais, como o elevado índice de sindicalização na América Latina, influenciaram em processos econômicos, como o estabelecimento dos salários. Destacam que essa influência se deu de forma diferenciada dos países “desenvolvimento originário”. Além disso, a urbanização foi consolidada antes de um processo de industrialização, este fato ampliou a difusão de comportamentos que estimulavam a participação política das massas, as dotando de um papel político importante, acentuando as reivindicações populares.

Para a análise global do desenvolvimento não é suficiente, entretanto, agregar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a compreensão dos “fatores sociais”, entendidos estes como novas variáveis de tipo estrutural. Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectiva: por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre grupos e classes e os movimentos sociais que “põem em marcha” as sociedades em desenvolvimento. Requer-se, portanto, e isso é fundamental, uma perspectiva que, ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os moveis dos movimentos sociais – objetivos, valores, ideologias -, analise aquelas e estes em suas relações e determinações recíprocas (CARDOSO E FALETTTO, 2010, p. 33).

Para os autores em contraposição as formulações da CEPAL o desenvolvimento é entendido como a resultante da interação de classes sociais e grupos, estabelecendo relações que lhe são próprias, estabelecendo interesses e valores diferenciados. O processo de oposição, conciliação e superação destes a medida com que as classes e grupos vão impondo seus interesses configuram estas interações.

Ao se referir as limitações da concepção cepalina Cardoso e Faletto (2010) indicam que o conceito de desenvolvimento usado de forma usual refere-se a características de estruturas econômicas, onde existe o predomínio do setor primário, forte concentração de renda, um sistema produtivo pouco diferenciado e um predomínio do mercado externo sobre o interno. Para os autores, estes elementos desconsideravam especificidades históricas que constituíram estruturas econômicas e graus produtivos diversos e que ocupavam posições diversas dentro da estrutura global, onde a mera diferenciação, por meio de etapas ou estágios do sistema produtivo, se mostram insuficientes para compreensão.

Neste sentido Cardoso e Faletto (2010) concluem que a situação de dependência explicaria a realidade de forma mais detalhada

Em face da argumentação apresentada, o esquema de “economias centrais” e economias periféricas” pode parecer mais rico de significação social que o esquema de economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas. Nele pode-se incorporar de imediato a noção de desigualdade de posições e de funções dentro de uma mesma estrutura de produção global. Entretanto, não seria suficiente nem correto propor a substituição dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento pelos de economia central e economia periférica ou – como se fossem uma síntese de ambos – pelos de economias autônomas e economias dependentes. (...) A noção de dependência alude diretamente as condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de, como vimos, isso implicar algumas “conseqüências” sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e de consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial, etc.) (p. 39-40).

Através da participação na CEPAL e em diversos espaços e instituições públicas a intervenção de Celso Furtado dentro da economia brasileira fortalecerá na década de 1950 um discurso conhecido como desenvolvimentista. Sampaio Jr. (2012, p.673) afirma que este discurso se funda em pressupostos onde o estímulo a

expansão das forças produtivas estaria ligado à “solução dos problemas essenciais da população”. Para tal “acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional” não são somente termos inscritos na retórica de seus entusiastas, mas elementos essenciais do projeto de um estado nacional “desenvolvido”.

Sampaio Jr. (2012) ao refletir sobre os pressupostos desse discurso demonstra duas especificidades dos países periféricos – mais especificamente latino americanos – a situação de dependência externa e a desigualdade entre as classes devem ser considerados como pressupostos dentro da formulação das propostas filiadas a esta perspectiva. Elementos estes que, se não combatidos, ameaçam a economia nacional.

1.2 O discurso do desenvolvimento e a funcionalidade do Estado na acumulação capitalista

O discurso de desenvolvimento reproduzido em cada fase do capitalismo, pelo Estado e pela ideologia dominante, carrega em seus pressupostos elementos que condizem com as necessidades do capital e da acumulação. Enquanto a fase concorrencial foi marcada pela industrialização de só algumas nações e políticas econômicas distintas, entre estas tendo como principal característica a circulação de mercadoria, o capitalismo em sua fase monopolista significou a centralização e a imbricação entre capital industrial e bancário, a exportação de capitais surge como parte central deste processo, como também a presença das corporações (GAMA, 2010).

Enquanto na fase concorrencial a falência de empresas em específico, não trazia grandes consequências para o Estado, na fase monopolista a imbricação da economia nacional está ligada ao destino das corporações e suas indústrias. O Estado passa então a atuar de forma mais direta para salvaguardar os lucros, sendo o protecionismo e o estímulo a expansão as principais formas de intervenção (GAMA, 2010).

Gama (2010) ressalta que na fase monopolista do capitalismo a tendência do subconsumo nos países centrais foi contornada inicialmente através do crescimento populacional, entretanto, a limitação deste mecanismo ao patamar

nacional colocou a necessidade da expansão das indústrias para outros países do globo. O processo de expansão, para ser assegurado, contou com a intervenção do Estado como um mecanismo de contratendência do subconsumo. O Estado aparece como um mecanismo para assegurar as condições sociais nacionais, como também para auxiliar na expansão monopolista do capital sobre outros países.

Cabe refletir nesse sentido que a atuação do Estado não se manifesta somente através do aparelho do estado-nação. Após a Segunda Guerra Mundial uma série de instituições de caráter internacional surge com o objetivo de atuar como correia de transmissão dos desígnios da expansão do capitalismo.

Instituições financeiras como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento -BRID, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI, surgiram no processo de expansão do capitalismo e da necessidade de instituições que pudessem atuar de forma supranacional, com base a desenvolver modelos e ajustes que facilitariam a disseminação e a mobilidade dos capitais para países periféricos, onde a taxa lucro poderia ser expandida. Em conjunto com isso, o surgimento da ONU, apesar do discurso de preservação da paz e diálogo entre as nações, tinha claros objetivos econômicos ao definir Comissões para negociações de comércio internacional e promoção de desenvolvimento.

Entender as formulações destes organismos como extensões da atuação dos estadosnacionais, mais especificamente, dos estados nacionais dos países centrais, a fim de coordenar processos de expansão e dominação sob os países com base nas necessidades do capitalismo em sua fase monopolista.

Os Monopólios e Oligopólios são instituições que comandam a economia mundial. Originadas no seio dos países centrais do capitalismo, ou como mormente refere-se Baran², países avançados, essas instituições concentram e centralizam enormes somas de capitais. A despeito de pouco utilizarem esse prodigioso excedente econômico na continuidade do processo de acumulação de capital, não deixam de expandir-se. O desembarcadouro dos investimentos são a economias pouco desenvolvidas ou atrasadas. Para isso, contam com o indispensável apoio do Estado, através de diversas formas de empréstimos, força militar para garantia de investimentos no exterior, provisão de infraestrutura básica para atividades econômicas etc... (GAMA, 2010, p. 58).

O desenvolvimento dos meios de transporte possibilitou que a localização produtiva se distanciasse dos elementos naturais. As afirmações naturalistas e

² O autor refere-se ao economista Paul Baran autor de “A economia politica do desenvolvimento”.

deterministas que atribuíam o desenvolvimento a características naturais são cada vez menos verdadeiras, pois as matérias-primas hoje são fruto de inúmeros processos de trabalho e a distribuição dos produtos pode ser realizada com uma velocidade razoável (SMITH, 1988)

A concentração e a centralização do capital no ambiente construído dá-se de acordo com a lógica *social* inerente ao processo de acumulação de capital, e isto, como vimos anteriormente, leva a um nivelamento das diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica. Ou, como escreveu Bukharin, num tom que lembra Engels, “por mais importantes que possam ser as diferenças naturais nas condições de produção, elas perdem cada vez mais importância no contexto geral, se comparadas às diferenças que são resultantes do desenvolvimento desigual das forças produtivas”. (SMITH, 1988, p. 158)

Neil Smith (1988) considera que a divisão social do trabalho defendida pelos geógrafos da geografia comercial é uma divisão do trabalho do capitalismo comercial, apesar de conter alguns elementos que ainda são adequados a análise em um novo momento do capitalismo, ela não consegue analisar a totalidade da realidade. Com o afastamento das condições naturais a divisão do trabalho influenciada pela localização de matérias-primas resiste como um elemento herdado de outro momento histórico, mas não como característica hegemônica, pois o capitalismo não modificou somente a própria natureza, mas a relação sociedade natureza.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, as barreiras à generalização geográfica de novas tecnologias são diminuídas. Até onde esta generalização for conseguida, a tendência para a igualização das condições e níveis de produção é realizada (SMITH, 1988, p. 172).

Neste processo de expansão o capitalismo acaba sofrendo diferenciações em diversas escalas. As principais escalas que explicam a diferenciação geográfica do mundo capitalista são a escala dos capitais individuais e a escala da divisão particular do trabalho. Nesta primeira o efeito é direto, o capital é concentrado e centralizado em locais diferentes uns em detrimento de outros. Já a segunda, menos direta, corresponde a movimentos cíclicos acompanhando a equalização da taxa de lucro dentro de cada setor e o movimento do capital que sempre busca os setores com taxas de lucro maiores, em detrimento àqueles que apresentam tendências a diminuições da taxa de lucro. Ao realizar este movimento o capital

assume uma dimensão espacial, pois sua distribuição será prioritariamente nos setores mais lucrativos, expandindo os mesmo em novas estruturas produtivas. Sendo assim, determinadas áreas perderam capitais à medida que estes se concentraram em outras (SMITH, 1988).

Smith (1988) destaca a importância de se estabelecer a diferença entre concentração social e espacial de centralização de capitais. Na concepção de Marx, a primeira trata do processo onde unidades individuais concentram quantidades decapitais cada vez mais amplas. A segunda trata especificamente da concentração em determinadas áreas, ou seja, da localização física do capital.

Se a acumulação de capital leva diretamente à concentração de capital em unidades existentes, ela leva indiretamente, mas não menos inexoravelmente, a um processo muito mais poderoso — à centralização do capital. A centralização do capital ocorre quando dois ou mais capitais anteriormente independentes se combinem num único capital e isto geralmente ocorre diretamente através de uma incorporação ou encampação, ou indiretamente, através do sistema de crédito. A centralização do capital leva à mais rápida expansão na escala da produção (e potencialmente ao crescimento mais rápido na produtividade do trabalho), do que poderia ser conseguida pela simples concentração do capital em unidades existentes (SMITH, 1988, p. 178).

Com a centralização social ocorre a concentração de capitais com cada vez menos indivíduos, já a espacial é a centralização física destes capitais. A centralização espacial acaba por impulsionar uma diferenciação espacial de condições e níveis de produção. Não se trata de um movimento de causa e efeito, mas de uma imbricação entre dois processosconcomitantes,uma é expressão da outra.

No capitalismo é impossível atingir um processo de equilíbrio espacial, que seria uma equalização das taxas de lucro em diferentes lugares ao mesmo tempo. Por razões estruturais quanto mais as taxas de lucro chegam próximas a uma equalização, mais os capitalistas são compelidos por meio da competição a romper este equilíbrio e acumularem as taxas cada vez maiores. Mesmo havendo um processo tendencial ao equilíbrio por meio dos crescentes investimentos na base técnica, esta tendência nunca é efetivada, ocorrendo um “contínuo desequilíbrio global”(SMITH, 1988).

Sendo a anarquia e a competição na busca por melhores taxas de lucro e maiores parcelas de mais-valia elementos que em determinado momento podem

convergir capitais a um determinado espaço valorizando rapidamente determinadas áreas. Os mesmos elementos acabam por provocar a fuga destes investimentos desvalorizando espaços e levando estes a crises. Este processo no capitalismo é um contínuo, não existe processo de valorização eterno, pois o movimento dos capitais não pode ser controlado racionalmente, a lógica de acumulação é fundada na irracionalidade (SMITH, 1988).

Para Smith (1988) só é possível compreender os sentidos da reestruturação espacial através de uma clara compreensão das diferentes escalas que este processo ocorre – urbana/regional, nacional e internacional – mesmo tendo existência anterior ao capitalismo, estes complexos padrões espaciais adotam sob seu domínio extensão e substância. Nessas escalas acontecem expansão e circulação global do valor em um processo dinâmico e integrado, nesse processo o desenvolvimento capitalista é organizado. A coerência interna e a diferenciação dessas escalas são partes da estrutura do capital.

Enquanto a escala urbana/regional esta inserida num processo de diferenciação por meio da centralização de capital, a escala global encontra-se vinculada a um processo de igualização da produção. Isso se deve ao fato de mundialmente o capital buscar a universalização da força de trabalho na relação de assalariamento. Ambas, equalização e diferenciação, são frutos do processo de acumulação e centralização de capitais (SMITH, 1988).

Smith (1988) afirma que a igualização global surge da tendência à universalização do trabalho assalariado, enquanto a diferenciação geográfica se dá pelos diferentes valores da força de trabalho. No processo de expansão o capitalismo transforma os lugares subdesenvolvidos em locais de produção e acumulação, ao passo que, estes acabam por se tornarem além de produtores de mercadorias consumidores destas. Produção e consumo são, ao mesmo tempo, equivalentes. Entretanto, o capital acaba por diferenciar sistematicamente sua composição orgânica nas diferentes áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. As áreas que se industrializam de forma tardia seguem em uma posição inferior dentro do processo de acumulação e divisão do trabalho.

No final, permanece a contradição entre os meios de acumulação e as condições necessárias para a acumulação. Na medida em que se originou com a acumulação primitiva e com a oposição do capital às sociedades pré-capitalistas, conserva a forma dicotômica. Mas, hoje, ela é mais uma

questão de desenvolvimento num pólo e de desenvolvimento do subdesenvolvimento, no outro (para usar a expressão perspicaz de Frank), que uma questão de "articulação de diferentes modos de produção". Os modos de produção pré-capitalistas foram integrados ao sistema capitalista mundial como "exteriores internalizados". Como tal, não realizaram a transição completa da integração formal para a real e a integração real do espaço-economia global é necessariamente incompleta. Quanto mais a força de trabalho é mercadorizada na economia mundial, mais o valor da integração espacial. Ele se torna, assim, tão aparente que o fundamento político do capital mundial é a principal barreira ao maior desenvolvimento social (SMITH, 1988, p. 203-204).

O entendimento do desenvolvimento desigual em uma escala global implica em entender que o crescimento do capital em uma área, concentrado em uma única mão, implica na retirada de capital de outros lugares e de outras mãos. Neste raciocínio, Smith propõe o entendimento do "vaivém" do capital através do mecanismo de aumento localizado da taxa de lucro e o entendimento do mundo como a "superfície de lucro". Ou seja: "O capital se move para onde a taxa de lucro é maximizada (ou, pelo menos, alta), e seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise" (SMITH, 1988, p.212).

Essa mobilidade provoca desenvolvimento e subdesenvolvimento a depender de como esteja o nível da taxa de lucro. Smith (1988) afirma que as áreas que sofrem desenvolvimento por terem fatores que beneficiam o aumento da taxa de lucro, com o tempo, acabam, pelo próprio processo de desenvolvimento, a desenvolver fatores que diminuem esta taxa de lucro, sindicatos, melhores níveis salariais, aumento da renda da terra etc. Sendo o oposto também verdadeiro, visto que, o subdesenvolvimento leva a taxas de desemprego e desarticulação dos trabalhadores diminuindo os níveis salariais, baixa da renda da terra etc.

Isto é, o capital tenta fazer um "vaivém" de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente. Na medida em que o capital não pode encontrar um fixo espacial na produção de um ambiente imóvel para a produção, ele recorre à completa mobilidade como um fixo espacial. Novamente, a fixidez espacial e a a-espacialidade não são senão faces de uma mesma moeda. O capital busca não um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática. Este é o movimento em vaivém do capital, que está subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p. 213).

Sendo a atuação do Estado na perspectiva de viabilizar a mobilidade e a acumulação do capital num processo contínuo de desenvolvimento desigual de forma internacional, a atuação de instituições internacionais vinculadas diretamente a atuação dos Estados nacionais dos países centrais, segue uma retórica que está em direta consonância com os desígnios elencados pelo processo de acumulação capitalista internacional.

A CEPAL, Comissão da Organização das Nações Unidas que tinha por objetivo coordenar as ações de desenvolvimento na América Latina, mesmo em seu processo de criação, enfrentamentos a cerca do modelo de desenvolvimento ou tipo de industrialização, sua atuação encontra-se no marco geral do Estado, a de viabilizar a mobilidade e a concentração de capitais. A SUDENE como parte da materialização das propostas e modelos de desenvolvimento defendidos pela CEPAL ajuda a consolidar a parte que cabe a Região Nordeste dentro da divisão internacional do trabalho no capitalismo monopolista.

1.3As bases do planejamento para o desenvolvimento do Nordeste

As ideias da CEPAL tiveram influência por toda a América Latina. Dias (2009) ao elencar as influências e afluências teóricas cita Juan Noyola Vásques, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares como exemplos de técnicos e economistas que, ao se apropriarem da teoria que emanava do organismo, enriqueceram com contribuições originais para o núcleo teórico consolidado por Raúl Prebisch. Isso colaborou para a difusão e desenvolvimento das ideias, entretanto, é em Celso Furtado que podemos encontrar a contribuição mais ampla no terreno do debate público brasileiro.

A principal expressão do conjunto de trabalhos publicados por Raul Prebisch, no Brasil passa a ser representado pelo economista Celso Furtado, principal representante da corrente estruturalista da economia brasileira. Celso Furtado defendia que a intervenção do Estado em economias periféricas e subdesenvolvidas era necessária para o avanço da economia, caso contrário, a tendência seria o fortalecimento dos elementos mais atrasados dessas economias permanecendo, basicamente, agroexportadores (MANTEGA, 1989).

A trajetória de Celso Furtado está diretamente ligada com o discurso do desenvolvimento no Brasil. Formado em Direito em 1948, concluiu seu

doutoramento em economia na Universidade de Paris, sua contribuição não se encontrou somente no campo teórico, possui inúmeras contribuições nas equipes técnicas do governo Brasileiro. Entre 1949 – 1957 dirigiu a divisão a Divisão de Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (fase onde desenvolveu trabalhos em conjunto com Raúl Prebisch). Entre 1958 -1959 foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, coordenando políticas que tinham por objetivo estimular o desenvolvimento e a industrialização. Durante parte do Governo de João Goulart foi Ministro do Planejamento 1962-1963. Sendo que sua mais famosa atuação ocorreu durante o processo de formulação e implementação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), esse processo se inicia com a supervisão do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1958 e sua nomeação para dirigir o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste por Juscelino Kubistchek.

D'Arbo e Heller (2012), ao comentarem a relação que Celso Furtado tinha com as formulações econômicas, destacam que a teoria para o autor não pode ser simplesmente generalizada, mesmo com a existência de categorias universais, os processos históricos implicam em desenvolvimentos econômicos singulares, e esta singularidade implica muitas vezes em processos que precisam ser tomados em consideração. É nessa perspectiva que podemos entender o esforço da sua formulação.

Furtado (2009) aborda a necessidade de uma “filosofia da ação”, para além de entender os processos econômicos e construir uma explicativa, coerente seus esforços foram da construção de políticas, propostas e instituições preparadas à altura dos desafios de alavancar o desenvolvimento em um país periférico.

Segundo Furtado (2009), o modelo de desenvolvimento decorrido nas décadas anteriores a 1960, apesar de seus índices econômicos positivos não modificou de forma significativa as condições de vida da população brasileira, sua principal característica era a concentração social e geográfica de renda. Esse tipo de desenvolvimento que vinha sendo construído no país acabava por intensificar anacronismos como o caso da estrutura fundiária e os investimentos estatais, que beneficiavam grupos “parasitários” muitas vezes por formas ilícitas (FURTADO, 2009).

Ao caracterizar o Brasil como uma economia subdesenvolvida de grau superior, Furtado (1979) elenca que o país possuía uma produção exportável

controlada por grupos nacionais, recursos naturais em abundância e um mercado interno em formação com dimensões relativamente grandes. Esse mercado interno ao ser constituído abre espaço para a formação industrial, sendo este núcleo criado a partir de indústrias de consumo geral, como tecidos e alimentos.

Coexistiam assim três setores dentro da economia brasileira: atividades de subsistência, atividades ligadas ao comércio exterior e produção de produtos manufaturados para o mercado interno. Ou seja, uma estrutura subdesenvolvida complexa onde o sistema se caracterizava apenas pela existência de empresas estrangeiras, coexistindo com um sistema pré-capitalista.

Em vistas da situação de pobreza e de desigualdades existentes na sociedade brasileira, Furtado (2009) afirmava que eram necessárias mudanças drásticas nas estruturas básicas da sociedade. Como essas mudanças não tinham sido efetivadas e as ansiedades coletivas eram intensificadas o desenvolvimento transformou-se em um imperativo político, ocupando o primeiro plano das preocupações. Neste sentido a ação estatal deveria ter um comprometimento claro com o desenvolvimento econômico e social.

Fruto da sua participação no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) surge o documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Neste documento estão contidas as bases daquela que viria a ser a ação coordenada mais significativa em termos de planejamento e desenvolvimento adotados pelo governo brasileiro no nordeste brasileiro³.

O documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” (GNTD, 1959) apresenta-se como uma análise do problema que representa o Nordeste na época, focando o tema do desenvolvimento econômico. A leitura do Documento revela que se alcançavam perspectivas que vão além do objetivo inicial, figurando como um verdadeiro manifesto em busca de soluções planejadas que impulsionem o desenvolvimento da região.

Inicialmente o documento elenca 11 pontos que merecem atenção:

³ A autoria do documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” (1959) é atribuída ao coletivo do grupo de trabalho instituído, entretanto Bernardes e Lima (2009) afirmam que a autoria deste texto pertence a Celso Furtado, que por “maestria política” contornou as oposições dentro e fora do grupo de trabalho que surgiriam caso seu nome aparecesse no documento. Manteremos a citação oficial do texto durante essa dissertação.

- 1- As disparidades de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul são enormes, a pobreza no nordeste é apresentada como um caso singular de concentração de pobreza.
- 2- As disparidades entre os ritmos de crescimento da região Sul e da Nordeste. A primeira supera a segunda na proporção de 1 para 2 (dados de 1948). Existia uma tendência de institucionalização das desigualdades entre as regiões, nos casos onde esse tipo de relação permanece por muito tempo inalterada.
- 3- A “ausência de compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade regional de níveis de renda” entre as regiões, isso contribui para que as políticas de desenvolvimento tenham um efeito contrário ao objetivo em que foram formuladas, intensificando a desigualdade (a exemplo da política de controle de importações).
- 4- O fluxo de renda entre a Região Nordeste e o Centro-Sul, a transferência se contrabalança entre setor público e o privado, o primeiro como entrada o segundo como saída. Os volumes do setor público são concentrados em obras assistenciais (principalmente nas secas como das frentes e operações emergenciais).
- 5- A economia nordestina está concentrada na exportação, esta é prejudicada pela política cambial existente.
- 6- Os investimentos estatais possuem um papel importante na região, mas se concentram obras assistenciais. Se os investimentos privados transferidos em busca de melhores aplicações ficassem na região, as possibilidades em termos de desenvolvimento seriam ampliadas.
- 7- O sistema tributário é regressivo, a arrecadação mantém índices estáticos mesmo com o Centro-Sul aumentando sua renda. Um sistema progressivo arrecadaria mais onde se produz mais renda, o sistema apontado faz com que em termos relativo o nordeste contribua com mais.
- 8- A necessária política de industrialização e diversificação produtiva no Nordeste. Necessidade de romper com o modelo voltado a exportações primárias.

A política de industrialização visa ao tríplice objetivo de dar empregos a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar (p. 87, 1959).

9- Uma economia que combina atividades agrícolas a com agricultura de subsistência apresenta elementos de fragilidade. As secas além de intensificarem as crises concentra seus efeitos na economia de subsistência provocando um “colapso de uma produção de alimentos”.

10- O problema da seca não pode mais ser encarado com medidas de curto prazo e assistenciais.

11- O documento (1959) apresenta um plano de ação ousado que se estrutura em quatro diretrizes: [1] Os investimentos industriais deveriam ser intensificados com o objetivo de impulsionar no Nordeste o estabelecimento de um centro de expansão autônomo de manufaturas. [2] A agricultura da faixa úmida deveria ser modificada para uma produção adequada de alimentos para suprir os centros urbanos, onde a industrialização seria intensificada. [3] As zonas semi-áridas deveriam ter sua produtividade elevada por uma transformação progressiva que permitisse uma maior resistência durante os períodos de seca. [4] Incorporar áreas como a região de terras úmidas do “hinterlandmaranhense”⁴ aumentando a fronteira agrícola da região, estas áreas deveriam receber o excedente populacional provocado pelas mudanças econômicas da região semi-árida.

A situação apresentada calculava que a renda do Nordeste em 1956 foi de 102 bilhões de cruzeiros (5,5 mil/hab.). Quando comparado proporcionalmente aos seus habitantes o Centro-Sul teve 32% a mais deste valor. Ao ser convertida, a renda per capita no Nordeste era menor que 100 dólares. A situação de pobreza no Nordeste era comparada no documento ao equivalente nos países da América do Sul e Central com altos índices de pobreza, com o agravante que estes países tinham populações bem menores (GNTD, 1959).

Ao comparar a região Nordeste com a Centro-Sul o documento destacava que a população economicamente ativa no nordeste era menor, em torno de 31% contra 33,9% do Centro- Sul (do Brasil). Ao analisar esta população ativa no Nordeste a maior concentração estava na agricultura, um total de 71,7% contra 51,1% no Centro-Sul. A concentração de terra também era um fator importante sendo esta maior no Nordeste, a quantidade de hectares por homem ocupado era de 1,3 contra 2,4 no Centro-Sul. O capital investido nestas terras (excetuando o

⁴ A denominação é uma referencia ao termo em Alemão “*hinterland*” que significa terra de trás. Tais áreas correspondiam ao interior do Maranhão que possuía índices pequenos de ocupação.

valor das terras) também demonstrava o baixo nível de investimentos na agricultura, enquanto o Centro-Sul tinha em torno de 27.300 Cruzeiros de capital imobilizado por hectare cultivado de terra, o Nordeste possuía 6300 Cruzeiros investidos. No próprio grau de capitalização nas indústrias podia ser demonstrada uma diferença de quase 50% por operário instalado em 1950 (GNTD, 1959).

O Documento elaborado apresentado pelo GNTD conclui que as causas básicas da pobreza eram a “escassez relativa do fator terra e menor acumulação de capital”. As rendas obtidas nos diferentes setores da economia eram relativamente inferiores no Nordeste, na agricultura a “pobreza relativa de recursos naturais” interfere diretamente neste número. Quando se analisava a indústria o principal fator é a falta de capital investido, a diferença, considerando o número de operários em manufaturas, chega a 70% se comparado a região Centro-Sul (GNTD, 1959).

A diferença de renda entre as duas regiões (de acordo com dados estatísticos do próprio GNTD) tinham aumentado ano após ano. Além de aumentar as desigualdades no nível de desenvolvimento o ritmo de crescimento do Centro-Sul ultrapassava e muito o do Nordeste. Considera o Documento que o principal problema econômico do Brasil, em termos do seu desenvolvimento, era a disparidade regional dos ritmos de crescimento.

A conclusão do GNTD era que se mostrava equivocada a análise que pretendesse considerar a economia brasileira como um único sistema em termos de renda e capital. Demonstrava a existência de dois sistemas distintos: A economia do Centro-Sul ao seguir a tendência em alguns anos poderia apresentar níveis de desenvolvimentos satisfatórios a partir da diversificação de sua produção e constituição de uma produção de bens de capital que apoiaria o seu crescimento. Já o Nordeste, apresentaria um cenário diverso onde a pressão demográfica tenderia a aumentar intensificando ainda mais a pressão e ampliando as mazelas provocadas pelas secas, caso sua estrutura econômica não sofresse uma drástica transformação (GNTD, 1959).

O Documento (GNTD, 1959) afirma que a situação econômica apresentada foi gradualmente agravada pela “política de desenvolvimento do país” implantada no Nordeste, pois dificultava sua economia. A economia nordestina conseguiu, no período 1948-1956, com suas exportações, cobrir o déficit da balança comercial (exportou mais que importou), entretanto, grande parte das divisas geradas no nordeste eram investidas no Centro-Sul que, por ser a região mais desenvolvida,

acaba necessitando de “modificações estruturais”. Apesar das divisas geradas, por conta de uma política que dificulta a importação de produtos com equivalentes (maior demanda nordestina) e facilita a exportação de produtos sem equivalente (maior demanda do Centro-Sul), a economia nordestina é prejudicada, restando como única opção os produtos do centro sul, gerando um déficit na balança comercial do Nordeste dentro do país.

Duas conclusões de significação já se impõem, a esta altura da análise. A primeira é que o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial de que adquire no Centro-Sul, o nordeste vem contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta nessa região. A segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que a inversa: em outras palavras, o Centro-Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra. De resto, como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compõem principalmente de manufaturas, pesando nas exportações nordestinas muito mais as matérias-primas, cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se se mede o intercâmbio em termos da massa de emprego criada nas duas regiões (1959, p. 27-28).

A ação do governo federal, ao investir na região Nordeste, provoca um efeito de tentativa de compensar a saída de capitais para outras regiões, onde os investimentos são melhores. Como os maiores volumes dos gastos federais são dedicados a assistência as populações atingidas pela seca, não muda em nada a estrutura produtiva. Os capitais que saem da região Nordeste são os capitais produtivos que poderiam ajudar a desenvolver a produtividade. Um sistema tributário que não atua de maneira progressiva como um mecanismo de correção de desequilíbrios ajuda a perpetuação e a situação de subdesenvolvimento do Nordeste (GNTD, 1959).

Furtado (2009) compara o efeito da emigração de capitais aos processos que ocorreram na Índia com a introdução das manufaturas inglesas levando a economia local ao colapso. Se a dificuldade de transporte de mercadorias figurava como uma proteção aos mercados nordestinos, com a integração nacional, tal proteção deixou de existir, desestruturando a economia existente. De acordo com o autor, a política cambial adotada intensificou o processo desencadeando o fortalecimento da manufatura por meio de protecionismo e investimentos no setor industrial. O Nordeste, até então exportador de matérias-primas e importador de manufaturas, foi imensamente prejudicado. “Em sua essência, o problema do Nordeste é idêntico ao

dos países subdesenvolvidos em face das nações altamente industrializadas no mundo atual” (FURTADO, 2009, p. 65).

O Nordeste, de acordo com a caracterização elaborada por Furtado (1959), seria dividido em duas regiões econômicas: a faixa úmida do litoral oriental que compreendia uma economia baseada na produção de açúcar e o interior semi-árido baseado na pecuária. O autor destaca que, ao contrário da Região Sul, a grande concentração de rendas impediu que o mercado de exportação evoluísse para o mercado interno.

Esta configuração exigiria a investigação e estímulo de novas linhas de exportação interna e externa. Sendo que, nas localidades onde a terra se apresentasse como fator escasso, o desenvolvimento exigiria um processo de capitalização da agricultura. Esse processo consistia em aumentar a dotação de capital investido por pessoa ocupada, isso não seria algo exclusivo da agricultura, em vista dos dados já apresentados pelo GTDN, no comparativo com a Região Centro-Sul. Tais medidas seriam necessárias para a elevação da renda, sendo esta não apenas pautada pelo aumento produtivo, mas pela diversificação dos bens (GNTD, 1959).

As medidas tomadas em relação a produção agrícola não seriam suficientes para resolver os problemas advindos da escassez de terras adequadas para o total do contingente populacional, a “única saída” seria a industrialização. A industrialização ocuparia a massa de desempregados nos centros urbanos nordestinos. Cabia assim, planejar um processo de industrialização que conseguisse abarcar transformações estruturais na região, reorganizando sua economia.

Um plano de industrialização para o Nordeste terá que visar dois objetivos centrais: primeiro, reorganizar as industriais tradicionais da região, prejudicadas pelos fatores antes referidos, a fim de reconquistar a posição que antes detinham em face do parque industrial do Centro-Sul; segundo, modificar a estrutura do sistema industrial da região com a instalação de indústrias de base, criando, assim, um sistema capaz de autopropagação. Na elaboração desse plano cabe ter em conta que existe na região (a) um mercado de dimensões razoáveis para um grande número de produtos manufaturados de uso coerente; (b) uma oferta elástica de energia elétrica nos principais centros urbanos; (c) disponibilidade de certas matérias-primas, com respeito às quais o Nordeste ocupa posição privilegiada dentro do país; (d) uma oferta fracamente elástica de mão-de-obra não especializada a custos mais baixos que nos centros industriais do Centro-Sul e (e) que já existe no país instituições de financiamento governamentais como o BNDE e o BNB, legalmente obrigadas a despendem na região um volume substancial de recursos (GTDN, 1959, p. 57-58).

A proposta de industrialização estabelece que a produção de alimentos no Nordeste deveria ser estimulada, pois a tendência que os preços dos alimentos no Nordeste ultrapassem o do Centro-Sul, pela produção “irracional” e pouco produtiva juntamente com a escassez de recursos naturais. Isso por sua vez pressionaria o desenvolvimento industrial de forma negativa. Cabia assim, destacar a importância de um programa de abastecimento das cidades (GNTD, 1959).

Furtado (GNTD, 1959) afirma que o grau de subdesenvolvimento está diretamente ligado a importância relativa que o setor atrasado⁵ tem na economia, e a condição para que o desenvolvimento existisse, era necessário o aumento do peso do setor avançado na produção global. Ou seja, as formas avançadas de produção precisariam ocupar lugar central na ocupação e na acumulação de riqueza. Este é um dos motivos para as formas produtivas de subsistências, apontadas como centrais no Nordeste, sejam desestimuladas pelo autor.

Sobre a questão do abastecimento de alimentos, Furtado (2009) ao diagnosticar os problemas que o desenvolvimento brasileiro possuía, elencava que a insuficiência de produtos alimentares nos centros urbanos consistia em um problema crônico, sendo as populações com menor poder aquisitivo as mais afetadas. Essa situação acabava por propiciar inúmeras especulações originando um processo adicional de concentração de renda.

Quanto ao diagnóstico referente à problemática das secas, considerava o autor que os principais atingidos eram os sujeitos dependentes da agricultura de subsistência, ou seja, os trabalhadores rurais, os mais afetados aqueles cujas possibilidades, em meio à crise, são bem menores. A intervenção governamental era de acordo com o GTDN (1959) conjugar medidas de curto e médio prazo. As de curto prazo constituíam fontes de ocupação para os trabalhadores rurais a fim de manter uma renda mínima. Já as de longo prazo constituíam a construção de açudes (geralmente em parceria com grandes proprietários e em consonância aos interesses destes). As duas medidas não contribuíam para a solução do problema, ambas constituíam formas de aumentar a carga demográfica sem estabilizar a oferta de alimentos, estimulando crises e a alta dos preços. As soluções apontadas de nenhuma forma alteravam a estrutura produtiva da região.

⁵ Furtado (1979) ao definir o Subdesenvolvimento considera a existência de dois setores na economia, este o autor denomina de Atrasado e Avançado. O avançado seria aquele setor onde a forma capitalista já penetrou na produção sendo seu mercado interno ou externo. O setor atrasado seria aquele que as formas remanescentes de produção.

Neste sentido, o GNTD (1959) propunha que para combater os efeitos das secas a estrutura econômica da região teria de ser modificada a começar por aumentar a remuneração dos trabalhadores (tornando-os mais produtivos), ou seja, reduzir a economia de subsistência que fragiliza a estrutura econômica da região. Cabia também buscar soluções diferentes das preconizadas, para aumentar a produtividade. Culturas mais adaptadas ao meio físico do semiárido deveriam ser estimuladas, o uso da irrigação como forma de adaptar culturas mais aptas a outras regiões se mostrava um limitador econômico.

Por mais importante que venha a ser a contribuição da grande açudagem e da irrigação para aumentar a resistência econômica da região, é perfeitamente claro que os benefícios dessas obras estarão circunscritos a uma fração de terras semi-áridas do Nordeste. Infelizmente não é possível substituir a atual economia da região semi-árida por outra com base na grande açudagem e na irrigação. As possibilidades reais desta última são limitadas, e ainda mais limitadas se pesarmos no seu custo real. A questão básica continuará a ser como adaptar a economia as condições do meio físico. Em outras palavras, aproximar-se do tipo de organização mais viável na região semi-árida, partindo dos recursos tecnológicos acessíveis hoje em dia (1959, p. 73).

A questão do meio físico estava relacionada a capacidade de absorção de mão-de-obra. Sendo as condições naturais um limitante na região, a questão demográfica tomava um contorno em que era necessário pensar qual grau de ocupação seria possível sustentar no semiárido. A colonização do maranhão por migrantes das regiões semi-áridas era vista como uma forma de diminuir a pressão demográfica, criar um sistema de produção de alimentos para abastecer o semi-árido e desenvolver as áreas do Maranhão. Entretanto o Documento apresenta ressalvas, pois considerava que seria necessário uma série de medidas que pudessem dotar a região maranhense de capacidade para reter as populações e constituir uma economia monitorizada que não reproduzisse a subsistência como principal atividade (GTDN, 1959).

A monetarização neste sentido é posta como um elemento positivo para a Região Nordeste, em vistas que as culturas de subsistência consistiam um dos pontos de pressão. O Documento do GTDN (1959) insiste que a economia do semi-árido devesse criar bases monetárias, fosse em salário nas grandes propriedades seja em produção de alimentos. Considerava que tornaria a região menos dependente do ritmo das chuvas.

Uma característica central do pensamento desenvolvido pela CEPAL foi a importância dada ao Planejamento. Na formulação exposta nos documentos da Comissão sempre o planejamento estatal aparecia como perspectiva a ser alcançada dentro da política econômica (BIELSCHOWSKY, 2000). A CEPAL defendeu o caráter urgente da implantação de programas de desenvolvimento no sentido de corrigir os desequilíbrios gerados pelo sistema econômico e pela divisão internacional do trabalho. Furtado (1979) reproduz essa característica. A formulação desenvolvida pelo autor encontra na ação econômica planejada do Estado a possibilidade de superação dos problemas da região Nordeste.

No sentido de encaminhar propostas que viriam a nortear as ações tomadas pelo governo no planejamento do desenvolvimento, da Região Nordeste, o GTDN (1959) elaborou um plano de ação. As ações deste plano culminaram a criação da SUDENE no mesmo ano de sua publicação, e foram as fundações no qual a Superintendência se apoiou em seus anos iniciais.

Ao estudarmos os Projetos elaborados posteriormente, as características e propostas levantadas por este documento são aprofundadas e retrabalhadas, entretanto o axioma das ideias apresentadas pelo GTDN permanece como norteador dos trabalhos.

O Plano de Ação (GNTD, 1959) elaborado pode ser resumido de forma sistemática nos seguintes pontos:

1 - Reformulação da política de aproveitamento de solos e águas no região semi-árida: (a) A criação de um grupo de estudos para indicar a reformulação da política de combate as secas; (b) Elaboração um plano de trabalho para a instituições governamentais adequarem seus programas (Planejamento) (c) Reorganização da economia da Região semi-árida e abertura de frentes de colonização; (d) Criação de grupo de estudo com técnicos do BNB do GTDN e do DNOCS com o objetivo de empreender visitas a região formulando um plano de intervenção para adequar a produção da região a modelos mais viáveis bem como supor uma estimativa financeira para tais atividades; (e) Criação de um grupo de trabalho com técnicos do BNB, GTDN, DNOCS e carteiras de colonização e credito agrícola para formular um plano que viabilizasse a migração do semi-árido nordestino delimitando áreas aptas a receber as populações com infra-estrutura e assistência necessárias, bem como planejar a criação de uma produção e de um mercado nas áreas selecionadas.

2 - Intensificação dos investimentos industriais: (a) Grupo de estudo para implantação de um pólo siderúrgico no nordeste; (b) Desenvolver estudos de mercado indicando tipos de indústrias com viabilidade imediata a partir do pólo siderúrgico, elaborar um planejamento que atraia investidores de outras partes do país; (c) Criação do grupo com BNDE e BNB para apontar indústrias que apresentassem viabilidade na região com base na disponibilidade de matéria prima e da existência de mercado consumidor, para estimular a implantação destas oferecendo vantagens através dos órgãos governamentais de financiamento. (outras instituições federais devem ser envolvidas); (d) Formulação de um plano de reorganização da indústria têxtil nordestina.

3 - Solução para o problema da oferta de energia elétrica: (a) Grupo de trabalho envolvendo BNB e CHESF mais estados e instituições interessadas

4 - Aproveitamento de conquistas tecnológicas: (a) Criação de Grupo de trabalho coordenado pelo CNPQ e universidades que busquem investigar a viabilidade de diversas técnicas que podem ser implementadas na região

5 - Aumento da oferta de alimentos nos centros industriais (a) Grupo de trabalho que construa um plano de abastecimento estimulando e reorganizando da agricultura da própria região. O plano deveria concentrar esforços em:

- Reorganização da produção na Zona da Mata
- Expansão da pecuária e produção de alimentos no Agreste
- Ampliação de áreas agrícolas nas margens do São Francisco;

(b) Indicar bases mais racionais para os fatores econômicos como preços, logística e prezava agricultores da especulação.

6 - Assistência técnica aos governos estaduais: (a) construção de uma política que pudessem habilitar os governos estaduais a formularem seus próprios planos econômicos de forma cooperativa e em consonância com as diretrizes do Documento

7 - Articulação geral da execução do plano: (a) Coordenação de grupos de trabalho com técnicos dos diversos órgãos que atuam na região; (b) fixação da sede do grupo de trabalho na cidade de Recife.

Esse plano de ação esboçou os principais elementos que estariam presentes nas políticas desenvolvidas pela SUDENE entre 1959-1964. Suas

análises e propostas figuram como a principal formulação técnica no processo de mobilização em torno da criação da SUDENE.

1.4 O processo de surgimento da SUDENE

Leônidas Filho (2010), ao debater os 50 anos da SUDENE, elenca uma série de acontecimentos que ajudam a entender a conjuntura que a década de 1950 apresentava: Tensões no Campo, Ligas Camponesas de 50/60; Pressão de setores da igreja católica; Pressupostos de planejamento estatal começam a ser valorizados e estimulados internacionalmente; Criação prévia de instrumentos internacionais de controle e financiamento voltados para o desenvolvimento (BIRD, FMI, BID); Surgimento de instituições e órgãos nacionais voltadas para o desenvolvimento - CHESF criação do BNDE e do BNB; Fortalecimento do CEPAL em âmbito mundial formulado de políticas de desenvolvimento através da concepção do planejamento estatal; Criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956 pelo presidente Juscelino Kubistchek.

Os projetos de intervenção que o Estado brasileiro tinha capitaneado na Região Nordeste até o final da década de 1950 concentravam atenção em medidas emergenciais e não possuíam nenhum tipo de política que possibilitasse o rompimento com as velhas estruturas. Amélia Conh (1976) relata que muitas das intervenções constituíam, inclusive, formas de manutenção do poder das velhas oligarquias.

A articulação em torno da criação dessa instituição emerge juntos ao acirramento da disputa política. O governo de Juscelino Kubitschek encontrou na SUDENE uma forma de ampliar a atuação na região Nordeste do Brasil em resposta as pressões de frações burguesas e populares.

Oliveira (1981) afirma que a SUDENE ajudou no processo de consolidação política e econômica da burguesia Centro-Sul e seus aliados na região. Essa disputa das frações intraburguesas transparece nos embates travados pela consolidação das políticas públicas no Nordeste. A criação da SUDENE encontra nos parlamentares nordestinos ligados às classes dominantes locais o principal esteio.

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado por um intenso processo de industrialização no país. A introdução do plano de Metas, no qual o slogan era “50 anos em 5”, e a construção de Brasília foram a marca de seu governo. A perspectiva

de planejamento estatal levada a cabo acabou concentrando esforços prioritários em seus primeiros anos na região centro-sul do país. Com o agravamento da situação na Região Nordeste, seu governo foi forçado a apresentar respostas concretas para os problemas na região.

As consequências sociais da seca de 1958, conjuntamente com a explosão das Ligas Camponesas, demandaram do governo respostas mais estruturadas que as convencionais frentes de trabalho abertas durante os períodos de seca. Furtado (1989) afirma que a situação era agravada pelas disputas políticas dentro da própria região impulsionadas pelo fortalecimento da oposição e das constantes denúncias relativas ao mau uso dos fundos federais.

A criação da SUDENE é cercada de fatos interessantes, o relato de Celso Furtado pode ser visto em “A fantasia desfeita” (1989). Nessa obra autobiográfica, Celso Furtado reconstrói todos os momentos que cercaram a institucionalização daquele que viraria a ser o projeto de Lei que criara a SUDENE.

Em janeiro de 1959, Kubitschek convoca intelectuais e lideranças políticas para uma reunião no Palácio do Rio Negro (então sede do governo) com o objetivo de debater a situação do Nordeste brasileiro e buscar soluções para os problemas na região. Furtado (1989) apresenta nesta reunião o eixo central do que, em sua opinião, deveria ser a política de governo adotada na região. A apresentação de Furtado basicamente criticava as políticas desenvolvidas pelo governo no Nordeste, abordando a necessidade de uma intervenção planejada buscando o desenvolvimento econômico da região como forma de minorar os problemas sociais. Ao fim da reunião, o Presidente encomenda de Furtado uma sistematização de suas ideias para o lançamento do que viria a ser a “operação Nordeste”, que culminaria com a criação da SUDENE. Furtado identifica, neste momento, uma mudança no discurso governamental onde o Nordeste deixa de ser um irmão necessitado e passa a se inserir no debate do desenvolvimento nacional.

A atuação de Furtado no GNTD durante a “Operação Nordeste” marcou o início de um processo que iria culminar na criação da SUDENE. A construção de um Projeto de Desenvolvimento para o Nordeste envolveu diversas iniciativas coordenadas entre diferentes sujeitos que atuaram em uma conjuntura de intensas disputas sociais.

Mesmo antes da institucionalização da Superintendência, o Presidente Juscelino Kubitschek institui em abril de 1959 o CODENO – Conselho de

Desenvolvimento do Nordeste, formado por governadores, membros do governo federal representando suas principais instituições (Bancos Estatais; Ministérios; Estatais; Órgãos Públicos) na região, e tendo Celso Furtado como coordenador dos trabalhos para o início da elaboração dos trabalhos de intervenção na Região Nordeste. A estrutura existente neste Conselho foi transplantada para a SUDENE após sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Para se construir uma nova política de desenvolvimento existia a necessidade de se formar uma nova estrutura administrativa, algo que não fosse atrelado as velhas estruturas e que possibilitasse o governo atingir os objetivos propostos. Para tanto as reuniões do CODENO neste primeiro momento concentraram atenção na elaboração dos instrumentos que iriam normatizar a nova superintendência, bem como na formulação de planos de atuação.

A leitura das atas que abrangem o período de 1959 do CODENO são bem elucidativas. A presença de quase todos os governadores, bem como, dos representantes dos órgãos federais nas reuniões do conselho, demonstra que o projeto foi amplamente recebido pelos interessados no desenvolvimento da região. Toda a mobilização destes governadores junto as diferentes bancadas no senado e em seus estados estão registradas nestes documentos.

O CODENO preocupou que a proposta da SUDENE não fosse descaracterizada pelo Congresso durante a sua votação, era do entendimento dos técnicos e políticos envolvidos no Projeto que o texto fosse aprovado em sua integralidade, para isso era necessário combater perspectivas que pretendiam apropriar-se da iniciativa como outrora foi feito com outros projetos.

Furtado relata (1989) que, ao ser divulgado os trabalhos que vinham sendo elaborados, “senhores do açúcar, do cacau, dos açudes, pesavam que se criava mais uma boca” por onde os recursos do governo federal iriam derramar.

Em junho de 1959, o CODENO debateu e aprovou o documento que seria remetido ao senado para a criação da SUDENE. Existia a preocupação entre os integrantes do conselho que se obtivesse, tanto do governo quanto da oposição, um consenso mínimo antes da proposta ir a votação. Neste sentido, houve o envolvimento dos governadores em articular suas bases políticas.

Furtado (2009) considera que uma grande vitória no processo de construção da SUDENE foi a conquista da opinião pública. Se a proposta fosse confinada aos círculos herméticos certamente não teria o alcance que conseguiu. Era preciso ir

além das promessas e envolver a população em um projeto que só poderia ser organizado com uma instituição que possuísse profunda autoridade perante a região.

Entre os aliados neste processo de consolidação, Furtado (1989) destaca a participação do *correio da manhã*. A relação mantida com esse veículo de comunicação possibilitou gestar o apelo ideológico que a iniciativa necessitava para ser reconhecida como algo diferente do que tinha sido feito até então.

A articulação para a criação da SUDENE contou ainda com o apoio de Dom Helder Câmara que possuía apelo entre os setores mais pauperizados pela sua participação em movimentos de combate a pobreza. Além de líderes de setores populares como as ligas camponesas na figura de Francisco Julião.

A aprovação da SUDENE acabava por fazer frente aos interesses das antigas oligarquias que dominavam a região, estes setores hegemonizava a representação da região Nordeste no Congresso Nacional. Durante o processo de aprovação a representação nordestina tentou de todas as formas modificar ou barrar a iniciativa. O apoio majoritário das bancadas do Centro-Sul conseguiu, por fim, aprovar a iniciativa (Furtado, 1989). Neste momento histórico, vem à tona de forma muito clara os interesses de classe vinculados à instituição da SUDENE, as mudanças na estrutura produtiva não interessavam às oligarquias estabelecidas na região.

CAPITULO 2 - A TRAJETÓRIA DA SUDENE: ASCENSÃO E DECLÍNIO DE UM PROJETO DESENVOLVIMENTISTA

O entendimento das disparidades regionais, formulado por Furtado, em consonância com as teses da CEPAL, embasaram o funcionamento e a proposta política da SUDENE. A visão do estruturalismo econômico, baseava-se em uma perspectiva de região como áreas diferenciadas em ritmos e graus de desenvolvimento. Essa perspectiva de região corrobora com um projeto de desenvolvimento regional onde as disparidades entre as regiões passam a ser “corrigidas” pela intervenção do Estado.

A ação nas regiões, na perspectiva desenvolvimentista, passa a ser orientada no sentido de homogeneização do espaço, através da expansão do capital, as disparidades regionais seriam resolvidas no sentido de preservar a unidade nacional no combate ao atraso existente no setor primário.

A análise empreendida por Oliveira (1981) a partir da compreensão das regiões dentro do movimento de reprodução capitalista, foca a análise na divisão regional do trabalho, que daria o “caráter” das regiões. A análise da SUDENE nesse processo pode elucidar como a expansão capitalista funcionou no Brasil, moldando um desenvolvimento desigual nas diversas regiões do país.

2.1 A SUDENE e o planejamento estatal no Nordeste brasileiro

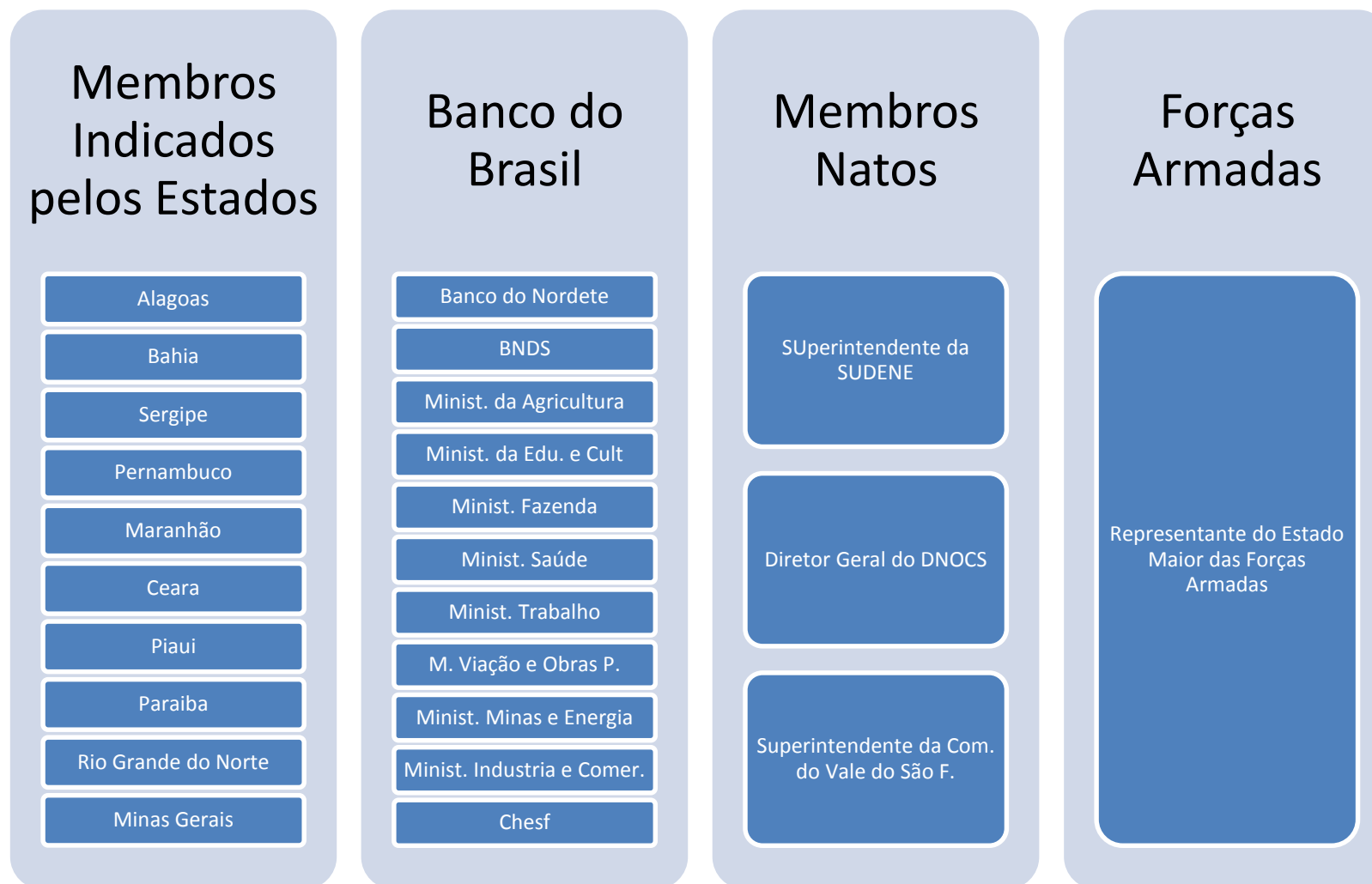
A Institucionalização da SUDENE acontece com a aprovação da lei 3.692 em 15 de dezembro de 1959, pelo Congresso Nacional. Sua abrangência, além dos 9 estados nordestinos, compreendia também a zona nordeste do estado de Minas Gerais denominada de “Polígono da Seca”.

Os objetivos da Superintendência apontados na lei foram:

a) Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do nordeste **b)** supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com o seu desenvolvimento **c)** executar diretamente ou mediante convenio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor **d)** coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste. (BRASIL, 1959).

A proposta de gestão da SUDENE compreendia um Conselho deliberativo composto inicialmente com 22 membros, sendo alterado em 1961, aumentando sua composição para 26 membros (Organograma 1). Era comum que os próprios governadores assumissem as reuniões como representantes de seus estados. Cabia ao Conselho deliberativo a condução dos trabalhos da SUDENE estando esses subordinados ao Presidente da República.

FIGURA 1 - Organograma – Constiuição do Conselho Deliberativo da SUDENE



Fonte: BRASIL, **LEI Nº 3.692**,1959 , Organização: Araujo, Guthiêrre F.

Ficava estabelecido que a estrutura da SUDENE seria responsável pela elaboração de um Plano Diretor Plurianual. As diretrizes Plano Plurianual nortearia as ações da Superintendência e deveriam indicar as formas de desenvolvimento no Nordeste. Durante a gestão de Celso Furtado (1959-1964) foram elaborados somente dois planos; sendo o segundo interrompido pelo Governo Militar. O I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste compreende o período de 1961 a 1963; o II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste os anos de 1963 a 1965; o III Plano Diretor de Desenvolvimento o período de 1966 a 1968; e IV e último Plano Diretor, 1963 a 1973.

A SUDENE estava incumbida de articular os órgãos governamentais da região Nordeste, voltando sua atenção prioritária para o desenvolvimento dessa região. Os planos anuais dos órgãos que atuavam na região deveriam estar em consonância com os pressupostos estabelecidos dentro dos Planos Diretores da Superintendência. Poderia ainda, por meio de solicitação, dispor de pessoal especializado por cessão de funcionários alocados em outros órgãos públicos.

A Lei instituidora da SUDENE vinculou a autarquia diretamente a Presidência da República, o que lhe atribuiu o status de Ministério, conseqüentemente com rápido acesso ao Presidente da República e aos Ministros de Estado, fato que criou condições favoráveis quanto ao processo decisório (FILHO, 2010, p. 8).

A intenção era criar um órgão flexível e dinâmico que tivesse autonomia na formulação e agilidade no planejamento. Sendo a formação de um corpo técnico qualificado uma das primeiras tarefas (FURTADO, 1979).

Dentro das teses desenvolvimentistas, o papel atribuído ao planejamento no desenvolvimento econômico era central. As diferenciações econômicas regionais surgem como inflexões onde o planejamento aliado com a intervenção do Estado tinha a capacidade de corrigir eventuais características e tendências de estagnação econômica.

Em seus estudos sobre a SUDENE, Oliveira (1981) se afasta da perspectiva onde o planejamento é apresentado em uma visão utópica. Para o autor, o planejamento no sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada, em uma recusa as concepções onde o planejamento teria um caráter neutro ou revolucionário, até porque, a revolução estaria condicionada a uma

ruptura, sendo para o autor impossível nos marcos estreitos do planejamento. A atuação do Estado por meio do planejamento estaria relacionada aos conflitos de classes.

O padrão “planejado” não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e diversos agentes econômicos sociais e políticos. (OLIVEIRA, 1981, p.23)

O planejamento nunca poderia, por si só, superar as principais contradições postas pelo sistema de produção capitalista. Este caráter é reafirmado quando constatamos que o planejamento do Estado segue sempre interesses de classe, que no capitalismo corresponde aos interesses da burguesia. Oliveira⁶ fundamenta-se em Paul Baran⁷ ao referir-se a uma conferência da SUDENE em 1963: “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento”. Portanto cabe destacar que

[...] o planejamento não pode realizar é a suspensão da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho pago e trabalho não pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limita-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limita-se a repôr os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento no sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. (OLIVEIRA, 1981, p.24)

Mészáros (2009) destaca que no sistema capitalista o processo produtivo possui características anárquicas e destrutivas não havendo nenhum espaço para o pleno planejamento da vida social. Por muitas vezes, tentou-se disfarçar a impossibilidade de uma racionalidade planificada através da introdução no discurso de elementos como “a mão invisível” (Adam Smith); o “espírito comercial” (Kant); a “astúcia da razão” (Hegel). Tentava-se, atribuir a estes elementos, misteriosos poderes de organização social, mas nenhum deles poderia, de fato, realizar um

⁶OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião. Paz e terra, São Paulo, 1981, p. 24

⁷Paul Baran - Economista americano autor de “A economia política do desenvolvimento”

planejamento abrangente por conta das irreconciliáveis contradições do próprio capitalismo.

Nesse bojo, tal procedimento distorce a realidade, apresentando o antagonismo fundamental da sociedade de classes como conflitualidades individuais e eternas, onde as adversidades são problemas advindos da esfera do consumo. A divisão hierárquica do trabalho mandatária de uma estrutura de classes que responde pelas principais contradições sociais permanece imaculada de qualquer crítica por seu caráter eterno. (MÉSZÁROS, 2009)

Nesta perspectiva, o planejamento não surge como algo para responder as necessidades da sociedade, mas, como possuindo uma função corretiva a erros de cálculo e falhas advindas do processo de reprodução social. As soluções apresentadas são sempre parciais, pois são incapazes de questionar o cerne do problema – a divisão em classes – e propor mudanças estruturais. Os antagonismos sociais permanecem, assim, intocados, e o planejamento se reveste de elementos técnicos/ideológicos possibilitando a proclamada capacidade ilusória de reagir de forma efetiva aos problemas sociais (MÉSZÁROS, 2009).

Os seres humanos criam o Estado e seus instrumentos de dominação – leis, poder de tributação, coerção... - e os transformam, a partir da luta de classes, em instrumentos de classe. Essa forma de uso do Estado, como um Estado de classe, cria uma contradição, pois, a classe dirigente tem que atuar em seu interesse, mas afirma-se como interesse de todos – neste ponto, a ideologia torna-se essencial, para que a manutenção do poder se produza como um “interesse geral ilusório”. Outro ponto é a existência da autoridade investida nos funcionários do Estado, estes tornam-se árbitros, os órgãos e seus funcionários encontram-se ilusoriamente acima das classes (Harvey, 2001).

A criação da SUDENE encontra nestas características do Estado aportes importantes. Sua criação vem em conjunto com um discurso de desenvolvimento para todos, onde a intervenção planejada se baseia na melhoria de condições para todas as classes. Além disso, o discurso de tecnicidade às decisões dos órgãos colegiados tentam mascarar os conflitos e interesses de classe envolvidos, como se o projeto elaborado e implementado pelos seus técnicos não estivesse comprometido com interesses de classe. Mas para entender a atuação do Estado na implantação da SUDENE é necessário analisar as contradições que são colocadas neste processo.

É inegável que, com a industrialização do Nordeste, os níveis de vida na região foram melhorados.

Na democracia burguesa, a classe dirigente para preservar sua hegemonia precisa, por vezes, realizar concessões - que podem não serem de imediato seus interesses econômicos - aos governados. É essencial que, no processo de dominação dos trabalhadores, se transfiram alguns benefícios para estes para preservar o consentimento da classe subordinada, pois o estado precisa manter a aparência que governa para todos. Se estes benefícios aumentam o consumo, por exemplo, e a produção é beneficiada, melhor ainda (Harvey, 2001).

O discurso do planejamento e os conflitos de classe não podem ser entendidos de forma separada. A intervenção planejada do Estado no Nordeste brasileiro se reveste de um discurso de resolução de problemas como as disparidades regionais, mas atua com vistas de consolidar os grupos econômicos do Centro-Sul.

O processo de criação da SUDENE se insere em uma crise política que apesar da repercussão regional se reveste de um caráter nacional. As variações entre as coligações de força ilustram este processo. As disputas intra-regionais acabam por direcionar a perda de poder da burguesia industrial nordestina, este fato é entendido pela grande burguesia nacional como uma ameaça a sua hegemonia (OLIVEIRA, 2008).

A SUDENE surge nesse processo como uma forma de potencializar a entrada de grupos econômicos do Centro-Sul, destruindo as bases da economia regional. Isso vai propiciar a estes grupos econômicos uma “acumulação diferencial extraordinária”, ou seja, uma superacumulação. Oliveira (2008) destaca que a mão de obra nordestina representou para os grupos econômicos do Centro-Sul uma vantagem em termos de acumulação, uma vez que os custos da reprodução da força de trabalho eram muito inferiores.

A disputa pela regulamentação trabalhista e pelo estabelecimento do salário mínimo no Centro-Sul representou um impulso no processo de acumulação, Entretanto a sua não efetivação no nordeste figurava como uma forma de tolher os ganhos que os grupos hegemônicos do Centro-Sul obtivessem no Nordeste. Este fato é tão marcante, que, após o êxito da SUDENE, na transferência desses grupos hegemônicos para o nordeste se manteve as diferenças salariais entre as regiões do país (OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido o Estado, por meio do planejamento, torna-se funcional ao processo de acumulação e privilegia determinados grupos econômicos. As bases destes privilégios estavam inscritas na própria política implementada.

A SUDENE trás inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção “planejada” no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos diretores, isto é, de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul. Isso não é uma dedução que se permite apenas por um exame *a posteriori*: o que não estava garantido era o sucesso do empreendimento, mas seus objetivos não poderiam ser mais claros. (OLIVEIRA, 2008, p. 251).

Cabe destacar que a atuação da SUDENE não se insere somente na escala de uma disputa nacional entre grupos regionais hegemônicos. O Estado atua por meio dela no sentido de estimular a acumulação capitalista através de mecanismos que permitem facilitar investimentos mais lucrativos e, conseqüentemente, o aumento da taxa de lucro.

“Do mesmo modo, se a margem de lucro precisa se equalizada, então tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande mobilidade; o que significa que o estado deve se empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade” (Harvey, p. 84, 2001).

Neste processo a centralização e a concentração de capitais são estimuladas, e as intervenções do Estado acabam por privilegiar determinadas parcelas da classe dominante que estão mais adaptadas à etapa monopolista do capitalismo. Portanto, não podemos analisar este processo somente na escala das disputas oriundas dos diferentes interesses das diversas parcelas das classes dominantes pelas estruturas do Estado, mas de forma a compreender os movimentos de acumulação capitalista e suas contradições.

A lei que criava a SUDENE também especificava a dotação orçamentária do órgão, ficavam destinados anualmente além das verbas dos projetos destinados a outros programas um recurso próprio fornecido pela União não inferior a 2% da arrecadação anual (sendo destacada a prioridade destes recursos para obras relacionadas a projetos no “polígono da seca”). A SUDENE também seria responsável pela fiscalização e controle das verbas destinadas a programas e projetos desenvolvidos por outros órgãos que tivessem relação ao plano diretor e ao desenvolvimento da região.

A grande inovação, no caso dos planos [da SUDENE] submetidos ao Congresso, residia no fato dos orçamentos aprovados representarem dispositivos legais, conseqüentemente, os programas e os recursos previstos estariam devidamente assegurados e, em decorrência, o Poder Executivo estaria obrigado a incluir tais programas e os respectivos recursos na Proposta Orçamentária encaminhada, anualmente, ao Congresso Nacional (FILHO, 2010, p. 10).

A normativa que institucionaliza a SUDENE destacava a importância na atuação do combate aos problemas oriundos da seca, estabelecendo o controle de recursos, planejamento de ações e programas sobre supervisão e elaboração da SUDENE.

A Superintendência ainda possuía a prerrogativa de poder indicar aos governos quais os equipamentos ou empreendimentos receberiam isenção ou redução de impostos, visando a instalação de empresas, empreendimentos ou bens que fossem julgados como necessários para a aceleração do desenvolvimento. Na própria criação da Sudene, artigos das leis 3470/1958 e 2973/1956 foram reeditados em vistas de permitir por meio de dispositivo legal esses benefícios.

Com a criação da Sudene, o Governo Federal automaticamente estava autorizado pelos mesmos dispositivos legais a abrir um crédito no valor de 1 bilhão de cruzeiros⁸. Este valor estaria disponível para a execução dos projetos contidos nos planos diretores.

A SUDENE, por meio de seus mecanismos, que asseguravam a importação de equipamentos, muitas vezes com isenção alfandegária, além de isenções em impostos, taxas, ou seja, um número grande de mecanismos para transformar a mais-valia capturada pelo Estado em capital, transformava a riqueza captada pelo Estado em pressuposto da nova produção. Essa é uma das características mais marcantes do Estado no capitalismo monopolista, a SUDENE e seu esforço de intervenção planejada é a materialidade desta característica no Nordeste (OLIVEIRA, 2008).

“O planejamento é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua

⁸ De acordo com a tabela disponibilizada pela receita federal este valor convertido chega a aproximadamente 16 milhões. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/aliquotas/TabAtuBensDir.htm>

conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul” (OLIVEIRA, 2008, p. 247).

A fragilidade da burguesia industrial nordestina a tornou incapaz de acompanhar os ritmos de expansão do capitalismo nacional. Poucos foram os grupos da burguesia regional que resistiram frente à entrada da grande burguesia nacional e internacional, salvo os casos onde os grupos regionais, nacionais e internacionais que já encontravam-se associados.

O discurso apresentado nos documentos e na propaganda da SUDENE de enfretamento de oligárquicas e “descaptura” do Estado, patrocinou, por outro lado, a captura deste mesmo Estado por outros grupos hegemônicos. Os incentivos fiscais aprovados pela criação da SUDENE possuem a característica de desonerarem os impostos como forma de estimular a expansão, entretanto, cabe destacar que a forma de desoneração beneficia de maneira desigual, posto que, aquelas empresas que mais pagam impostos seriam as que mais seriam desoneradas. Dessa forma, os grupos do Centro-Sul que possuíam mais capital investido eram os principais beneficiados (OLIVEIRA, 2008).

Ou seja, como afirmamos anteriormente, as políticas do Estado em consonância com a etapa monopolista do capitalismo, acabam por privilegiar as parcelas da classe dominante que estão aptas a centralizar e concentrar capitais. Neste caso os Grupos econômicos do Centro-Sul mais relacionados, ainda que de forma subordinada, com as capitais internacionais estavam mais adaptados a usufruir das alavancas a acumulação desenvolvidas pelo Estado, por meio da SUDENE, na Região Nordeste.

O principal norteador da SUDENE no auge do seu funcionamento (1959-1964) foi o primeiro Plano Diretor, o documento contou com os estudos já realizados previamente pelo CODENO e pela equipe formada assim pós-institucionalização do órgão.

O primeiro Plano Diretor da SUDENE concentrou sua programação, dando cumprimento às proposições do GTDN, em levantamentos básicos, estudos, pesquisas e, principalmente, na implantação de uma infra-estrutura mínima que assegurasse condições para iniciar a execução de programas transformadores da realidade nordestina (FILHO, 2010, p. 9).

O 1º Plano Diretor da SUDENE encaminhado ao Governo e aprovado, circunscrevia o período de 1961 – 1963. Este plano iria orientar a atuação da superintendência e os esforços do Conselho Gestor em seus primeiros anos de funcionamento. O documento parte de estudos anteriores e aponta um diagnóstico sobre o empobrecimento relativo da região Nordeste.

A aprovação do 1º Plano Diretor representa as disputas de classe que ocorriam no processo de institucionalização da Superintendência. Apesar do Plano ter sido enviado ao Congresso Nacional ainda em 1960, o mesmo só foi aprovado pela Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961. Celso Furtado, como Superintendente, em várias atas do CODENO realizou apelos e alertou que o atraso do congresso em debater o plano enviado acarretaria inúmeras complicações, pois sem isso, todo o esforço planejado não poderia ser efetivamente implantado.

O Congresso Nacional utilizou-se dos mais diversos argumentos para justificar o atraso do andamento do processo, alguns meramente burocráticos, como a formatação do documento. Esse tipo de morosidade não foi nenhuma novidade, o episódio de aprovação do 1º Plano Diretor foi mais um dos embates. Em 1959 o Congresso chegou a recusar o Plano rodoviário, elaborado pela Superintendência, e dificultar a aprovação da Lei de criação da SUDENE, esta só foi garantida após a intervenção do governo Federal.

O Plano Diretor apresentado para iniciar os trabalhos da SUDENE expunha uma mudança na condução da política econômica pelo governo. Reconhecia uma mudança de atitudes, a intervenção do Estado de forma planejada é vista como necessária para o desenvolvimento econômico.

O Governo Federal assume como um dos seus objetivos a promoção do desenvolvimento econômico social. Mesmo com um anterior aumento no aporte de verbas, a região Nordeste apresentava uma relação negativa entre o envio de verbas pelos órgãos governamentais e a arrecadação da receita. De acordo com o Plano Diretor 1961-1963, “Quando um aumento do esforço do investimento não corresponde a uma elevação da taxa de crescimento, o mais provável é que tenha havido uma queda na eficiência dos investimentos” (BRASIL, 1961, p.12).

A SUDENE responderia como órgão responsável por reverter a eficiência dos investimentos. Através da mudança de atitude por parte do governo, indicando agora o Estado como promotor do desenvolvimento de forma planejada. Não bastaria “intervir para crescer”, mesmo assumindo que em economias pouco dinâmicas o

governo tem uma função concreta em termos de atuação voltada para o desenvolvimento econômico, o planejamento e a integração são indispensáveis neste processo.

Dessa forma, a ação integrada no setor público é tanto mais indispensável quanto maior for a responsabilidade deste na liderança do desenvolvimento. Ora, essa integração não se pode realizar sem a integração de uma política de desenvolvimento. O planejamento – chave para a ação coordenada – pressupõe a unidade de direção assegurada pela existência de uma política (BRASIL, 1961, p.12).

Constituindo-se em um instrumento, o Plano orientou um investimento centralizado sendo das ações coordenadas para o desenvolvimento do Nordeste pelo Governo Federal. Essa coordenação dos diversos órgãos federais, através de um único instrumento, pressuponha uma reestruturação administrativa prevista no plano, sendo a “criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos” parte das atribuições da SUDENE no sentido de transformar a SUDENE em um instrumento dinâmico capaz de coordenar esforços para o desenvolvimento do Nordeste.

O princípio que norteou a elaboração do presente plano diretor é que devemos caminhar, no campo dos investimentos públicos, no sentido do planejamento e descentralização da execução. A SUDENE deverá transformar-se, progressivamente, no grande órgão de estudo, informação, planejamento e controle do Governo Federal, no Nordeste, cabendo a parte executória a órgãos especializados ou empresas criadas pela própria SUDENE com fins específicos (BRASIL, 1961, p.15).

O Plano apontava a criação de empresas de sociedade de direito privado com uma das estratégias para desenvolver projetos e setores específicos, de forma mais flexível e ágil, conforme a SUDENE avaliasse necessário. Essas Empresas em setores estratégicos como a Mineração seriam colocadas como forma de incentivar e executar projetos onde o setor privado por inúmeros motivos não apresentasse interesse.

Conjuntamente com a criação de Empresas de direito privado, o Plano Diretor indicava a necessidade de regulamentar a coordenação dos incentivos da iniciativa privada. A lei que instituiu a SUDENE estabelece como sendo de sua responsabilidade a análise e concessão de incentivos. Esses incentivos são

classificados em três tipos conforme o Plano Diretor: Fiscal – Financeiro – Cambial. Sendo descritos como:

a)fiscal: isenção de impostos e taxas **b)**financeiro: concessão de empréstimos a baixas taxas de juros **c)** cambial: aporte gratuitos pela redução no preço de divisas destinadas a aquisição de equipamentos ou partes complementares importadas (BRASIL, 1961, p.16).

Foram apontadas ainda a existência de iniciativas que pressupunha a existência de investimentos a fundo perdido, em áreas onde, mesmo com os incentivos, não haveria a atuação da iniciativa privada. A ajuda da criação e reestruturação de empresas na região juntamente com as medidas acima orientava-se na perspectiva de fomentar a criação de um empresariado na região, considerado um dos problemas para o desenvolvimento (FURTADO, 1989).

Era também proposta do I Plano Diretor a criação de várias empresas de capital misto de setores estratégicos. Furtado (1979) acreditava na necessidade de se criar bancos dos governos estaduais através dos recursos da SUDENE como forma de estimular o surgimento de um empresariado. Filho (2010) aponta que a estrutura que futuramente deu origem ao SEBRAE surgiu de uma proposta da própria SUDENE (O Núcleo de Assistência Industrial).

As primeiras ações concentraram, no campo do financiamento estrangeiro, no crédito para obras de saneamento nas capitais nordestinas junto ao BID. E na construção da viabilização de levantamentos técnicos na áreas de “aerofotogrametria, geologia, hidrogeologia, pedologia, cartografia e assemelhados, bem como pesquisas e estudos socioeconômicos que permitissem o conhecimento da Região” (FILHO, 2010, p. 10).

2.1.1 A atuação da SUDENE de 1960 a 1964

Durante o funcionamento da SUDENE de 1959 a 1964, as principais discussões, os principais projetos e ações aprovadas e postas em prática passaram pelo CODENO. Uma análise da atuação da SUDENE perpassa necessariamente pelo estudo das resoluções e debates desenvolvidos nessa instância.

A SUDENE, durante sua atuação, estabeleceu convênios com universidade e centros de pesquisa internacionais. O diagnóstico sobre a incipiente existência de

estudo sobre o Nordeste motivou o esforço no sentido tanto da formação de mão de obra técnica especializada e da construção de convênios possibilitando inúmeros levantamentos. A análise das atas do CODENO revelam, a título de exemplo, iniciativas como Bolsas de estudo na França, Parceria com a Ford Foundation para concessão de bolsas e a construção do projeto de irrigação, Parceria com a FAO para elaboração de projetos de irrigação de 60 mil Km² no São Francisco, Bolsas de Estudo para técnicos nos Programas da CEPAL, Convênios de pesquisas em diversas áreas.

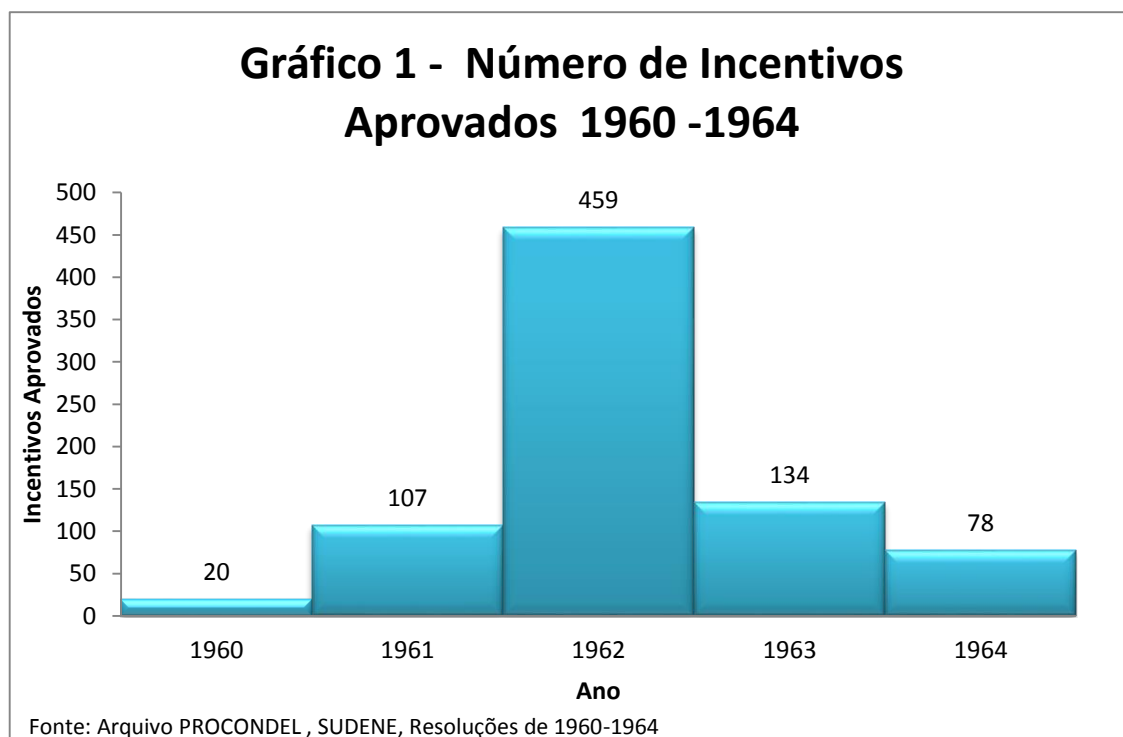
Essa formação de técnicos, bem como a atração de pessoal especializado oriundo do Nordeste, mas que estavam alocados no Sul do país possibilitou com o tempo a constituição de um corpo técnico voltado para atuar na SUDENE e desenvolvendo pesquisas no Nordeste. Com isso foi possível a elaboração dos mais diversos planos entre eles o Plano Geológico, O Projeto de Irrigação e Reforma Agrária, o Plano de Eletrificação, entre outros.

Como demonstramos o processo de industrialização capitaneado pela SUDENE, previa uma série de incentivos para a instalação de empresas. Entre eles os mais importantes eram os incentivos por meio de benefícios sobre os impostos cobrados sobre a renda, os benefícios cambiais na importação de equipamentos industriais não produzidos no Brasil e os financiamentos a taxas de juros menores que o mercado, por meio dos bancos estatais.

Essas concessões para serem adquiridas pelas empresas pleiteantes necessitavam, além de contar com a análise da secretaria executiva da SUDENE, que analisava a prioridade do investimento, bem como a compatibilidade com as modalidades indicadas nos planos de desenvolvimento da Superintendência. Após a análise, o incentivo só era aplicado com a aprovação do CODENO, ou seja, apesar dos pareceres, os conselheiros tinham autonomia no sentido de recusar ou aprovar os investimentos.

No período de 1960 a 1964 podem ser encontradas mais de 800 resoluções e mais de 800 pareceres que descrevem tanto as análises da secretaria executiva quanto as resoluções votadas no CODENO sobre a liberação destes incentivos. O trabalho de sistematização destes documentos (Anexo I) permite realizar análises que demonstram as características gerais dos incentivos liberados pela SUDENE neste período.

A análise desta documentação permite perceber que, apesar da SUDENE ter sido criada em 1959, os projetos de incentivo só começaram a ser adotados em maio de 1960 (Gráfico I). A regulação que vai reger estes incentivos foi, inicialmente, a própria lei que instituía a SUDENE (Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959) logo após, o decreto que regulamenta da SUDENE foi introduzido como instrumento normativo complementar (Decreto nº 47.890, de 9 de 1960). Outros instrumento de regulação e análise foram sendo usados com o passar do tempo e desenvolvimento de planos, diretrizes e metas pela Superintendência.



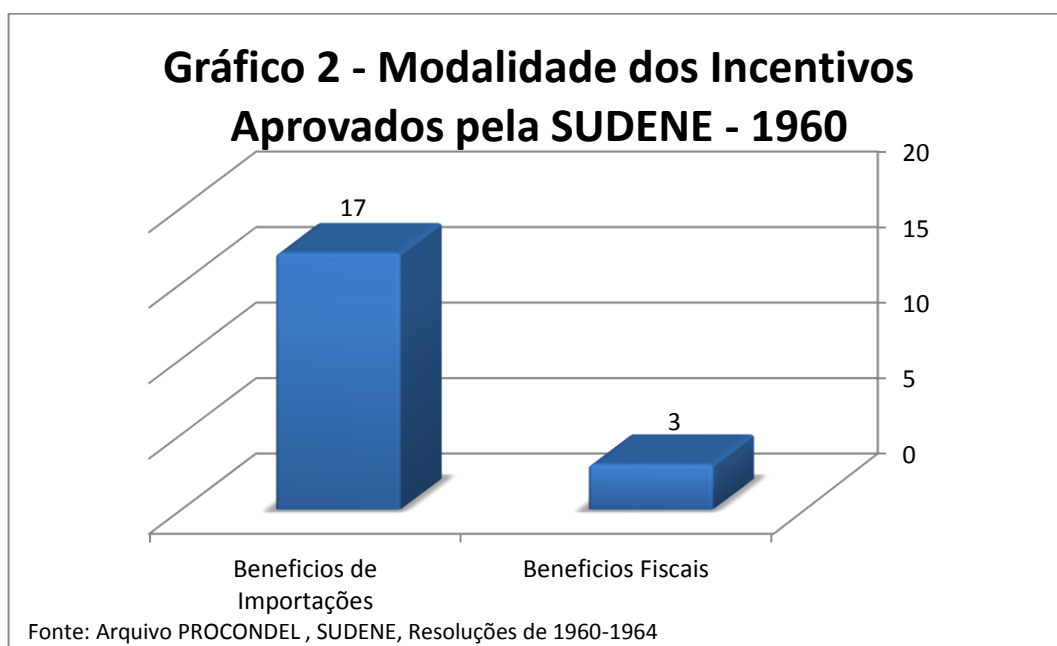
A perspectiva de inúmeras indústrias obterem favorecimento ao investirem na região, bem como a perspectiva de fortalecimento e ampliação de empreendimentos na Região Nordeste mobilizou um contingente considerável de empresas nos primeiros anos de existência da Superintendência. Apesar de no primeiro ano (1960) este número será apenas de apenas 20 empreendimentos, no segundo ano (1961) é possível verificar um aumento de 535%, um total de 107 empresas recorreram a SUDENE na perspectiva de obterem algum tipo de incentivo.

Entretanto, é no terceiro ano de funcionamento do mecanismo que a maior parte dos pedidos é feita. De 1961 a 1962, um aumento de 428% no número de pedidos de incentivos são registrados e aprovados pelo CODENO (459 pedidos). Tal

fato demonstra que, em apenas dois anos de funcionamento pleno, a SUDENE havia se tornado uma instituição que concentrava em si poderes de enorme relevância no processo de industrialização da Região Nordeste. A efetiva aprovação do 1º Plano Diretor, que dotava a SUDENE de uma capacidade interventiva abrangente possibilitando este crescimento.

O número de resoluções que são aprovados nos anos posteriores tendem a cair drasticamente. Em 1963 e 1964 são registrados números cada vez menores, com uma queda de respectivamente 71% e 83%, comparados com o ano de 1962. A dinâmica destes incentivos não pode ser analisada somente pelo componente quantitativo, se faz necessário operar uma análise mais detalhada destes dados para se encontrar uma explicativa da diminuição dos incentivos liberados.

Quando analisamos o tipo de benefício ao longo dos anos a dinâmica pode trazer alguns elementos elucidadores. No primeiro ano de atuação da SUDENE os incentivos se concentraram, majoritariamente, em benefícios relacionados com a importação de equipamentos que não eram produzidos no Brasil. Do total, 85% das solicitações centraram atenção em equipar unidades produtivas já existentes.



A preocupação com o reequipamento industrial apareceu bem antes da criação da SUDENE. Nos primeiros debates na ONU sobre a conformação daquilo que viria a ser a CEPAL, bem como nos documentos e recomendações desta instituição esse ponto aparece sempre como central no processo de retomada do crescimento econômico. Na SUDENE isto não foi diferente, sendo reequipamento

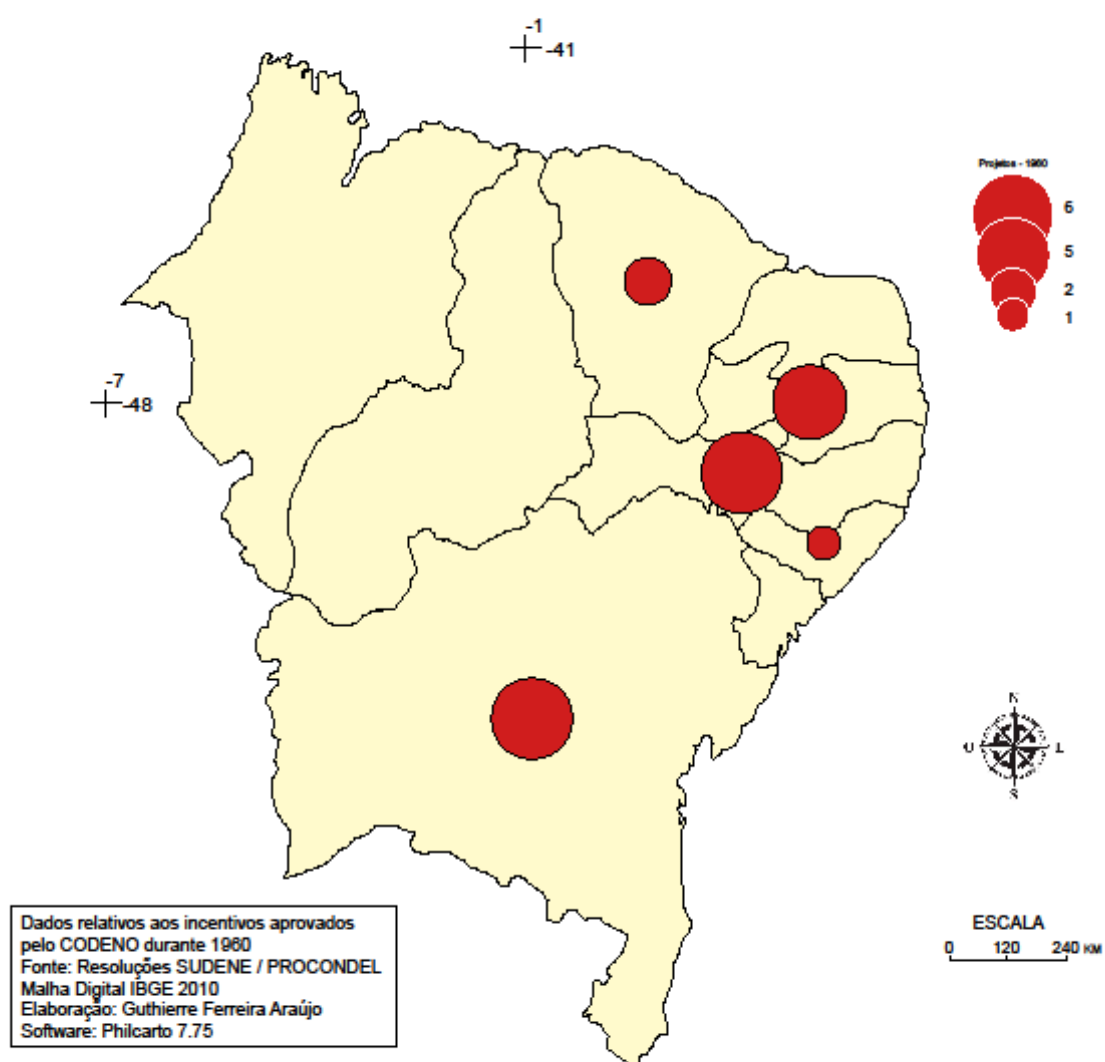
um dos principais pontos no sentido de dinamizar a econômica nordestina, é compreensível que as primeiras iniciativas viriam a contemplar este ponto.

Neste sentido, setores⁹ como Produção e Processamento de Alimentos, Materiais de Construção e Cerâmicas, Mineração e o Setor Têxtil e de Fibras foram os primeiros a receberem incentivos no sentido de reequipar empreendimentos industriais na região. Essa política viria a adiantar um dos focos do primeiro plano diretor da SUDENE. Entretanto, a concentração em estados como Bahia, Pernambuco e Paraíba refletia, de certa maneira, os principais estados em termos de localização de indústrias e infraestrutura (Figura I).

⁹ No processo de análise das resoluções da SUDENE se fez necessário categorizar as empresas para permitir a análise de uma ampla variedade de dados, desta forma elencamos quatorze setores onde agrupamos as empresas. (1) Couro – empresas relacionadas a extração e processamento de couro exemplo de costumes (2) Indústria Naval – Empresas relacionadas a atividades de produção de navios e equipamentos náuticos a exemplo de estaleiros (3) Indústria de Equipamentos – Empresas relacionadas a produção de bens de produção utilizados em outras indústrias (4) Têxtil e Fibras – Empresas envolvidas com a produção e beneficiamento de algodão e outras fibras (5) Siderurgia – Empresas de processamento de metais (6) Sal – Indústria extrativista de Sal (7) Química – Empresas relacionadas a produção de produtos químicos (8) Materiais de Construção e Cerâmicas – Extração e processamento de materiais utilizados na construção civil (9) Extração e Processamento de Óleos – Indústria responsável pelo processamento de oleaginosas (10) Bens de Consumo – Empresas relacionadas a produção de bens de consumo em geral (11) Alimentos – Empresas relacionadas a todo tipo de produto alimentício, sendo eles agrícolas (in natura), processados, pescados etc... (12) Sucrialcooleiro – Usinas produtoras de açúcar e álcool (13) Mineração – extração e minérios sem processamento (14) Farmacêutica - produção de medicamentos. Nos anexos encontra-se a tabela construída com a sistematização completa destes dados.

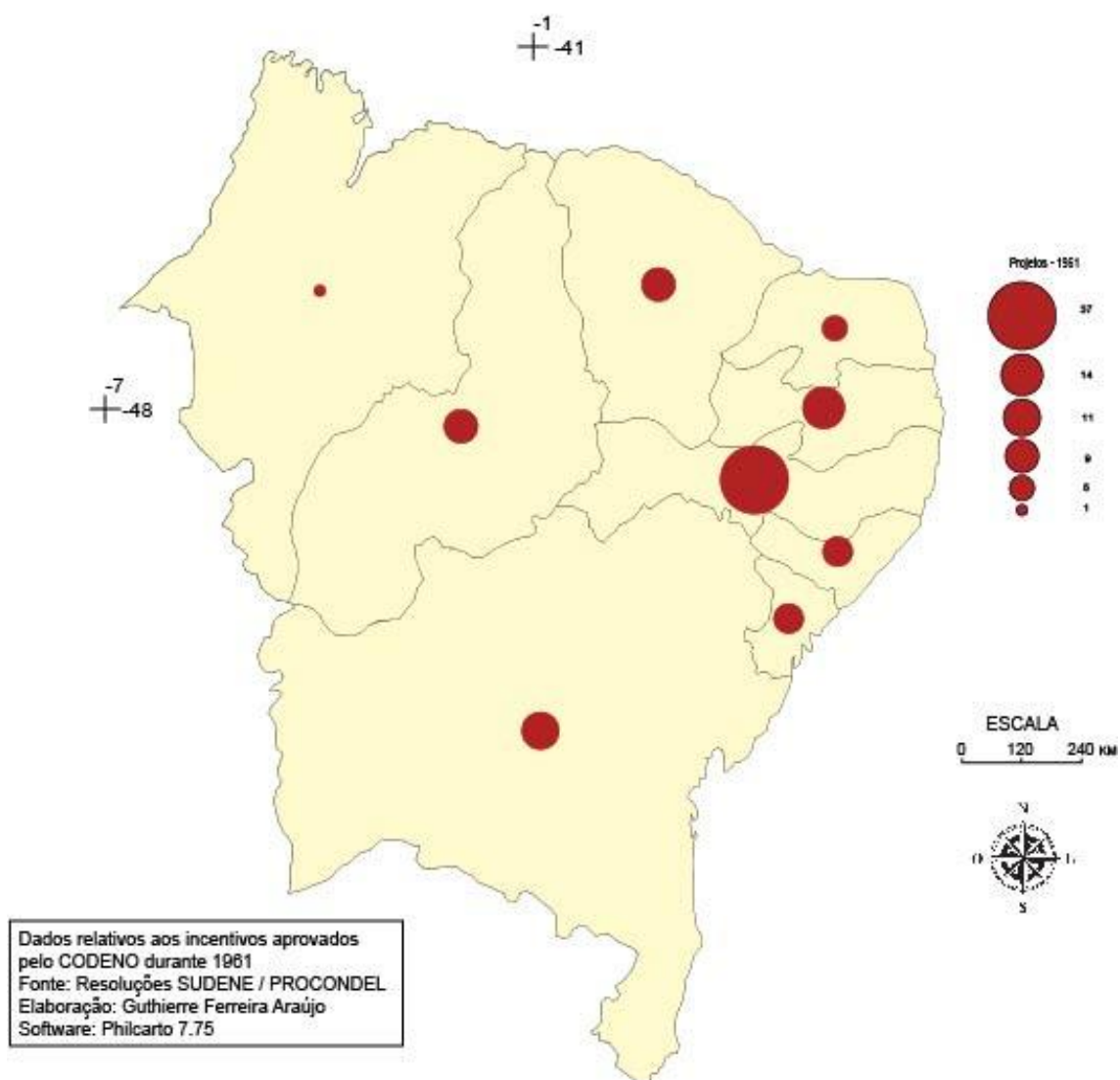
FIGURA 2

NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DOS INCENTIVOS APROVADOS PELA SUDENE 1960



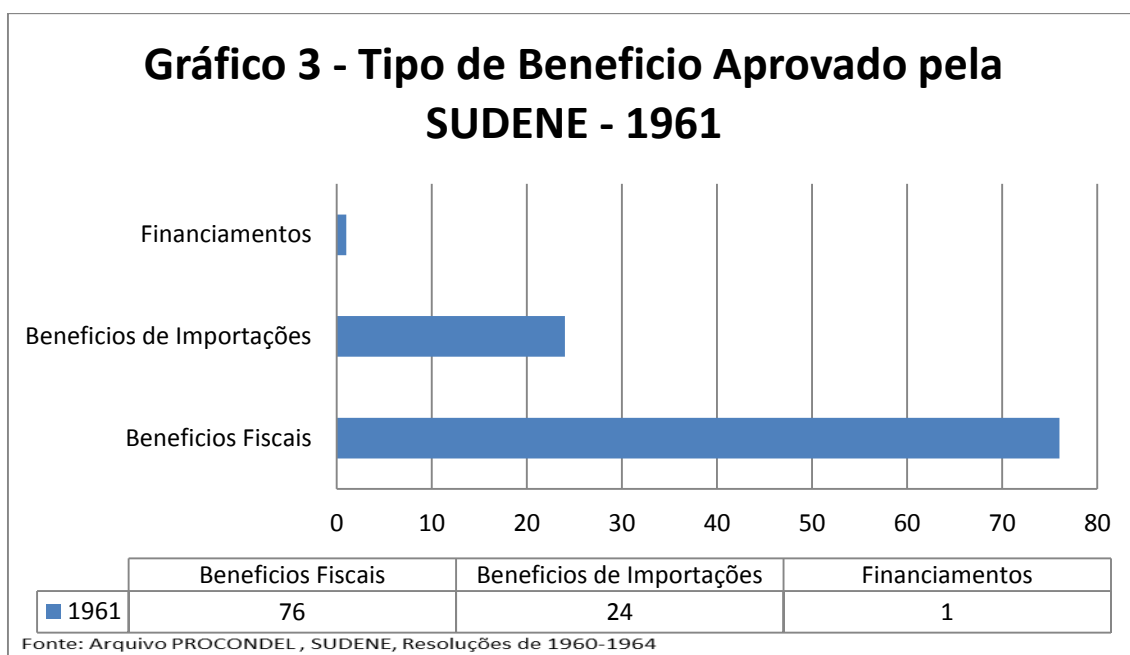
A partir de 1961, a espacialização dos incentivos adotados pela SUDENE chega a todos os estados da Região Nordeste. É possível verificar que esta distribuição encontra-se concentrada em Pernambuco (Figura II). Estados como Maranhão, tem somente um projeto aprovado (de um total de 107). Ou seja, existia dentro da própria Região Nordeste uma desigualdade, os elementos que permitem a análise das diferenças de desenvolvimento entre o Centro-Sul e o Nordeste que foram mote da criação da SUDENE se reproduzem internamente a partir de uma estrutura prévia desigual.

FIGURA 3
NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DOS INCENTIVOS APROVADOS PELA SUDENE 1961



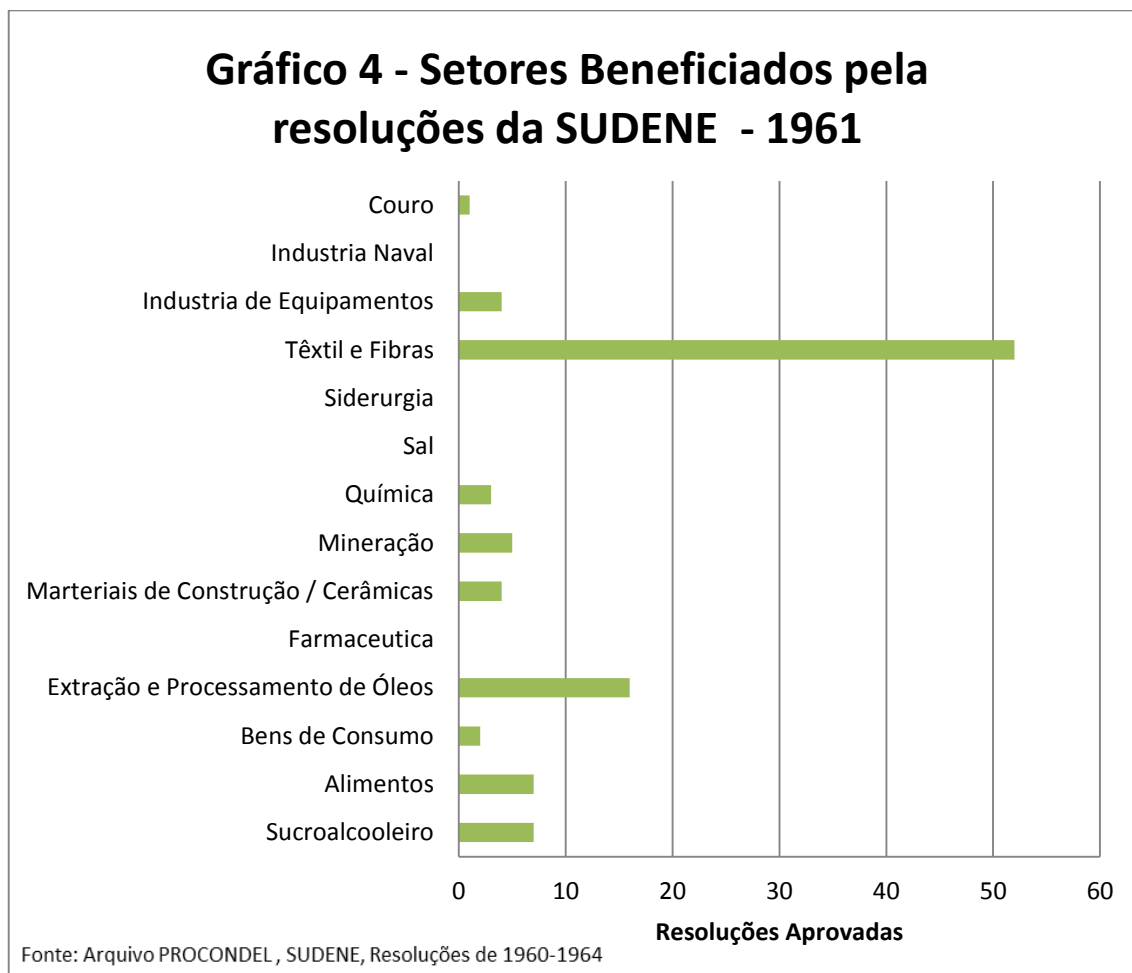
O caráter desses incentivos passam por uma mudança no segundo ano da implementação da SUDENE. Se antes os incentivos concentravam atenção na importação de equipamentos, com o objetivo de reequipar a indústria nordestina, em 1961, incentivos que contemplavam a redução de impostos sobre a renda gerada são a ampla maioria.

Esses novos incentivos tiveram um objetivo diferenciado do Reequipamento Industrial, estes tinham por objetivo incentivar a entrada de novas indústrias e estimular as já existentes expandirem sua atuação. O incentivo poderia liberar a empresa de até 50% dos impostos cobrados sobre a renda caso os critérios apontados nos planos e regimentos da instituição fossem cumpridos. Como já destacamos este mecanismo permitia que os grupos empresariais do Centro-Sul desonerassem parcelas maiores, uma vez que a renda obtida por estes grupos era superior a renda obtida pelos grupos regionais.



Essa nova configuração que coloca o número de benefícios fiscais em mais evidência que os benefícios de importação, acabam por possibilitar um número maior de empresas abarcadas pela política da SUDENE. Uma vez que a política de importação de equipamentos contemplava maquinário industrial não produzido no Brasil, somente uma parcela de indústrias que possuíam capital para as inversões e em setores dependentes de tecnologia importada.

Apesar dessa nova dispersão em outros setores produtivos, os benéficos acabam concentrados no setor industrial têxtil e de fibras. A novidade é a entrada de setores como Processamento de Couro, Indústria Química, Mineração, Extração e Processamento de Óleos, Bens de Consumo e o Setor Sucroalcooleiro.



A indústria têxtil no Brasil historicamente possui importância por ter sido um dos primeiros segmentos a consolidar-se, ela esteve diretamente ligada com o processo de industrialização brasileiro. Ao ter sido impulsionada e pela demanda gerada com os efeitos da Primeira Guerra Mundial, consolidou o monopólio do mercado interno, sendo sua produção ascendente até o final desta.

O pós-guerra revelou um cenário diferente, com uma diminuição da produção, que só retomou patamares elevados com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o aumento das importações. Ocorre no país uma política de substituição das importações e aumento de exportações impulsionada pela existência dos conflitos em escala internacional. O fim da guerra acabou por provocar uma diminuição da

demanda por importações e consequentemente uma retração da produção brasileira (VILAR et. All, 2014).

A existência deste número de empreendimentos que procuraram a SUDENE como uma forma de conseguir algum tipo de incentivo, seja ele financiamento, benefícios fiscais ou em importações de equipamentos, é algo compreensível em vista deste histórico. Mesmo o Nordeste não sendo o principal produtor industrial, existia previamente uma base industrial construída ao longo dos anos na região. Cabia então a SUDENE estimular o desenvolvimento deste setor por meio de suas políticas.

A importância dada a este problema era tamanha que, ainda dentro do CODENO, em 1959, foram encomendados os estudos que possibilitaram o diagnóstico e o traçado de um plano de ação. Os estudos da situação da indústria têxtil bem como os planos de intervenção foram pela primeira vez apresentados de forma estruturada dentro do 1º Plano Diretor da SUDENE em 1961.

Neste sentido, ainda em 1961, foi aprovado pela SUDENE o Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional. A SUDENE entendia que os empreendimentos ligados ao setor têxtil tinham uma enorme importância dentro do processo de desenvolvimento. O contingente de pessoas empregadas, diretamente ou indiretamente, passava das 100 mil pessoas e a situação com o passar dos anos tinha sido agravada pela falta de investimentos ocasionando o fechamento de alguns empreendimentos na região. Os relatórios da SUDENE (1961), demonstram o peso deste setor no nordeste (Tabela I).

Tabela 1		
Indústria Têxtil em relação ao total das indústrias do Nordeste – 1958		
	Inclusive Têxtil	Exclusive Têxtil
Mão de Obra empregada	37%	58%
Salários pagos	36%	57%
Valor da produção	28%	38%
Valor de transformação industrial	25%	33%

Fonte: Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional, 1961 - SUDENE

Os dados demonstravam que, além de uma diminuição progressiva do número de indústrias têxtil na Região Nordeste, a sua importância, comparada com

a mesma indústria das outras regiões do Brasil, vinha sofrendo uma constante desvalorização, seja na parcela dos salários pagos, no valor da produção e no número de mão de obra empregada. Portanto seria necessária uma intervenção planejada e focada no setor para reverter o quadro.

Tabela 2		
Indústria Têxtil do Nordeste em Relação ao País		
	1949	1958
Mão de Obra empregada	35%	22%
Salários pagos	21%	12%
Valor da produção	20%	16%
Valor de transformação industrial	19%	13%

Fonte: Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional, 1961 - SUDENE

Além das importações de maquinário moderno visando adotar padrões de produção mais elevados, manutenção de empregos, e em alguns casos ampliação da mão de obra empregada. Foram adotadas medidas como o treinamento de administradores e operários. Os cursos iniciaram pelo estado de Sergipe seguindo por Ceará e Pernambuco, posteriormente seriam atendidos os outros estado da região.

As verbas do referido programa mobilizaram investimentos por meio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), além de recursos do Governo Federal. E contava tanto com uma política que possibilitava a compra de equipamentos como inserções fiscais a fim de incentivar a indústria. O projeto conseguiu de forma progressiva abarcar a cada ano um número crescente de empreendimentos ligados ao setor, como poderá ser observado ao analisarmos o Gráfico III.

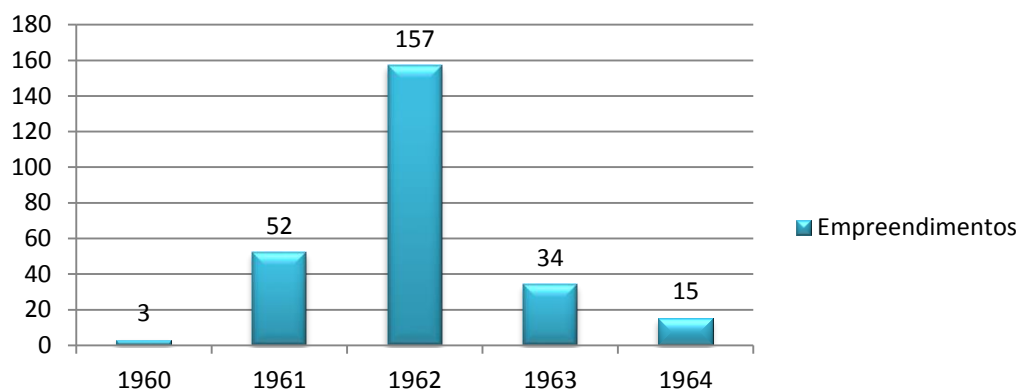
Ao realizarmos uma correlação entre os dados obtidos através da análise e sistematização das resoluções da SUDENE e com o levantamento a cerca do setor feito pela SUDENE em 1959, podemos inferir duas coisas. O número de projetos entre os estados da Região Nordeste, durante o recorte temporal analisado (1960-1963) comparado com o número de empreendimentos existentes na região anteriormente a instalação da SUDENE (1959), mesmo considerando algumas

duplicidades, por conta de uma ou outra empresa solicitar mais de um tipo de benéfico, acaba por sofrer um estímulo bastante eficaz no que diz respeito a instalação e produtividade do setor.

Tabela 3			
Distribuição das fábricas pesquisada, por estado, número de operários ocupados e algodão consumido			
1959			
Estados	Número de Fábricas	Número de operários ocupados	Estimativa do consumo de algodão (ton.)
Maranhão	5	1410	3574
Piauí	-	-	-
Ceará	8	2866	7463
Rio Grande do Norte	2	141	621
Paraíba	6	4108	5605
Pernambuco	14	11792	20695
Alagoas	8	4900	6553
Sergipe	12	4451	7498
Bahia	6	2091	4261
Nordeste	16	31759	56270

Fonte: Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional, 1961 - SUDENE

Gráfico 5 - Número de Incentivos Aprovados pela SUDENE para a Indústria Têxtil - 1960 / 1964

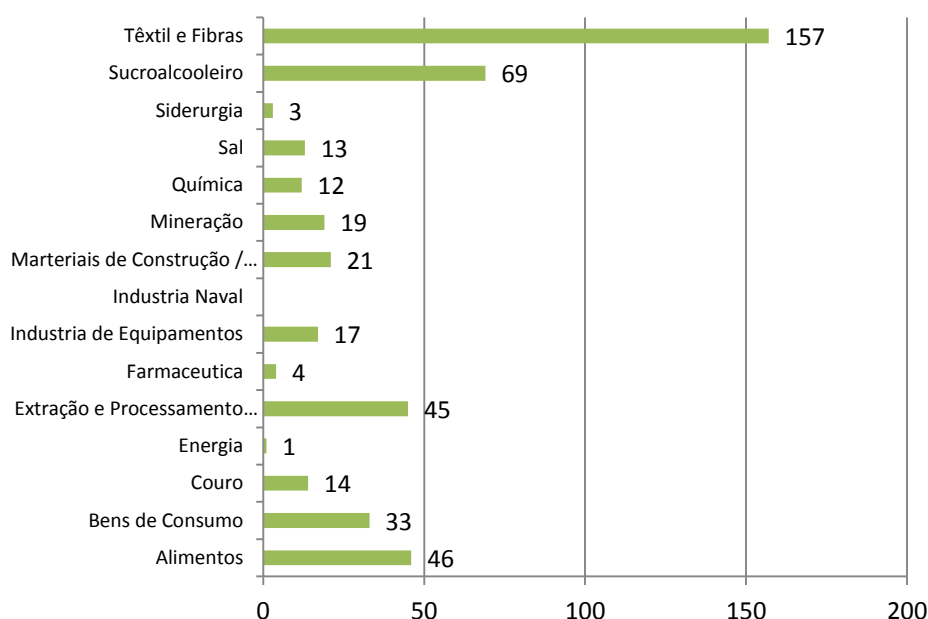


Fonte: Arquivo PROCONDEL, SUDENE, Resoluções de 1960-1964

A continuidade dos trabalhos em torno dos incentivos teve seu ápice em 1962. Os 459 incentivos aprovados neste ano demonstraram que a política adotada pela SUDENE possuía, de fato, entrada no empresariado brasileiro, e que a coordenação de ações em torno da SUDENE permitiu a expansão da indústria nordestina.

Neste ano foi possível abarcar quase todas as áreas que categorizamos no início desta dissertação. Ou seja, a grande quantidade de incentivos também possibilitou a diversificação destes. Sendo que a indústria têxtil e de fibras continuou sendo a principal beneficiada.

Gráfico 6 - Setores Beneficiados pela resoluções da SUDENE - 1962



Fonte: Arquivo PROCONDEL, SUDENE, Resoluções de 1960-1964

Pela primeira vez aparecem na lista de beneficiados o Setor Sucroalcooleiro. Sendo que, para este setor, somente em um processo houve a solicitação de benefícios relacionados à importação de maquinário ou modernização das unidades produtivas, 99% dos pedidos estiveram ligados aos benefícios de redução de impostos sobre a renda. Ou seja, ampliação dos lucros das usinas existentes.

A indústria responsável pelo álcool no Brasil passava por uma retração, apesar de na década de 1940, por conta da Segunda Guerra, a produção de álcool ter aumentado em resposta a uma demanda nacional, uma vez que a mistura entre álcool e gasolina chegou a 47%. O pós-guerra alterou essa relação, e nas décadas de 1950 e 1960 houve sucessivas reduções de demandas, a mistura entre álcool e gasolina chegou a ser no fim da década de 1960 2,7%¹⁰. Os incentivos da SUDENE para redução de impostos neste setor significou a preservação de partes dos lucros de parcela da oligarquia nordestina que controlava a produção de cana-de-açúcar no nordeste.

¹⁰ Dados retirados do Portal do Biodiesel (<http://www.biodieselbr.com/proalcool/historia/proalcool-industria-sucroalcooleira.htm>)

O aumento dos incentivos no ano de 1962 manteve o caráter de concentração regional dos investimentos. Pernambuco continuou sendo o principal beneficiário, sendo que o estado do Ceará teve um aumento considerável na participação, comparado com os valores relativos e absolutos dos anos anteriores. Os estados do Piauí e do Maranhão continuaram sendo os com o menor número de incentivos aprovados.

Quando analisamos os investimentos e sua distribuição espacial, podemos inferir estados que hoje possuem as principais metrópoles da Região (Recife, Salvador e Fortaleza) foram os que mais tiveram aportes a suas empresas (Figura 3) no ano de 1962. O caso que destoia é o da Paraíba, que por possuir um pólo têxtil beneficiado pelo Programa de Reaparelhamento da Indústria Têxtil, uma quantidade de incentivos próximos ao da Bahia, foi despedida.

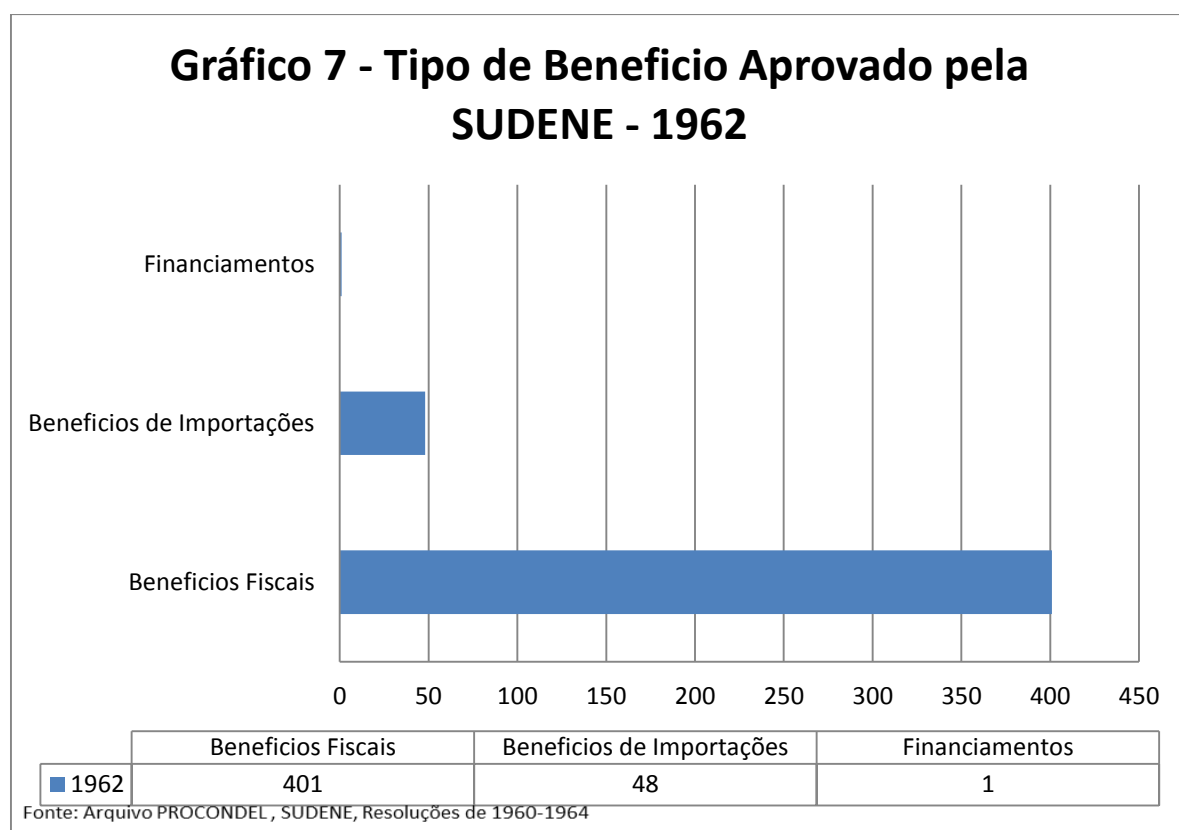
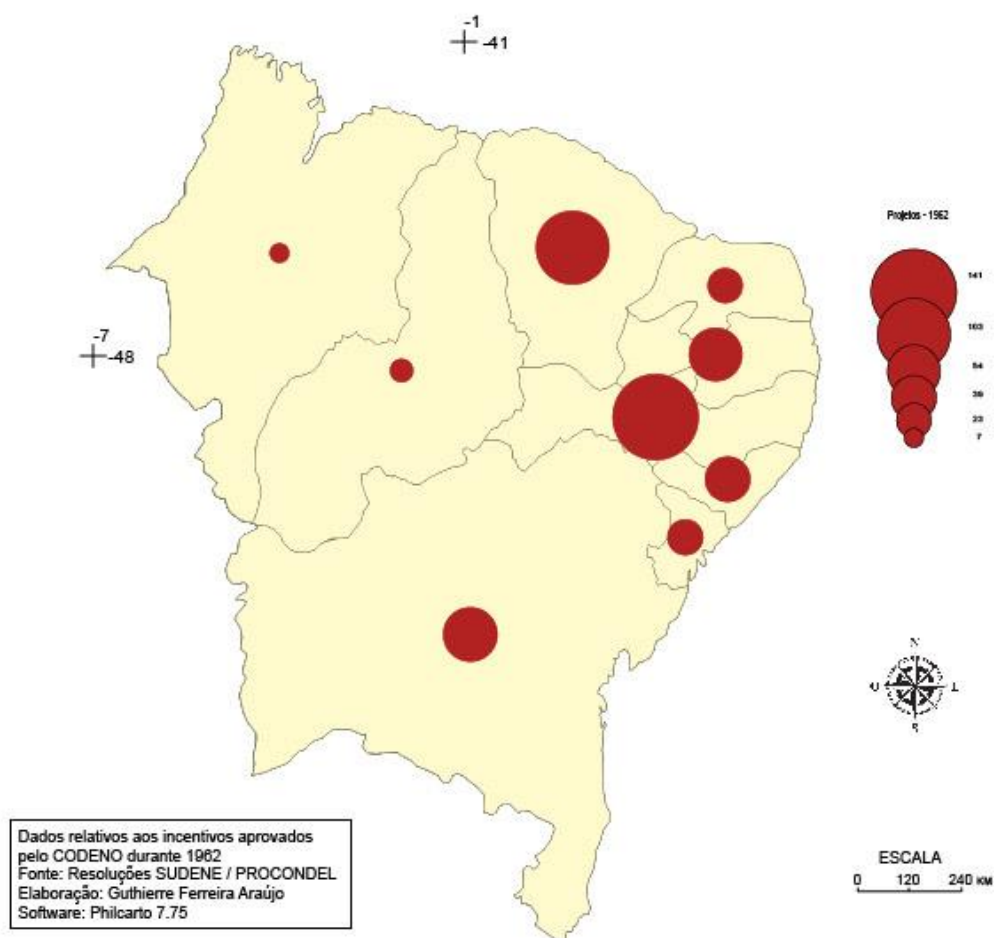


Figura 4

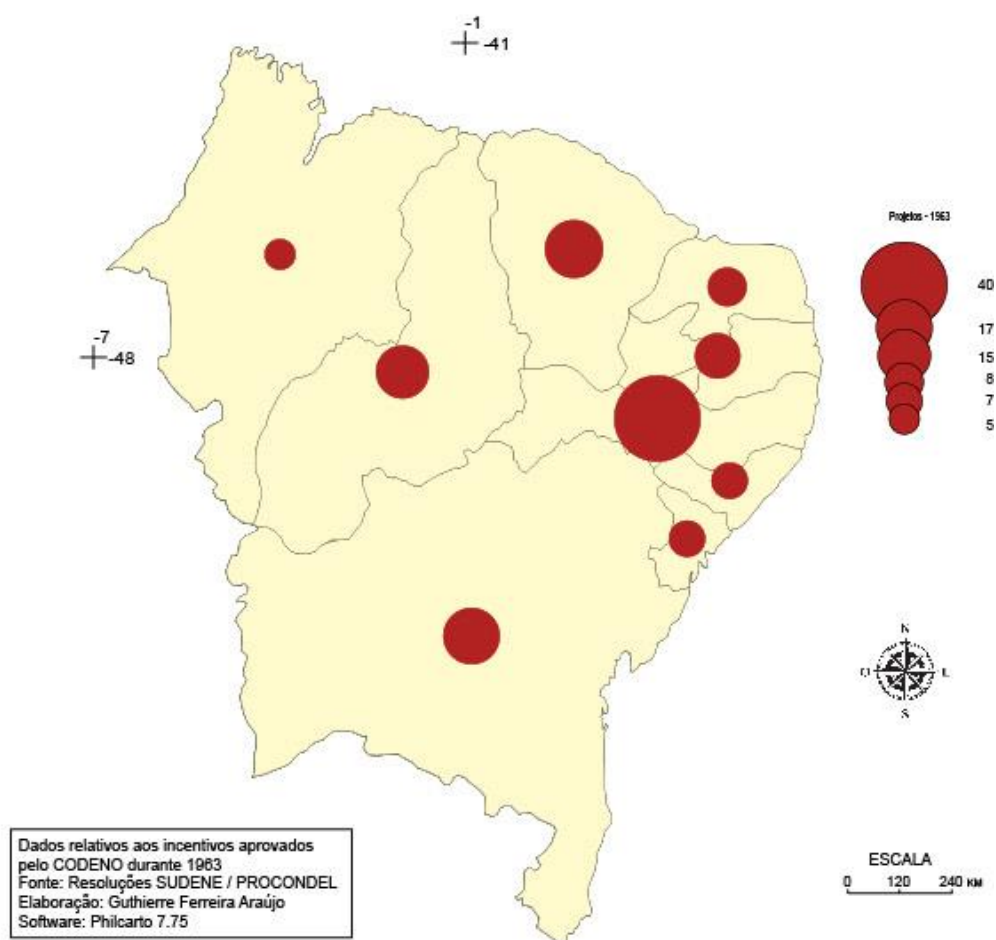
NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DOS INCENTIVOS APROVADOS PELA SUDENE 1962



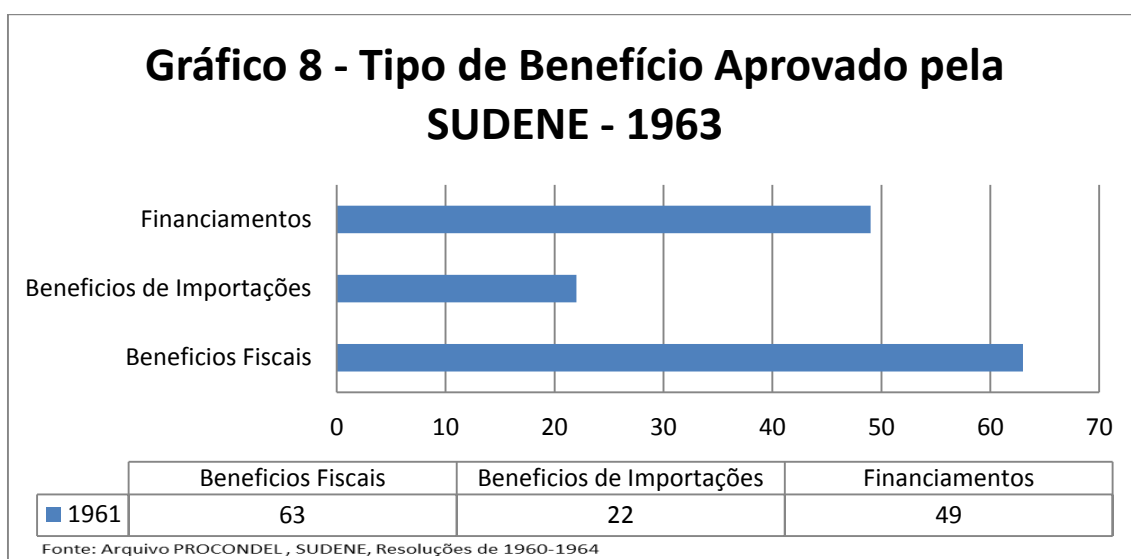
O tipo dos benefícios apresentou uma intensificação na mudança que vinha se processando desde 1961. Os benefícios fiscais acabaram por ser a principal forma de incentivo adotado pela SUDENE, ou melhor, solicitado pelas empresas. Esse tipo de intervenção acaba por ser mais viável para setores como o Sucroalcooleiro que precisavam aumentar seus lucros sem aumentos significativos na produção.

A partir de 1963 o ritmo dos incentivos começou a apresentar índices cada vez menores. Em alguns casos as empresas solicitavam prorrogação dos incentivos, entretanto a entrada de novas iniciativas ou o registro de pedidos feitos por empresas que estavam iniciando atividades produtivas na região foi diminuindo.

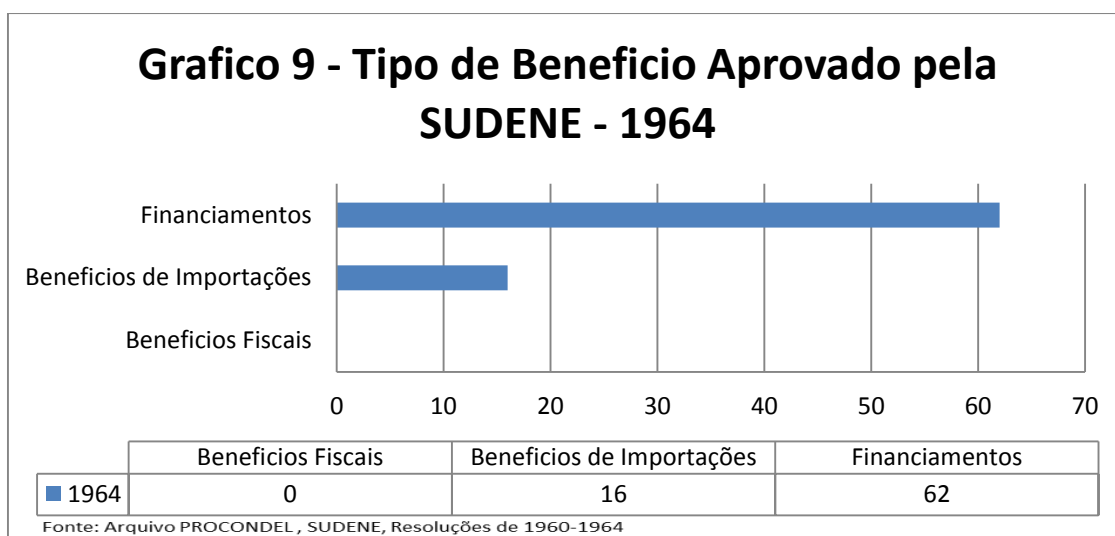
FIGURA 5
NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DOS INCENTIVOS APROVADOS PELA SUDENE 1963



Uma característica que precisa ser abordada seria a mudança nas características dos pedidos que foram feitos a SUDENE. Se nos anos iniciais a maior parte dos pedidos era concentrada em incentivos fiscais e de importação de maquinário, o número de financiamentos ou indicações de financiamentos a instituições de crédito por parte da SUDENE começavam a ganhar destaque. Este tipo de resolução por parte das empresas visava prioritariamente, por meio da SUDENE, agilizar empréstimos nos bancos estatais, a exemplo do BNB e do Banco do Brasil.



Mesmo com uma diminuição considerável dos incentivos, em termos qualitativos, a distribuição de empresas beneficiadas dentro da região permaneceu sem grandes alterações e acompanhou a tendência de concentração posta nos anos anteriores.



A tendência inaugurada em 1963 (Gráfico 8) tornou-se prioritária em 1964 (Gráfico 9), quando a ampla maioria dos incentivos aprovados como resolução na SUDENE foi em termos de financiamentos. O ano de 1964 continuou a tendência decrescente de incentivos aprovados. Neste ano os tencionamentos políticos dentro do país acabam por alterar o ritmo de trabalho dentro da Superintendência. O golpe militar em Abril de 1964, altera a correlação de forças dentro do Conselho, implicando em modificações na política de desenvolvimento que vinha sendo adotada.

2.1.2 Golpe de 1964 e o declínio da SUDENE

Com o Golpe militar a situação se altera. Celso Furtado saiu do comando da instituição, bem como, com o decorrer dos acontecimentos, todos os diretores e a equipe técnica é alterada ou dispensada. Este período é caracterizado pelo início da perda de poder que a instituição havia construído ao longo dos anos iniciais.

O Ministério de Estado Extraordinário do Planejamento e Coordenação econômica é assumido por Roberto Campos. A política adotada por Campos seguiu a linha monetarista e se firmava em quatro pontos: “a) Equilíbrio Orçamentário; b) Controle Salarial; c) Eliminação de Subsídios; e, d) Economia de mercado” (FILHO, 2010).

Filho (2010) em seu balanço dos 50 anos de SUDENE avalia que tanto o equilíbrio orçamentário, que se refletia no corte de verbas, como a eliminação dos subsídios impactavam a política que a SUDENE vinha construindo ao longo dos anos. O autor afirma ainda, que em nenhum momento foi estabelecido alguma prioridade para o Nordeste, nas remessas de verbas nem nos incentivos ainda

existentes. O contrário foi observado, verbas já destinadas ao Nordeste passaram a integrar outras regiões. Com a flexibilização feita na legislação outras regiões passaram a competir com o Nordeste pelos incentivos que restavam.

Após a saída de Celso Furtado da Superintendência é implementado o segundo Plano, que vai de 1963/1965 e elaborado o terceiro que vai de 1966 a 1968. A nova estrutura de poder instituída na SUDENE fez com que a tramitação dos planos demorasse um maior tempo.

O Segundo Plano Diretor encaminhado e aprovado retirava a restrição sobre os benefícios para somente empresas de 100% capital nacional, e expandia o benefício a empresas de capital estrangeiro, uma vez que a grande burguesia nacional encontrava-se associada à burguesia internacional, tal restrição não fazia sentido dentro do projeto político da SUDENE. O modelo de incentivos da SUDENE foi posteriormente expandido para outras regiões como forma de “financiamento da expansão monopolista no Brasil” a exemplo da Amazônia.

Ainda quando os resultados do programa de industrialização deixem a desejar em termos de criação de empregos, ou que se afastem do padrão *labourintensive* que preconizava a SUDENE no seus primórdios, é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional. Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar de “economia regional” no Brasil. E o fato de que a própria SUDENE continue a tocar uma música antiga vem apenas em desabono do organismo de planejamento regional, que, por sinal, deixou de ter qualquer sentido de “planejamento” (OLIVEIRA, 2008, p. 265).

Oliveira (2008) afirma que o modelo de desenvolvimento adotado pela SUDENE atingiu o objetivo último de sua existência – Transportar os grupos hegemônicos do Centro-Sul para o Nordeste. Uma vez que as empresas mais importantes dos ramos industriais existentes no Brasil em 1970 já tinham se transportado para o Nordeste, as principais empresas e grupos econômicos do Nordeste são também os principais do Brasil.

Junto com o fortalecimento da repressão pelo governo civil-militar, elementos como as representações civis, bem como, os movimentos sociais que, outrora impulsionaram a criação da Superintendência, não existiram mais como força motriz. Isso possibilitou o início gradual do desmonte na instituição sem que grandes alardes fossem feitos (FILHO, 2010).

Filho (2010) aponta que com a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1974/1975-1979)– PND, a SUDENE deixa de cumprir o papel de planejamento. Altera-se no país a perspectiva de planejamento regional e se centraliza nacionalmente os instrumentos de planejamento. Os estados e municípios passam a dialogar diretamente com o sistema nacional.

A institucionalização desses Planos, em plena fase de implementação do IV Plano Diretor, reorientou o planejamento regional e, o Ministério do Planejamento, decidiu que os Planos Diretores da SUDENE seriam absorvidos pelos PND e passariam a ser um capítulo desses instrumentos de planejamento (FILHO, 2001, p. 21).

Ocorre assim um esvaziamento do CODENO, em vista da perda de força da Superintendência, transformando-a em órgão acessório no planejamento. A SUDENE acolhe agora uma mudança na sua tarefa central. Já que o planejamento da região não aparece mais como sua atribuição. Além de cuidar de negociações e da operacionalização dos incentivos fiscais a SUDENE se move na assistência as populações atingidas pelas secas (FILHO, 2010). Ou seja, antes os próprios governadores participavam do CODENO como forma de viabilizar os planos de projetos para seus estados, isso refletia a importância e credibilidade que a SUDENE havia conquistado na região e na estrutura dirigente da Nação, com a descaracterização e enfraquecimento, essa caracterização muda, a partir de então os projetos e financiamentos são deslocados para outras fontes.

Conforme reza o Art. 6º do Decreto nº 71.353 (lei que constrói as bases do enfraquecimento da SUDENE como principal órgão de planejamento da região nordeste)

Art. 6º Ao órgão central do Sistema de Planejamento caberá articular com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a nível dos respectivos órgãos centrais de planejamento, mediante intercâmbio de informações e experiências, visando compatibilizar os Sistemas de Planejamento, bem como prestar assistência técnica para implementação de programas e projetos relacionados com planejamento, orçamento e modernização administrativa.

§ 1º As Superintendências Regionais de Desenvolvimento, notadamente a SUDENE e a SUDAM, darão sua colaboração ao órgão central do Sistema de planejamento, no que couber, para efeito de melhor coordenação entre programas estaduais e federais.

§ 2º Aos órgãos setoriais do Sistema caberá, semelhantemente, articular-se com os seus correspondentes nos Estados, Distrito Federal e Territórios, visando compatibilizar o planejamento global de seus setores, bem como prestar assistência técnica para implementação de programas e projetos setoriais (BRASIL, 1972).

Apesar da clara política de desmonte, a SUDENE continuou assumindo inúmeros estudos sobre a Região Nordeste alguns em parceria com instituições como o IBGE. Bem como, realizou projetos de assessoramento ao empresariado da região; PROMOEXPORTE (FILHO, 2011).

As atividades desenvolvidas pela SUDENE continuaram restritas até sua extinção em 2001 por Fernando Henrique Cardoso. O então Presidente da República aprova a Medida Provisória nº2145 extinguindo a SUDENE, em seu lugar, como órgão de desenvolvimento regional, é criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste. A justificativa utilizada na época são os escândalos de corrupção envolvendo a SUDENE. Cabe salientar que a CPI que investigou as denúncias nunca recomendou sua extinção, mas medidas corretivas (FILHO, 2010).

Os funcionários da SUDENE foram realocados no Ministério do Planejamento, e depois distribuídos de forma aleatória. Os mesmos não foram incorporados pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. Se a SUDENE não se encontrava em seus gloriosos dias pouco antes de sua Extinção em 2001, sua sucessora a ADENE nunca conseguiu contrapor-se a importância e a influência da minuta de Plano de Desenvolvimento para o Nordeste, além do prosseguimento de alguns processos já postos em andamento anteriormente (FILHO, 2010).

CAPÍTULO 3 - AS BASES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DA RECRIAÇÃO DA SUDENE

3.1 – As diretrizes da nova SUDENE

O início do processo de recriação da SUDENE foi encaminhado por um Grupo Interministerial criado em 2003, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, através dos trabalhos realizados pelo Ministério da Integração Nacional e coordenados por Tânia Bacelar – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Esse Grupo elaborou estudos que serviu de base para a recriação da Superintendência. A publicação de **Bases para a Recriação da SUDENE – Por uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste**, em junho de 2003, inaugura um debate que, apesar da urgência aludida, vai se arrastar de 2007 até a recriação da Superintendência.

A retomada da SUDENE integrou o programa nacional “Um Brasil para Todos” do governo federal. No documento que apresenta as bases da recriação da SUDENE, a consigna do planejamento é retomada como algo de extrema importância para o avanço econômico e social. Todo o processo passaria a ser pautado pela centralidade do caráter planejador do Estado, adotando novas características para gerir os conflitos.

Na concepção contemporânea, o planejamento é “uma aposta no futuro” que lida com decisões em ambiente de alta incerteza. Planejar nos dias atuais, portanto, é construir um referencial flexível, capaz de orientar decisões sobre variados objetivos. No âmbito do planejamento regional, deve-se passar por uma negociação de múltiplos e diversificados interesses da sociedade que planeja, confrontando percepções da realidade, vontades e expectativas sobre o que se pretende alcançar no futuro. Em síntese, ao contrário das visões tecnicistas tradicionais, o planejamento é um processo claramente político, envolvendo acertos, negociações, conflitos e cooperação, para tomar decisões (BRASIL, 2003, p. 5).

O discurso do planejamento adotado pelo Estado brasileiro na política de desenvolvimento regional a participação é condição central para a construção de uma proposta coletiva. A “nova” política deveria ser baseada numa dimensão técnica e noutra política buscando o diálogo entre os múltiplos interesses dos segmentos da sociedade para desta forma construir um “projeto coletivo de território”. O discurso de planejamento participativo apresenta como importante o desenvolvimento sócio-político e cultural da sociedade regional, pois somente desta

forma seria possível gestar a inovação necessária para se atingir os objetivos propostos. Esse argumento seria a base para justificar a adoção de um planejamento em rede onde no plano regional, diversas instituições (públicas e privadas) junto com o Estado deveriam ser co-responsabilizadas pelo desenvolvimento (BRASIL, 2003)

O Estudo elaborado pelo Ministério da Integração (2003) afirmava que a década de 1950 significou o início de um impulso do desenvolvimento da região Nordeste, entretanto, este desenvolvimento não foi suficiente e atualmente subsistem inúmeros problemas sociais na região. Conclui-se pela necessidade de um novo esforço para desenvolver os índices econômicos e sociais da Região Nordeste. Esse debate deveria estar aliado a inúmeros debates que seguem em âmbito internacional como o debate ambiental, de gênero e das lutas sócias em geral. A proposta

[...] para o Nordeste, é a de uma nova política regional, comprometida com a construção do **desenvolvimento sustentável**. Ela objetiva a **eficácia social** como referencial finalista e critério valorativo da eficiência econômica, condição, por sua vez, da inserção ativa da base produtiva da Região na dinâmica dos mercados nacional e mundial. A busca principal não é por taxas crescentes de crescimento da produção (que deve ser vista como meio e não como um fim), mas pela **geração, para milhões de nordestinos, de oportunidades de inserção digna** na vida produtiva, social, cultural e política do País. (BRASIL, 2003, p. 7).

Os objetivos do plano de desenvolvimento que deveria ser construído no Nordeste seriam: Erradicar a pobreza; ampliar a poupança e os investimentos produtivos; usar racionalmente os recursos naturais; ampliar o uso de tecnologias com abordagens regionais; preservar a identidade cultural; mobilizar politicamente os sujeitos. Esses pontos seriam balizadores de uma nova estratégia de desenvolvimento a qual a SUDENE impulsionaria através de suas políticas, conformando equipes multidisciplinares e instrumentos democráticos decisórios que deveriam permitir “o relacionamento das múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2003).

Cabe destacar que neste novo plano afirma-se que no pós-guerra as vantagens regionais eram associadas a condições naturais, baixos salários e redução de exigências ambientais, opera-se uma mudança onde fatores intangíveis da produção como conhecimento e tecnologia, cooperação, sustentabilidade seriam

o primordial(BRASIL, 2003). Não se apresentam argumentos ou dados que demonstrem essa mudança dentro da estrutura de produção de valor.

O Documento (Brasil, 2003) por diversas vezes destaca elementos relacionados a qualificação da mão de obra, e da inovação tecnológica como as bases para o novo padrão de desenvolvimento mundial.

A propagação e penetração do novo padrão de desenvolvimento no espaço mundial e as condições estruturais de cada país ou região na nova configuração tendem a produzir nova divisão do trabalho que, ao mesmo tempo, favorece as regiões (e países) com maior **nível educacional e qualificação dos recursos humanos**. Desta forma, são alteradas as possibilidades e posições de cada espaço territorial, reconstruindo as regiões, à medida que os fluxos de capital e investimentos se orientam na busca das melhores vantagens competitivas. Como a densidade de conhecimento e a qualificação técnico-profissional se distribuem de forma desigual no território, o processo de globalização reforça a concentração econômica, embora se abram novas possibilidades para as regiões, de acordo com sua capacidade e suas iniciativas. A SUDENE precisa estar atenta a isso. (BRASIL, 2003,p. 8).

A existência de uma organização em forma de redes hierarquizadas de cidades, principalmente por redes de cidades globais, é destacada no Documento (Brasil, 2003). Cada cidade teria um papel diferenciado condicionando de forma hierárquica, num sistema mundo. Essa hierarquia seria definida por características como infraestrutura, logística, capacidade de inovação, legislação e regulamentação que assegure facilidades aos investimentos. Essas características definiriam o lugar de cada cidade dentro da divisão internacional do trabalho por questões de competitividade formando dentro da própria região espaços diferenciados e desiguais.

Ao caracterizar o Nordeste com “regiões” e cidades altamente interligadas as dinâmicas mundiais e nacionais, o Governo estabelece que seria a SUDENE responsável por promover essas articulações. O Documento deixa claro que existe uma valorização de características singulares e competitivas da região que devem ser exploradas para se atingir o desenvolvimento regional. Caracteriza também, que a economia encontra-se num estágio onde o desenvolvimento técnico, diminuindo a importância da economia de escala, reduzindo assim a escala em diversos setores produtivos, onde a flexibilização da produção e da distribuição, aliados à sistemas de produção especializados, e da revolução da informática viabilizam a existência de empresas de pequeno porte (BRASIL, 2003).

Caberia a SUDENE atuar em múltiplas escalas neste novo momento, seja articulando iniciativas municipais como os arranjos produtivos locais, ou iniciativas mais abrangentes agregando diferentes territórios.

Sabe-se, ainda, que a posição de cada região no processo de globalização depende das suas características de competitividade e atratividade de investimentos. Como as vantagens competitivas são **criadas e construídas** com investimentos e aproveitamento das potencialidades e diversidades de cada região, os agentes sociais locais têm uma responsabilidade fundamental para a promoção do desenvolvimento regional. Isso torna possível uma inserção ativa que requer investimentos pesados em infraestrutura, educação, capacitação e tecnologia, segmentos de lento retorno, o que aumenta a importância do Estado no desenvolvimento regional, ao contrário do que defendem as teses liberais (BRASIL, 2003, p. 10).

O Documento (2003) destaca a importância das inovações no Projeto de Desenvolvimento do Nordeste. Esse ambiente de inovação só poderia ser construído com base a investimentos em qualificação de mão de obra e da melhoria dos indicadores educacionais. É também destacado a importância da construção de instituições de pesquisa e desenvolvimento. Desta forma se coloca um novo paradigma de desenvolvimento

[As] recentes estratégias de desenvolvimento local e regional é que elas dão ênfase crescente à **estruturação e desenvolvimento de cadeias produtivas** ou **arranjos produtivos locais**. Políticas regionais atuam tanto para elevar a sua eficiência sistêmica quanto para ampliar a **agregação de valor na cadeia produtiva**, ao longo dos seus principais elos e segmentos. Por sua vez, como os arranjos produtivos tendem a formar economias de aglomeração em determinadas localidades (regiões), o aumento de sua competitividade e de seu encadeamento gera efeitos de sinergia no dinamismo da economia regional (BRASIL, 2003, p. 10).

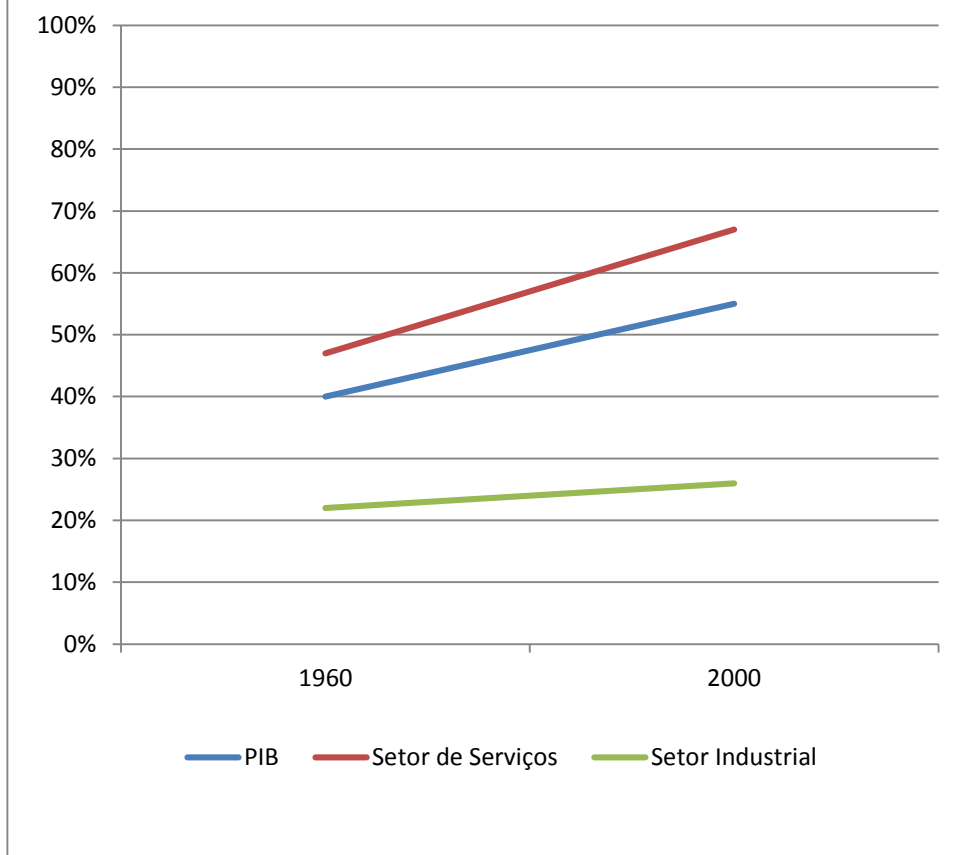
O estabelecimento do processo de recriação da SUDENE é sustentado através de um discurso que pretende demonstrar que os indicadores sociais e econômicos da região continuam preocupantes. Entre 1970 a 2000, de acordo com os dados do Ministério da Integração (2003), a Região Centro-Sul passa de 33% para 50% da produção da indústria brasileira. A indústria passa a se concentrar principalmente num polígono que abrange áreas que vão de Minas Gerais para o sul do país, indústrias que envolvem tanto o “núcleo industrial duro”, a exemplo dos setores de metal-mecânica, eletroeletrônica e química além das atividades de alta

tecnologia como microeletrônica, informática, telecomunicações, química fina, biotecnologia. Ou seja, surge um processo de reconcentração industrial no centro-sul brasileiro.

A SUDENE encontra-se neste período fragilizada, pois a guerra fiscal passa a ser atônica da sua política, na tentativa de atrair capitais para a região. Sua atuação acaba por conseguir desenvolver iniciativas ligadas a setores industriais de intensiva mão de obra nos setores de calçados, confecções, produção de material esportivo, entre outros. O documento destaca que nos últimos anos uma visão que prezava por uma lógica liberal, onde as regiões deveriam adotar uma integração competitiva, orientar os Planos Plurianuais de Investimento do Brasil a focalizar uma política onde o principal seriam projetos de infraestrutura econômica e logística, entretanto a política era adotada de forma diferenciada privilegiando a região centro-sul (BRASIL, 2003).

A Região Nordeste da década de 1960 até os anos 2000 passou por modificações em relação a sua estrutura produtiva. A participação no produto interno bruto passou de 40% para 55.5% do total do país, este fato é justificado pelo crescimento das cidades e de setores como os serviços (47% para 67%) e, em certa medida, as atividades industriais (22% para 26%) ambos em relação às atividades primárias agroexportadoras. Em termos industriais, setores como o petroquímico, metal-mecânica, indústria de calçados e têxtil tiveram aumentos expressivos, aliasse a isso a expansão do setor da construção civil, isso tudo veio representar aproximadamente 5% de crescimento ao ano neste período. Apesar do crescimento verificado, a infraestrutura da região passou por momentos críticos onde poucos investimentos foram realizados resultando em um estrangulamento dos transportes e em uma crise energética mesmo com as implementações realizadas (BRASIL, 2003).

Gráfico 10 - Evolução dos Indicadores Econômicos Nordeste 1960 - 2000



Fonte: Brasil (2003); Bases para a Recriação da SUDENE – Ministério da Integração;
Organização: Guthiêrre Ferreira Araújo

Apesar da situação econômica apresentar pequenos sinais de crescimento, a situação social da região continuou apresentar dados extremamente preocupantes. Apesar de possuir 28% da população, a região só responde por 16% do Produto Interno Bruto, este fato acabar por provocar índices ainda menores de renda em relação a outras regiões do centro-sul brasileiro. Além dessa caracterização, o documento (2003) destaca que problemas com a concentração de terra e da renda são características marcantes da região.

(...) o Índice de Gini no Nordeste foi de 0,811, menor somente que o da região Norte e bem superior ao constatado nas regiões de nível de renda *per capita* maior: 0,757 no Sudeste e 0,712 no Sul. Já o índice para o Centro-Oeste aproximou-se daquele do Nordeste: 0,810. No mesmo ano,

ainda segundo o INCRA, os 50% menores estabelecimentos rurais da Região ocupavam apenas cerca de 3,8% do total da área registrada. Considerando-se os 5% maiores, o total da área correspondia, em 1998, a 61,7%. (BRASIL, 2003, p. 20)

Os índices educacionais também apresentam números que demonstram as disparidades sociais, enquanto no Centro Sul a média de anos de educação formal chegava a 6 -7 anos, no Nordeste este número não chegava a 4 anos. Essa situação apresentada só faz agravar os problemas relativos a desigualdade da região.

Desequilíbrio igualmente grave se dá quanto à **distribuição de renda**. O rendimento médio recebido no Nordeste pelos que se situam entre os 10% mais ricos corresponde a 55,8 vezes o rendimento médio dos que são classificados entre os 10% mais pobres. Esta relação, para o total do País, embora extremamente desigual para os padrões internacionais, é de 48,1 vezes. Nas regiões Sudeste e Sul a relação corresponde a 33,2 vezes e 32,7 vezes, respectivamente. O Nordeste não só tem uma renda por habitante muito menor. Ela também é muito mais desigual na sua distribuição. (BRASIL, 2003, p.24)

Esses dados, de acordo com a retórica do governo federal, implicavam em uma situação em que o Nordeste não poderia avançar, uma vez que não tinha condições de se mostrar competitivo e atrair indústrias novas. O que se pode verificar é uma heterogeneidade na região onde determinadas áreas, principalmente algumas capitais, por conta de disporem de infraestrutura, atraem capitais em detrimento de outras.

A realidade nordestina se caracteriza, cada vez mais, por uma **grande heterogeneidade espacial no Interior**. Ela é decorrente, em grande parte, do caráter seletivo do desenvolvimento e dos investimentos no espaço regional. Eles privilegiam áreas nas quais estão presentes vantagens comparativas resultantes, entre outros aspectos, da maior disponibilidade de infra-estrutura econômica, de mão-de-obra especializada e de recursos naturais. São áreas que passaram por significativas transformações na sua atividade produtiva, enquanto outras permaneceram baseadas em atividades tradicionais ou perderam parte da base produtiva, em outros tempos fonte de emprego e renda. Gera tal heterogeneidade a grande desigualdade intra-regional, que reproduz, neste nível, diferenças de oportunidades econômicas, de ocupação e de condições de vida constatadas no âmbito inter-regional, por vezes com maior ênfase e mais danosos efeitos. (BRASIL, 2003, p. 25) (sic)

O Documento (BRASIL, 2003) afirma que a nova dinâmica do capitalismo coloca a necessidade de se pensar o desenvolvimento em outras escalas, além das macrorregiões, pois somente uma política regional que adotasse uma perspectiva que respondesse a seletividade dos agentes econômicos mundiais nesse sentido ações na escala sub-regional, são indicadas, envolvendo iniciativas que abarcassem todas as macrorregiões. Entretanto:

Duas macro-regiões, contudo, continuam a necessitar de políticas especiais e ações extraordinárias do Governo Federal: o Norte e o Nordeste. Por razões diferentes, têm necessidades análogas: precisam ainda ser alvo de tratamento adicional nas políticas federais e requerem ações claras e típicas de política regional. Nos anos recentes, enquanto essas mudanças se davam, e a dinâmica regional se redefinia, o Governo Federal negava-se a praticar políticas regionais explícitas e esvaziava o Ministério da Integração, transformado em balcão de atendimento a pleitos localizados da sua base parlamentar, terminando por fechar a SUDENE (junto com a SUDAM). Agora, é preciso recriá-la. E concebê-la de forma adequada a enfrentar os desafios do novo momento da vida nacional (BRASIL. 2003, p.14).

O discurso do governo brasileiro justifica a adoção da SUDENE como um desdobramento de uma mudança no perfil da política governamental com a chegada do Partido dos Trabalhadores. Constrói-se, na documentação oficial, uma retórica onde se gestaria um novo “modelo de desenvolvimento”, onde o principal seria a inclusão social e a adoção de uma política econômica que visa a soberania nacional.

Neste sentido, o documento (2003) tenta apresentar em seu discurso uma proposta que apresentaria as diretrizes do projeto de desenvolvimento que se pretendia como balizador da recriação da SUDENE. Elementos como crescimento sustentável, responsabilidade fiscal e compromisso social seriam os eixos norteadores onde se processaria a ruptura com o modelo neoliberal de desenvolvimento. Em vários momentos, o documento deixa claro que o aspecto social seria a principal característica deste novo modelo de desenvolvimento, aliado com um processo mais amplo de democratização do Estado.

A primeira iniciativa de criação da SUDENE em 1959, como foi destacado inicialmente, teve como uma das grandes motivadoras a situação de calamidade do semi-árido nordestino. A pobreza em conjunto com uma estrutura econômica arcaica, perpetuavam inúmeros problemas sociais e a intervenção do governo concentrava atenção para remediar o problema. Nesta nova iniciativa, é destacado que o semi-árido nordestino continua a apresentar problemas sociais e econômicos graves. Apesar disso, comparado aos número de 1950, os dados indicam que existe

uma maior retenção da região. Mesmo com o avanço da indústria leve e da agricultura irrigada, as formas econômicas de subsistência ainda persistem e convivem com o assalariamento de forma ampla na região. Cabe destacar que o problema hídrico da região ainda persiste.

A crise fiscal e financeira, já referida, associada à ausência de planos substantivos, inclusive com relação ao desenvolvimento regional, influíram significativamente para uma espécie de **fratura das forças políticas da Região**. Durante algum tempo, por meio de pressões e intermediações, elas garantiram a tramitação dos projetos de desenvolvimento do Nordeste. A cisão gerou disputa estadual por recursos públicos e investimentos privados, com base em projetos e políticas no âmbito de cada unidade da Federação. Neste último caso, a “guerra fiscal” constituiu a expressão mais acabada de uma estratégia na qual a questão regional passou a ter posição secundária na relação dos governos estaduais com a União e com os grupos econômicos ou de investidores (BRASIL, 2003, p. 30).

O objetivo de uma política de desenvolvimento da base produtiva do Nordeste passa a inserir os diversos segmentos econômicos e espaços regionais dentro da moderna economia internacional e na produção nacional.

Estabelece o seguinte diagnóstico:

- as dificuldades de inserção da economia regional no contexto de uma economia brasileira e mundial crescentemente globalizadas, caracterizando-se por uma competição bem mais acirrada do que a existente há algumas décadas;
- o reduzido nível de produtividade da economia nordestina em termos comparativos com o conjunto do País e com as regiões brasileiras mais industrializadas;
- a presença de uma agropecuária frágil e vulnerável no Nordeste, ocupando parte relevante da força de trabalho regional;
- a existência de uma atividade industrial com participação ainda significativa de segmentos pouco competitivos e que adotam processos tradicionais de trabalho;
- o reduzido adensamento e produtividade de algumas das mais relevantes cadeias produtivas do Nordeste;
- a fragilidade do sistema de ciência e tecnologia no desempenho de importante papel na dinamização da estrutura produtiva da Região (BRASIL, 2003, p. 31).

O projeto de desenvolvimento apresentado em termos econômicos envolve como diretriz o estímulo da produção voltada para atender ao mercado internacional, promovendo o aumento das exportações, bem como, o estímulo dos principais grupos econômicos num processo de substituição das importações. O setor sucroalcooleiro nordestino é destacado no documento como um setor onde a desenvolvimento tecnológico e o alto índice de exportação o tornam um exemplo a

ser seguido, pois sua produção é voltada tanto para o setor externo como interno atendendo a demanda do mercado e dinamizando a economia.

No sentido de cumprir o desenvolvimento social são estabelecidas as seguintes metas:

1. a ampliação do nível de emprego, para prover ocupação aos que ingressam no mercado de trabalho, reduzir o desemprego e combater a precariedade do emprego;
2. a melhoria no perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo, de uma tributação não - regressiva e de ampliação da base produtiva com distribuição de ativos estratégicos;
3. a busca de crescente universalização da moradia própria, dos serviços urbanos essenciais (saneamento e transporte coletivo) e de direitos sociais básicos (saúde, educação, previdência e proteção ao emprego); e
4. o combate à fome com ações emergenciais de curto prazo e ações reestruturantes, de médio prazo (BRASIL, 2003, p. 15).

A retórica de combate a pobreza exposta nos documento da SUDENE segue as estratégias oficiais e internacionais, para tal solução das desigualdades, entretanto sempre mantém como lógica principal a manutenção do mercado como regulador da sociedade.

O Documento (2003) elenca que o segundo ponto no Projeto de Desenvolvimento da região perpassa pelo “fortalecimento da economia nacional”. Investimento em infra-estrutura econômica, financiamentos e desenvolvimento científico e tecnológico são tidos como centrais neste processo. Neste sentido, a atuação do Estado seria para dotar a região de condições para tornar-se competitiva na atração de investimentos.

Cabe destacar, a existência de uma política de desenvolvimento que contempla todas estas diretrizes, o Documento acompanha a tendência dos documentos em âmbito nacional do Ministério da Integração, que por sua vez, acompanha uma política que tem suas diretrizes gestada em organizações internacionais de controle, a exemplo do FMI e do Banco Mundial, neste sentido, ao contrário da década de 1950, todo um aparato nacional de planejamento e intervenção é montado afim de implementar a política do Estado.

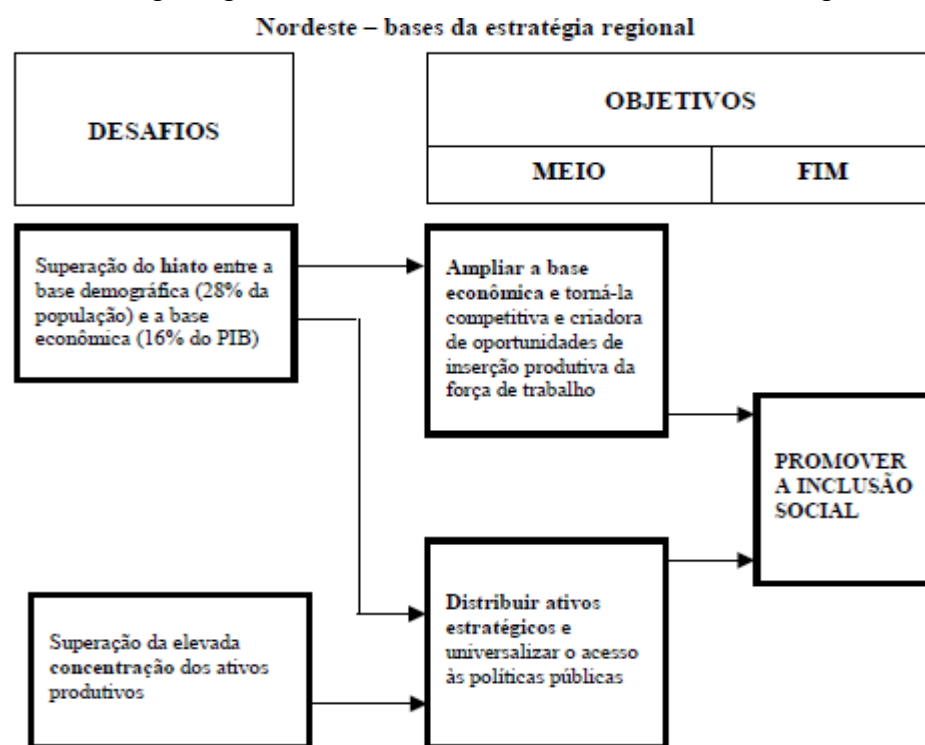
No que se refere ao **desenvolvimento regional**, além do compromisso com a recriação da SUDENE e da SUDAM, a proposta apresentada ao País inclui a definição e implementação de uma **política nacional de**

desenvolvimento regional. Ela terá como principal fórum o **Conselho Nacional**, onde se debaterá a dimensão regional das principais políticas federais e se formatará a política nacional de desenvolvimento regional. Todas essas promessas interessam profundamente ao Nordeste e fortalecem a iniciativa de recriação da SUDENE, dando-lhe mais consistência (BRASIL, 2003, p. 16).

Surge, como objetivo da nova política de desenvolvimento regional, o entendimento da Região Nordeste como um “território organizado”, no sentido de retomar os princípios da SUDENE “original”. O documento reforça que é necessário a criação de uma política nacional de desenvolvimento regional, caso contrário, algumas regiões serão beneficiadas em detrimento de outras. Neste sentido a definição de se priorizar as regiões Norte e nordeste fica clara.

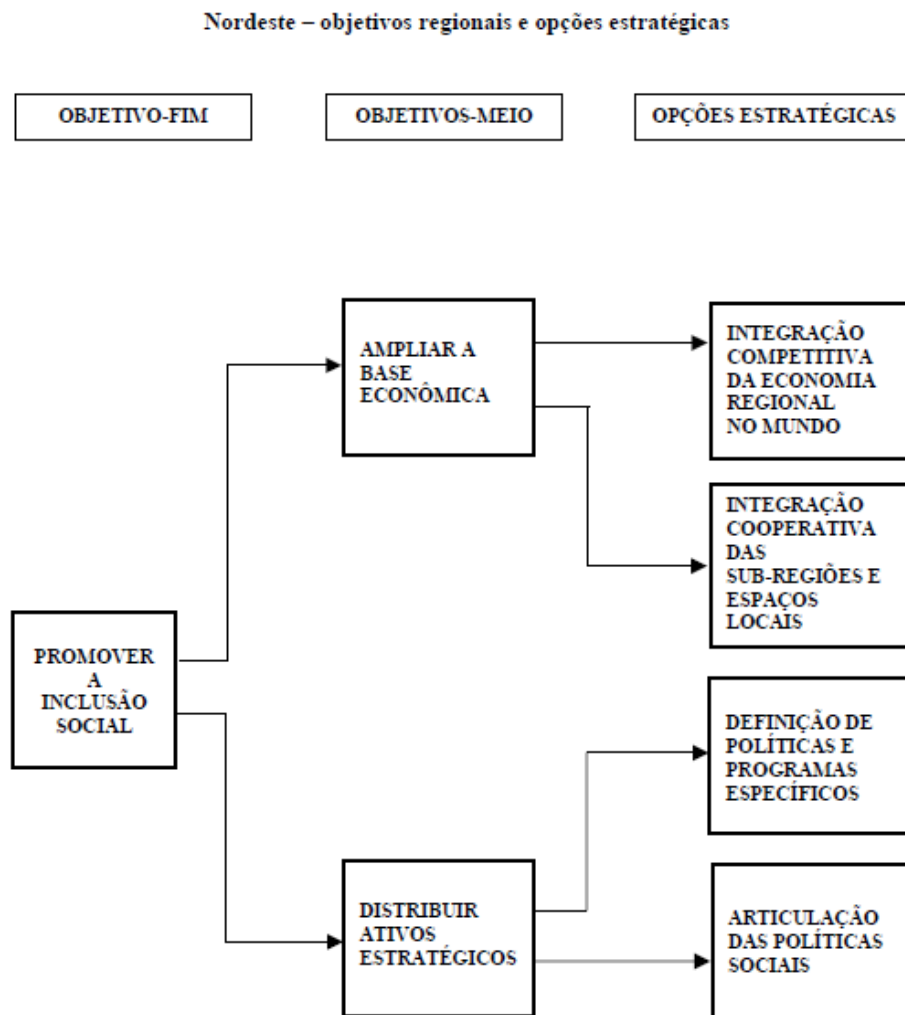
O projeto especifica que o objetivo central da política de desenvolvimento seria o balizamento por uma inclusão social. Esta inclusão se daria mediante esforços para o desenvolvimento de programas que teriam como objetivo 1- a ampliação da base produtiva regional 2 – a distribuição de ativos estratégicos (BRASIL, 2003).

Figura 7 – Organograma da Política de Desenvolvimento Regional 2003



Fonte: BRASIL, 2003

Figura 8 – Organograma dos objetivos e Estratégias da Política de Desenvolvimento Regional



Fonte: BRASIL, 2003

Como forma de atingir os objetivos, meios que levariam a inclusão social, o Documento cita 4 opções estratégicas: Integração competitiva com a economia mundo; integração das Sub-regiões e espaços Locais; definições de políticas e programas específicos; articulação de políticas sociais. Três dos quatro pontos fazem referência a articulações essencialmente de intervenção econômica, seja organizando estruturas produtivas ou direcionando verbas do Estado para infraestruturas que auxiliem na mobilidade do capital. A articulação de políticas

públicas, que seria a quarta estratégia e que abrange políticas de acesso a direitos básicos como educação, saúde, moradia etc...

Até o momento apresentamos as características que balizaram a recriação da SUDENE. A formulação destas propostas nos documentos oficiais exhibe um discurso de enfrentamento às políticas liberalizantes que vinham sendo conduzidas na América Latina na década de 1990, por meio de formulações elaboradas pelo Banco Mundial em consonância a fase neoliberal pela qual o capitalismo mundial passava.

3.2 – O Neoliberalismo como norteador da política de desenvolvimento

David Harvey (2008) afirma que o neoliberalismo se apresenta como prática político-econômica que se coloca em defesa das liberdades individuais e capacidades de empreendedorismo, garantindo a propriedade privada, o livre comércio e o livre mercado. Neste sentido, o Estado passa a ser entendido como uma instituição que tem como “papel” preservar e assegurar estas práticas por meio de seu aparato. O Estado não deve se estabelecer em mercados, mantendo sua intervenção em níveis mínimos, pois qualquer intervenção estatal distorceria o mercado carregando os interesses de grupos específicos em benefício próprio.

Bresser-Perreira (2010) sustenta que a ortodoxia não estaria morta, ela difere da teoria neoclássica por ser essencialmente ideologia, enquanto a teoria neoclássica é uma teoria formulada por centros universitários, a ortodoxia é uma formulação de governos e entidades internacionais como o Banco Mundial e o FMI em termos de macroeconomia e desenvolvimento. A ortodoxia econômica representaria a expressão prática da política e ideologia do neoliberalismo através de formas como os “Consensos de Washington”.

Havey (2008) atribui a consolidação do neoliberalismo, dentro das políticas econômicas e nos meios acadêmicos, como uma resposta a incapacidade das políticas de cunho keynesiano resolverem os problemas oriundos principalmente do aprofundamento da crise do capital após a década de 1970. Antes disso (1950 – 1960) um “liberalismo embridado” foi amplamente utilizado pelos países de capitalismo avançado onde o Estado teve participação na economia. Com o aprofundamento da crise e a manifestação de “los signos de uma grave crise de acumulacion de capital”, o neoliberalismo saiu vitorioso das disputas políticas e a mudança da política econômica se traduziu em privatizações, desregulamentação

trabalhista e abertura de mercados. Harvey atribui ao Consenso de Washington (1989) papel de extrema importância na vitória e consolidação dos ideais neoliberais no mundo. Esses fatos permitiram o aumento da concentração de riqueza e a acumulação de fortunas no mundo todo.

Para substituir o desenvolvimentismo, Washington propôs um “consenso” formado a partir de um grupo de políticas macroeconômicas ortodoxas e reformas institucionais orientadas para o mercado, incluindo (não originalmente, mas desde o início dos anos 1990) a mais discutível política de todas: a liberalização financeira. Propôs também que os países em desenvolvimento abandonassem o antiquado conceito de “nação” e aceitassem a tese globalista de acordo com a qual, na era da globalização, os Estados-nação haviam perdido autonomia e importância: mercados livres em nível mundial (inclusive mercados financeiros) cuidariam de promover o desenvolvimento econômico para todos, desde que os direitos de propriedade e os contratos fossem garantidos pelo Estado. O fracasso da ortodoxia convencional em promover o desenvolvimento econômico da América Latina é hoje amplamente reconhecido. (BRESSE PEREIRA, p. 13- 14)

O Estado neoliberal é definido por Harvey (2008) como uma instituição preocupada com a garantia da propriedade privada e dos direitos individuais, bem como para assegurar o livre funcionamento do mercado e das instituições deste, as privatizações também são uma característica comum neste tipo de Estado assim como a garantia da livre circulação do capital. O Estado Neoliberal adota diferenciações de acordo com as condições colocadas pelo capitalismo.

O Banco Mundial na década de 1990, como um dos principais formuladores de políticas para a regulação e estímulo ao capitalismo, precisou readequar seu discurso as novas necessidades do capital. O programa liberal defendido pelo Banco, principalmente na América Latina, há vários anos, vinha sendo aplicado de maneira mimética. Esse programa preconizado pelo Banco Mundial tinha como principal foco o controle dos gastos do Estado, ajustes estruturais e fiscais, controle inflacionário, arrocho salarial, abertura comercial, privatizações, desregulamentação da atividade econômica. A ampliação da pobreza e do desemprego, bem como a fuga de capitais e a estagnação das economias que aderiram ao programa do Banco Mundial, e as tensões sociais forçaram a reciclagem do programa neoliberal para

ampliar aprofundar e dar sustentabilidade política as suas proposições (PEREIRA, 2010).

O Banco Mundial em 1996 (re)localizou seu discurso afirmando que o Estado deveria atuar entre o intervencionismo e o Estado Mínimo, sua atuação era vista agora como um forte estimulador de políticas de desenvolvimento. Era necessária uma reforma administrativa na atuação do Estado afim de um relacionamento mais amistoso com os mercados. O Estado para ser entendido como um “catalizador” para o desenvolvimento e para o crescimento econômico (PEREIRA, 2010).

Nesta reforma, “novos paradigmas” de desenvolvimento foram elaborados e estimulados pelo Banco Mundial, com enfoque integrado do desenvolvimento voltado a valorização de fundamentos sociais e institucionais para a valorização capitalista, o discurso adotou estímulo a fatores sociais, culturais e institucionais como condições para se atingir a sustentabilidade e o sucesso (PEREIRA, 2010).

Como prioridade o Banco mundial destacava uma política de desenvolvimento humano; redução da pobreza e gestão econômica; finanças, desenvolvimento do setor privado e infraestrutura, desenvolvimento social e ambiental sustentável. O protagonismo da sociedade civil e do estabelecimento de parcerias é também parte desta nova retórica que é gestada dentro do Banco Mundial (PEREIRA, 2010).

As “políticas de combate a pobreza” foram estimuladas como estratégias oficiais para tal solução das desigualdades, entretanto, sempre mantém como lógica principal a manutenção do mercado como regulador da sociedade.

O Banco Mundial se destaca na formulação e no financiamento de políticas públicas, em seus documentos demonstra, formalmente, preocupações exclusivas com o desenvolvimento dos países pobres. A neutralidade, a isenção de juízo de valor e a intenção de concentrar suas ações nos problemas sociais são alcançadas por diagnósticos técnicos. Considerada a forma como a ideologia se faz presente nas políticas públicas de combate a pobreza, é necessário analisar criticamente as formulações desse organismo e seus pares, caso se pretenda avançar no debate sobre a pobreza.

Neste tipo de abordagem a pobreza não é entendida como uma relação produzida socialmente, como uma qualidade imputada a determinados sujeitos que não possuem determinados padrões de consumo ou renda.

Sem analisar as relações que fundam a pobreza, estaríamos apenas realizando uma catalogação dos indivíduos enquadrados neste procedimento

hegemônico dentro das pesquisas que se ocupam do tema. Portanto, não é possível entender a pobreza fora de uma análise estrutural. Nossa análise parte do entendimento que as relações de produção da vida são uma condição determinante na apropriação da riqueza pelos sujeitos. Campo (2011) destaca que nas relações capitalistas de produção, apesar do caráter coletivo da produção de riqueza, sua apropriação é privada. O capitalismo seria a causa direta da pobreza, sendo esta sua resultante direta, pois

(...) o processo de acumulação capitalista se realiza por meio da desumanização de grande parte da humanidade, que é condenada a viver, ou melhor, a sobreviver em condições de pobreza. Isso é funcional para o sistema do ponto de vista econômico, pois há gente disposta a trabalhar muito recebendo salários insuficientes para atender suas necessidades. E também é funcional nos aspectos político e ideológico, porque na medida em que a luta pelas condições básicas de existência consome a totalidade ou a maior parte do tempo e das capacidades físicas e intelectuais de milhares de pessoas, a possibilidade de transformação social é limitada pois há poucas pessoas com condições de se dedicarem a esse tipo de luta (CAMPOS, 2011, p. 54).

Entretanto essa concepção não é encontrada no escopo dos documentos sobre o tema, nem muito menos, nos relatórios dos organismos de gerência do capital internacional. Nestes, com as necessidades impostas pela reestruturação produtiva e pelo aprofundamento da crise do capital, a pobreza torna-se naturalizada, eterna. A possibilidade posta seria a atenuação de seus efeitos.

O Estado é compelido a dar respostas às desigualdades geradas pelas relações de produção. Está posta assim a contradição, o mesmo é uma instituição vinculada diretamente aos interesses de manutenção da ordem, mas apresenta-se como mediador acima dos interesses privados sendo responsável pela resolução dos problemas sociais. A busca pelo fim da pobreza passa, justamente, pelo fim dos processos de produção de riqueza, entretanto, estes sustentam a existência do Estado. A sua atuação dentro do sistema por meio das políticas públicas, longe de solucionar os problemas, estará sempre implicada no processo de reprodução do capital. Entretanto o mesmo não é responsável direto do processo de exploração capitalista, mas componente essencial de sua reprodução

Nem se pode entender o Estado como centro criador do modo de produção capitalista, tampouco se pode tê-lo, a posteriori, como dirigente maior ou único da vontade de manutenção dos padrões de reprodução capitalista. Não há tal centro único, no sentido em que se possa identificá-lo exclusivamente. Dada a primazia das relações de produção, o Estado neste contexto corrobora por alimentar a dinâmica de valorização do valor, como também, a seu modo, as interações sociais capitalistas dos capitalistas e dos trabalhadores tudo isso num processo contraditório (MASCARO, 2013, p. 20).

Para garantir a reprodução capitalista e assegurar a “coesão social”, em vista da intensificação da desigualdade, a construção de políticas públicas tem sido uma das alternativas do Estado. Dentro desta necessidade de respostas, a construção dos parâmetros de pobreza como subsídio a existência das políticas públicas que atuam de forma cirúrgica, foi estimulada pelos liberais. É preciso estabelecer como, inclusive, forma de manutenção da ordem, os limites do aceitável dentro da barbárie capitalista, mesmo que só de forma retórica.

3.3 – A recriação da SUDENE e a fragilidade do discurso do desenvolvimento

Apesar dessas diretrizes terem sido elaboradas em 2003, a SUDENE só foi efetivamente recriada em 2007. Até lá a política que de fato foi efetivada seguiu políticas nacionais estabelecidas pelo Ministério da Integração. As políticas públicas de integração do Nordeste contaram com a atuação do Ministério da Integração e dos programas mais gerais do governo federal. A ADENE de 2003 a 2007 continuou responsável pela administração dos fundos destinados às políticas de desenvolvimento do Nordeste.

Somente em 2007 com a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, a SUDENE foi recriada. A nova Lei estabelecia que o objetivo da SUDENE era promover o desenvolvimento incluyente e sustentável, integração competitiva da base produtiva regional do Nordeste na economia nacional e internacional. (BRASIL, 2007)

O aparato jurídico de criação da nova SUDENE estabelece que esta teria a competência de definir metas e objetivos econômicos e sociais; formular diretrizes e planos em consonância aos instrumentos nacionais já existentes e articulados com estes; propor as diretrizes da regionalização nordestina para a política industrial;

articular órgão do governo federal fazendo parte do sistema de planejamento do governo federal; assessorar ministérios e órgãos governamentais; apoiar investimentos públicos e privados na região; estimular e administrar incentivos fiscais; desenvolver programas de assistência técnica; promover iniciativas de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Ficaram instituídos como instrumentos de financiamento da SUDENE, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste –FNE; o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste FDNE, e se abriu a possibilidade de outros instrumentos que, por ventura, viessem a ser adicionados por leis específicas. Ambos os fundos seguem a lógica iniciada na década de 1950 onde empresas eram desoneradas afim de estimular a instalação de indústrias na região. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste –FNE foi instituído junto com a Constituição Federal (art. 159, inciso I, alínea “c”), ele determina que 3% dos recursos arrecadados na produção industrial pela união serão revertidos para financiar setores produtivos e programas de desenvolvimento. O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste FDNE foi instituído em 2001 por uma Medida Provisória (Nº 2.156-5) que estabelece recursos para aplicação em obras de infraestrutura e serviços públicos diretamente ligados com empreendimentos industriais que possuem capacidade de ampliar e gerar novos negócios tendo com ele cobertura total ou parcial dos investimentos realizados.

Com a recriação da SUDENE, ambos os fundos passam a ser vinculados a esta cabendo-lhe o papel de aprovar os projetos e gerir os investimentos. É importante destacar que nenhum dos fundos surge como iniciativa nova, ambos fazem parte de modelos de desenvolvimento anteriores a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal. Portanto, em termos de financiamento e investimentos nos programas de desenvolvimento não se estabelece nenhuma relação inédita, o que se verifica é a continuidade de uma política de co-responsabilidade do setor privado e do setor público em obras estruturantes.

A gestão da SUDENE sofre modificações quando comparada com a estrutura estabelecida na década de 1950. Seguindo os princípios estabelecidos de participatividade e envolvimento estabelecido em 2003, o Conselho Deliberativo tem como novidade a participação de representações dos trabalhadores e dos empresários além de representantes dos municípios, sendo estes escolhidos pelo Poder Executivo. Ou seja, a representatividade de setores externos ao Governo

ainda encontra-se atrelada à indicação direta do próprio Governo. Quem preside o Conselho é o Ministro da Integração Nacional e não o Superintendente da SUDENE, além disso, o número de órgão e ministérios que participam é sensivelmente inferior ao conselho antecessor. Se antes existia um processo de planejamento que subordinava a estrutura governamental ao planejamento elaborado pela SUDENE, agora a SUDENE fica subordinada a política nacional de desenvolvimento.

Organograma – Conselho Deliberativo da SUDENE 2007

Membros Indicados pelos Estados

Alagoas
Bahia
Sergipe
Pernambuco
Maranhão
Ceara
Piauí
Paraíba
Rio Grande do Norte
Minas Gerais

Membros Indicados pelo Governo Federal

Repr. dos trabalhadores
Repr. dos trabalhadores
Repr. dos trabalhadores
Repr. dos Empresarios
Repr. dos Empresarios
Repr. dos Empresarios
Minist. da Fazenda
M. Integração Nac.
Minist. Orc. e Gestão
Repr. dos Municípios
Repr. dos Municípios
Repr. dos Municípios

Membros Natos

Superintendente da SUDENE

Presid. Banco do NORdeste

Fonte: Lei complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Organização: Guthiêrre Ferreira Araújo

A própria regularidade do Conselho Deliberativo obedece a um calendário bem mais restrito que o ritmo existente no projeto antecessor. O mesmo só se reúne trimestralmente (na década de 1960, as reuniões eram mensalmente). A primeira reunião só ocorre um ano após a institucionalização da Superintendência. Isso pode ser explicado pelo fato da política de desenvolvimento ter na SUDENE somente um ponto de apoio. A subordinação ao Ministério da Integração, a qual a Superintendência é submetida, a falta de autonomia, e a pouca coordenação do aparato federal, tornam o caráter da SUDENE completamente diferente nesta nova fase. Se antes a superintendência coordenava todos os órgãos federais na região, agora ela figura como um destes órgãos que são coordenados a partir de uma política nacional que guarda em si os desígnios elaborados nas instituições internacionais de controle do capital.

São estabelecidas comissões subordinadas ao Conselho para auxiliar na elaboração e aprovação dos projetos: Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais; O Comitê Regional de Articulação dos Órgãos e Entidades Federais – consultivos. A Subordinação é tamanha que as propostas de orçamento da SUDENE seriam encaminhadas ao Ministério da Integração e não ao Congresso como antes, bem como a prestação de contas da Superintendência.

Com a criação da SUDENE em 2007, a ADENE foi extinta e seus recursos, matérias e pessoal passam a fazer parte da SUDENE. Como foi demonstrado, as verbas da Superintendência são oriundas de estruturas de financiamento precedentes, não se gesta nenhuma novidade no sentido de ampliar ou dinamizar a estrutura administrativa da mesma. O grosso dos projetos e financiamentos continuam atrelados ao Ministério da Integração e são aplicados em escala nacional.

Com a criação da SUDENE, ficou definido que o principal instrumento que iria balizar sua atuação seria o **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE**, este teria validade de 4 anos e seria objeto de avaliações anuais da política de desenvolvimento. O plano só foi apresentado para discussão em 2011, ou seja, 5 anos após a criação da SUDENE.

Ao analisarmos o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, elaborado pela SUDENE em parceria com o Ministério da Integração Nacional, alguns elementos chamam a atenção. O Plano parte da análise das políticas

públicas de desenvolvimento que são desenvolvidas no plano nacional, muitas delas anteriores a própria SUDENE.

São apresentados 7 desafios e, a partir deles, tenta-se estruturar a política de desenvolvimento regional. Os desafios são relativos a: 1- melhorar indicadores educacionais 2- Mudar estruturalmente o setor produtivo 3 – Valorizar a riqueza cultural 4 –Melhorar a infraestrutura da região 5 – desenvolver iniciativas para o uso racional dos recursos naturais 6 – Articular em diferentes escalas a região 7 – Elaborar uma nova regionalização (BRASIL, 2011).

Apesar da demora na elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, não observamos nenhuma novidade.As principais diretrizes já se encontravam no documento de 2003, que iniciou o debate de refundação da SUDENE no país. Além disso, a indicação que seguia na legislação de 2007, recriava a superintendência, de manter a política de desenvolvimento em conformidade com as elaborações nacionais foi seguida ao extremo.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste cita uma série de documentos que balizam tanto as metas como as diretrizes e políticas propostas, entre estes documentos o plano cita: 1 - A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. 2 - A Agenda Nacional de Desenvolvimento. 3 - O Projeto Nordeste, da Secretaria de Assuntos Estratégicos. 4 - O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 5 - O Plano Plurianual – 2008-2011. 6 - O Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento. 7 - O Projeto Brasil 3 Tempos. 8 -O Plano de Desenvolvimento do Nordeste – PDNE. 9 - O Plano Nacional de Logística – PNL. 10 - O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. 11 - A Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. 11 - O Plano Nacional de Cultura – PNC. 12 - O Plano Brasil 2022. 13 - A Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. 14 - Bases para a Recriação da SUDENE. (Brasil, 2010)

São 14 documentos que nos últimos 9 anos (2002-2011) balizaram o planejamento e a atuação do Governo Federal. Alguns destes são resultados de acordos e metas internacionais estabelecidas pela ONU. Ao contrário do processo desencadeado na década de 1950, onde a elaboração da política de desenvolvimento regional no Nordeste, apesar de estar diretamente atrelada aos interesses da acumulação capitalista dentro de uma perspectiva de captura pelo Estado por grupos hegemônicos do Centro Sul do país, adotava políticas específicas

dentro de um esforço de elaboração regional, a política apresentada pela SUDENE reproduz propostas anteriores.

As metas apresentadas pelo plano almejam, até o ano de 2029, modificar profundamente os indicadores sociais e econômicos da região. Estabelecem-se as seguintes metas: Aumento do PIB da região de 184,7 bilhões para 1.171 bilhões, diminuição das taxas de mortalidade infantil em aproximadamente 50%, diminuição do número de pessoas abaixo da linha da pobreza de 32,5% para 14%, diminuição do analfabetismo de 18% para 8% (Brasil, 2011).

Tais metas seriam atingidas por uma série de ações que são elencadas e descritas no texto, entretanto, a grande maioria destas ações faz parte de programas do Governo já existentes em âmbito nacional. Não se trata de articular estas ações nem da implantação de ações diretas por meio da SUDENE, mas de elencar políticas públicas como se estas partissem de um projeto regional elaborado pela Superintendência.

Bresser-Perreira (2010), ao analisar as políticas de desenvolvimento, afirma que ortodoxia econômica, hegemônica na década de 1990, não provocou desenvolvimento, mas instabilidade e desigualdade. As diferenças ocorridas entre os Países Latino-Americanos e os Asiáticos eram visíveis, a política liberalizante não havia obtido êxito em suas promessas. Para o autor, é de seu fracasso que emergem as formulações do “novo desenvolvimentismo”. Para o autor, a política do “novo desenvolvimento” se inicia com a eleição de líderes nacionalistas nos países Latino Americanos, este fato abre espaço para a adoção de uma nova política econômica.

O novo desenvolvimentismo é um conjunto de valores, idéias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. É o conjunto de idéias que permite a os países em desenvolvimento rejeitarem as propostas e pressões dos países ricos por políticas econômicas e de reforma, como a liberalização da conta de capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas são tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes (BRESSER-PERREIRA, 2010, p. 17)

Essa estratégia de desenvolvimento seria buscada por uma coalizão formada por intelectuais, empresários, funcionários dos governos e trabalhadores. Ou seja,

todas as classes estariam em busca de um mesmo objetivo, o desenvolvimento nacional. O autor afirma que o “novo desenvolvimento” seria uma terceira via dentro do debate econômico que seria baseado na macroeconomia estruturalista do desenvolvimento com base nas experiências asiáticas.

Lowy (2000) reflete, a partir das formulações de Marx, que a tendência a uniformização das relações de produção, faz se processar o desaparecimento ou declínio dos conflitos nacionais puros. O capitalismo estaria criando uma uniformização, onde a indústria, gradativamente, vai eliminando as barreiras nacionais e criando uma classe, onde a nacionalidade estaria abolida por terem os mesmos interesses: o proletariado. Neste sentido, as propostas que acabam por aludir um projeto de Nação ou apelar aos sentimentos Nacionalistas, em sua maioria, se revestem de elementos ideológicos mascarando interesses das classes hegemônicas como universais e ocultando os conflitos de classe.

Bresser-Perreira (2010) estabelece cinco diferenças básicas entre o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950 e o novo desenvolvimentismo. Enquanto o primeiro é protecionista, com o objetivo de proteger sua indústria fortalecendo um processo de substituição das importações, o segundo mantém uma política que assume que a indústria nacional já superou, esta necessidade de uma taxa de câmbio competitiva tornou-se o central. O autor defende que a indústria no novo modelo passa a assumir uma orientação exportadora, mantendo um mercado interno fortalecido, isso implicaria em fortalecer setores que possuem valor agregado na produção.

A segunda diferença seria relativa aos investimentos do Estado, na década de 1950 o nacional desenvolvimentismo defendeu a adoção de medidas que estabeleçam o investimento do Estado nos setores produtivos, promovendo uma poupança forçada em setores estratégicos e obras de infraestrutura. No novo desenvolvimento, a proposta estabelece que neste momento o setor privado teria a capacidade de realizar investimento e o Estado atuaria para garantir a concorrência criando oportunidades de investimento saindo do papel de investidor, pois os investimentos do estado deveriam ser concentrados em outros setores públicos (BRESSER-PERREIRA, 2010).

Enquanto o nacional desenvolvimentismo estabelece uma política industrial forte, o novo desenvolvimentismo rejeita essa proposição. Sua intervenção se estabelece, principalmente, em uma política macroeconômica onde o equilíbrio fiscal

é estimulado mantendo taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas. O Estado até pode atuar industrialmente, mas só em casos estratégicos, sempre buscando estimular que o setor privado se desenvolva *a posteriori* e estabeleça competitividade em escala internacional (BRESSER-PERREIRA, 2010).

Bresser-Perreira (2010) afirma que os formuladores do nacional desenvolvimentismo defenderam o equilíbrio fiscal, entretanto a vulgarização ocorrida na década de 1980 da proposta pelo populismo acabou por estabelecer déficits públicos crônicos. O novo desenvolvimentismo retoma esta preocupação com o equilíbrio fiscal, sua dívida deve ser pequena e com prazos longos. Sendo o Estado peça fundamental no crescimento e no desenvolvimento, é necessário que este possua uma estrutura econômica forte e sólida, que impeça que os credores estabeleçam, como outrora, a política econômica do país.

A última diferença central reside na posição do novo desenvolvimentismo em relação à inflação. A complacência relativa que o nacional desenvolvimentismo tem com a inflação não é reproduzida pelo novo desenvolvimentismo, pois a inflação em longo prazo poderia trazer sérios problemas para a economia nacional (BRESSER-PERREIRA, 2010).

Estas formulações teriam como base teórica abordagens históricas e críticas a cerca do desenvolvimento teriam por objetivo a reforma das instituições conforme as necessidades da sociedade que encontram-se em constante mudança

Na medida em que um dos fundamentos do novo desenvolvimentismo é a economia política clássica, que era essencialmente uma teoria da "riqueza das nações" (Smith) e da acumulação de capital (Marx), as estruturas sociais e as instituições são fundamentais para sua lógica. Além disso, como ele adota uma abordagem histórica do desenvolvimento econômico, os ensinamentos da Escola Histórica alemã e dos institucionalistas norte americanos são uma parte essencial de sua visão. Assim, as instituições são fundamentais e reformá-las é uma necessidade permanente, na medida em que, nas complexas e dinâmicas sociedades em que vivemos, as atividades econômicas precisam ser constantemente reguladas (BRESSER-PERREIRA, 2010, p. 28).

A avaliação do governo seria feita em termos do desenvolvimento econômico e na distribuição igualitária da renda e da adoção de políticas públicas, as reformas e políticas econômicas seriam, assim, voltadas para alcançar tais objetivos, corrigindo os entraves do mercado apontando sempre para uma estratégia nacional

de desenvolvimento. O objetivo destas ações seria o fortalecimento tanto do mercado quanto do Estado de forma simultânea através da “ação coletiva da nação”(BRESSER-PERREIRA, 2010).

O discurso apresentado pelo novo desenvolvimentismo envolve uma argumentação que afirma que com a chegada do Partido dos Trabalhadores e o estabelecimento deste novo padrão de desenvolvimento as alterações foram de uma profundidade tamanha que se processou um rompimento com o neoliberalismo e com o nacional desenvolvimentismo (OLIVA, 2010 / BRESSER-PERREIRA, 2010).

Mercadante (2010) defende que houve no país uma ruptura histórica com a agenda neoliberal. A construção das políticas e programas sociais (Prouni, Reuni, Economia Solidaria, Luz para todos, Territórios da Cidadania, Minha casa minha vida etc..) seriam a base de uma nova política do Estado brasileiro focada em uma nova forma de pensar e buscar o desenvolvimento, este fato por sua vez representaria uma “singularidade histórica” no processo de desenvolvimento brasileiro.

A obra de Oliva (2010) representa o discurso mais ufanista dentre os principais defensores do novo desenvolvimentistas de forma sistemática o autor tenta provar que a nova política econômica ao centralizar seus esforços na expansão dos direitos econômicos e sociais por meio das políticas públicas conseguiu se afastar das políticas neoliberais focalizadas e estabelecer o fim da pobreza extrema aliada ao desenvolvimento econômico nos país.

Campos (2011) demonstrou que tais afirmações não procedem, uma vez que as políticas focalizadas continuaram e no país não se tem na ordem do dia o estabelecimento de direitos sociais de forma universal, o papel do Estado dentro das políticas públicas continua o de administrar os conflitos e estabelecer um ambiente de estímulo ao mercado. Cabe, assim, transformar a retirada de direitos elementares como saúde, educação, seguridade entre outros, na entrada do mercado como provedor destes “serviços”. Nas políticas publicas de combate a pobreza significou a suplantantação dos direitos sociais por políticas focalizadas juntamente com uma retórica de desenvolvimento humano.

Sampaio Junior (2012) caracteriza esse novo desenvolvimentismo como uma farsa, que busca uma terceira via, um denominador comum, que estabelece pontos de conciliação entre o que seria o desenvolvimentismo clássico e o neoliberalismo.

Resultando daí a aceitação dos pontos positivos de ambos e a rejeição dos negativos.

Acima de suas diferenças e idiossincrasias de ordem teórica e prática, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo — a cumplicidade com o rentismo — e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo — o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos "positivos" do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos "positivos" do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p 679).

BRESSER PEREIRA (2010) afirma que esta releitura do desenvolvimentismo aponta uma valorização do papel do Estado considerando aspectos como a complementariedade entre Estado e Mercado dentro do desenvolvimento econômico. Esta “terceira via” recusa uma análise estrutural do capitalismo, na perspectiva de reformas estruturais. O nacionalismo aparece em uma vertente “moderada”, pois este não encontra nenhum tipo de contradição em se submeter aos ditames do capitalismo internacional

Não se coloca em questão a dupla articulação — dependência externa e segregação social — responsável pela continuidade do capitalismo selvagem. O impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado. Tampouco são examinados a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p 680).

O Curado (2013) aponta que de fato houve retomada no crescimento econômico durante a implantação do novo desenvolvimentismo, e explica que as taxas de desemprego começam a apresentar resultados cada vez mais positivo, com exceção dos anos em que o mercado internacional apresentou resultados negativos.

Em síntese, entre 2004 e 2008, a economia brasileira atravessou um período de retomada do crescimento econômico com redução da taxa de desemprego, estabilidade econômica e bons resultados nas contas externas. Além disso, foram registrados avanços substantivos na melhoria da distribuição da renda e na redução da miséria (CURADO, 2013, p. 73).

Apesar deste fato Curado (2013) ressalta que o tripé macroeconômico estabelecido nos governos anteriores “metas de inflação, câmbio flutuante com intervenção (dirty floating) e ajuste fiscal” foi mantido, este fato corroboraria com a tese de que não existiu uma ruptura com o modelo neoliberal. Pelas contradições expostas, Curado (2013) rejeita a existência de uma política neodesenvolvimentista no Brasil. Apesar dos da existência de uma agenda que aponta elementos do novo desenvolvimentismo os elementos centrais da política econômica continuaram inalterados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma breve retomada na história do capitalismo e de suas crises apresenta uma realidade onde o Estado é convocado a interferir para salvaguardar os interesses econômicos e garantir a reprodução e centralização do capital. As políticas de desenvolvimento, mesmo guardando diferenças, estiveram sempre em consonância com essa diretriz de atuação. Internacionalmente, inúmeros instrumentos foram gestados para coordenar essas políticas e elencar parâmetros que ajustassem as políticas nacionais as necessidades que o capitalismo apresentava em cada fase, traçando modelos e políticas que foram aplicados, principalmente, pelos países subordinados dentro da divisão internacional do trabalho. Desregulamentação trabalhista, isenções de impostos, flexibilização das legislação, garantia de investimentos foram algumas das fórmulas aplicadas ao longo da história em nome do desenvolvimento que, aludido de forma genérica, escondia sua verdadeira face de reprodução do capital.

As relações estabelecidas entre organizações como o Banco Mundial, FIM a ONU e o BIRD com os países subdesenvolvidos servem para ilustrar a forma como as políticas de desenvolvimento foram implementadas. Os receituários elaborados ao longo dos anos acabaram por consolidar a posição de subordinação na divisão internacional do trabalho, tornando o desenvolvimento nestes países condicionados ao movimento do capital que, de forma constante, visa a sua valorização crescente. Os organismos internacionais de controle do capital atuam formulando e ajustando parâmetros que mudam e se adaptam a cada nova fase do capitalismo, tais formulações são incorporadas pelos estados nacionais através das políticas públicas, uma reprodução que pode apresentar diferenças e confluências a depender das especificidades de cada local, mas que preserva os princípios básicos que definem a acumulação em cada fase do capitalismo.

A aplicação ou não destes desígnios, independe do discurso ou vontade dos administradores do Estado. Enquanto o Estado atuar na perspectiva de mantenedor das condições para a reprodução capitalista, as necessidades políticas e econômicas do capitalismo mundial serão reproduzidas pelas políticas públicas de desenvolvimento.

A criação da CEPAL pela ONU no pós-guerra significou para a América Latina um processo de formulação de teorias e concepções para o desenvolvimento que

preconizavam a industrialização e a substituição das importações. Esse processo figurava como uma aproximação a perspectiva Keynesiana que ganhava forma mundialmente. A atuação do Estado passava agora como um parceiro prioritário para incentivar o desenvolvimento. No Brasil, o impacto destas ideias acabou por fortalecer uma política econômica de industrialização e intervenção estatal visando à viabilização da produção industrial.

O surgimento da SUDENE se insere nesta conjuntura. Em meio a intensificação dos conflitos na região Nordeste e do acirramento das disputas políticas pelas classes hegemônicas da região, a necessidade de consolidação de um modelo de desenvolvimento em consonância com os ditames internacionais da reprodução do capital e da divisão internacional do trabalho, transformou a SUDENE num instrumento de intervenção a serviço do capitalismo em sua fase monopolista.

O discurso que compunha a iniciativa da SUDENE baseou-se na existência de um pólo atrasado e outro avançado no país. Nordeste e Centro-Sul foram compreendidos como um sistema onde o desenvolvimento era visto como uma característica evolucionária, onde a continuidade dos índices econômicos e sociais faria com que o Centro-Sul desenvolvesse patamares satisfatórios e o Nordeste intensificasse a miséria sendo no futuro uma ameaça a unidade nacional, um foco permanente de revoltas. Este raciocínio dualista e linear do desenvolvimento levou a uma perspectiva onde os índices econômicos e sociais poderiam ser corrigidos a partir da intervenção planejada do Estado, onde a tônica é a busca pela homogeneização das regiões em termos econômicos.

Esse tipo de perspectiva não considerou que o próprio processo de expansão e centralização do capital em escala mundial acabasse por criar uma divisão social do trabalho onde determinadas regiões fossem privilegiadas em detrimento de outras. O capitalismo ligou o mundo de tal forma que o tornou um único sistema de produção e de comércio, sendo assim, as distintas regiões encontram-se ligadas em um único organismo que estabelece contradições diferenciações. (LOWY, 1995)

Riqueza e pobreza são faces do mesmo processo, o movimento de capitais pelo mundo obedece ao princípio da valorização, portanto, a alocação de riqueza será feita em consonância com a possibilidade de elevação da taxa de lucro e a saída destes capitais respeitar esse mesmo princípio. Sendo assim, a alocação de capital em regiões distintas acompanha movimentos internacionais de valorização. O “atraso” a “pobreza” não são anomalias ao sistema capitalista mas parte integrante

do processo de produção de da mobilidade capitais nas mais diversas escalas. Desenvolvimento e subdesenvolvimento não são assim estágios diferenciados da produção, mas distintas posições dentro da divisão internacional do trabalho. Essa perspectiva implica em entender a política de planejamento como uma intervenção no sentido de ampliar a taxa de lucro e atrair capitais.

O funcionamento da SUDENE durante a década de 1950 serviu aos desígnios da expansão do capital na região Nordeste, fortalecendo a hegemonia das classes dirigentes do Centro-Sul do país por estarem mais alinhadas ao nova fase do capitalismo monopolista. As resistência e disputas empreendidas pelos setores nordestinos que detinham anteriormente a hegemonia da região representaram no plano do congresso nacional a ultima tentativa de manutenção do poder que detinham. Entretanto a mudança no plano dirigente do setor hegemônico não alterou a essência da situação de exploração e pobreza uma vez que esta condição é funcional no capitalismo a divisão internacional do trabalho.

O discurso esboçado pelos documentos analisados no decorrer desta dissertação deixam claro os interesses e disputas que estavam em processo durante a implantação da SUDENE. A expansão industrial e comercial para o Nordeste das classes dirigentes do Centro sul ao fim do processo podia ser notada ao elencar os principais grupos econômicos que haviam se instalado na região, entretanto, este esforço de maneira alguma rompeu com a pobreza e a miséria da região.

A derrocada da SUDENE se inicia com o golpe militar, entretanto esta dissertação não buscou aprofundar-se nesse período. Cabe destacar que, as bases da política de expansão e centralização do capital na região já havia sido implementada ainda em 1963, portanto, a SUDENE como manifestação prioritária de uma política de planejamento e desenvolvimento na Região não era mais algo visto como essencial. O discurso do Estado sofre assim uma alteração, a SUDENE passa a ser atacada e secundarizada na elaboração e implementação da política de desenvolvimento nacional.

Seu papel de destaque dentro da retórica do Estado brasileiro só é resgatado a partir de 2003. Juntamente com um discurso de mudança e desenvolvimento a SUDENE é (re)fundada em 2007, sendo apresentada como parte da política nacional de desenvolvimento.

Coube destacarneste processo,dois discursos distintos dois modelos de desenvolvimento: o desenvolvimentismo na década de 1950 e o novo

desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo dos anos 2000. Apesar da semelhança semântica as formas como cada um conduz o processo de planejamento e intervenção estatal não guardam confluências.

Apesar do discurso do Estado tentar resgatar por meio da retórica os elementos do desenvolvimentismo, a fase neoliberal do capitalismo impõe ao Estado uma nova forma de governar e intervir na economia. Sendo o Estado uma organização funcional ao capitalismo independente do discurso que este adote o limite de suas ações esta condicionado pela objetividade central de sua ação – auxiliar a mobilidade do capital e a ampliação da taxa de lucro garantindo as condições para a extração de mais-valor. Esta funcionalidade se inscreve desta forma dentro de parâmetros estabelecidos pela fase que se encontra o capitalismo em escala internacional. Ao contrário da década de 1950, a expansão e centralização de capital para a região Nordeste não se põem por meio de uma política regional específica.

A SUDENE, dessa forma, encontra-se inscrita dentro de uma política nacional de desenvolvimento, seu discurso de autonomia e protagonismo encontra-se fragilizado uma vez que sua capacidade de atuação e liderança em projetos e ações encontra-se limitada. Se na década de 1950 a existência da SUDENE respondia uma necessidade direta de expansão e consolidação do capitalismo, implicando na transferência da Hegemonia do Centro-Sul para o Nordeste, na década de 2000, temos um capitalismo consolidado e com um grupo hegemônico nacional em total consonância com o capitalismo internacional.

Portanto, como política de desenvolvimento a (re)fundação da SUDENE atente como instituição auxiliar. Nestes marcos é possível compreender o processo de institucionalização da SUDENE para além dos discursos oficiais, explicitando especificidades e entendendo como as diferenças entre estas duas propostas se estabeleceram.

Existe no novo desenvolvimentismo uma tentativa de resgatar uma simbologia nacionalista que estaria a impulsionar um projeto nacional de desenvolvimento nos moldes da década de 1950. Esse resgate busca legitimar no passado um projeto de país forte. Karl Marx em “O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte” lembra que os homens tomam em seu auxílio espíritos do passado, entretanto, nessa mesma obra ele enfatiza ao relembrar uma passagem de Hegel que os grandes fatos e

personagens da história só apareceriam duas vezes sob o signo da tragédia e da farsa (BOITO, 2012).

Assim como a alusão ao desenvolvimentismo da década de 1950, a nova SUDENE surge em meio a alusões da retomada de um modelo planejador que instituiu a SUDENE original em 1959. As condições e contradições estabelecidas em cada momento histórico condicionam a completa modificação tanto da política que sustenta a criação/recriação da SUDENE, quanto a atuação e amplitude de cada iniciativa.

Quando analisamos o modelo de desenvolvimento adotado fica explícito que um projeto de integração nacional não é mais uma prioridade dentro das necessidades do capitalismo. A tônica da atuação se desloca para políticas de planejamento de amplitude nacional de forma centralizada pelo governo federal.

Na década de 1950, a proposta de integração nacional encontrava sentido dentro dos desígnios do capitalismo internacional uma vez que a tendência a centralização de capitais e homogeneização das classes dirigentes ainda encontrava espaço para se ampliar dentro do “espaço” nacional brasileiro. Esta necessidade não encontra força na realidade na atualidade, como foi demonstrado, os grupos hegemônicos do capitalismo mundial possuem o domínio da produção de valor em escala nacional.

Se admitimos, conforme Pereira (2010), que o discurso do desenvolvimento adotado pelas instituições de controle do capital internacional sofreu alterações adaptando-se as novas situações políticas e mantendo, apesar do verniz, as características centrais que possuía na defesa da exploração do trabalho e da acumulação capitalista, o novo desenvolvimentismo como expressão destas mudanças representa a materialidade das propostas no terreno das políticas públicas implementadas pelo Estado. A maleabilidade em função das necessidades sociais e direitos destas políticas adotadas em meio ao discurso do novo desenvolvimentismo respeita unicamente a intensificação da crise do capital, retrocedendo na justa medida da preservação das taxas de lucro.

Neste processo que encontram-se inseridos os movimentos de recriação da SUDENE, fica claro que a força política e administrativa desta é solapada não pela vontade dos atores políticos ou por instrumentos administrativos ineficientes, nem pelas características presentes no discurso que a mesma adota mas por não encontrar a consonância que possuía no passado com o modelo de

desenvolvimento adotado pelo País por força do estabelecimento da subordinação do Estado as necessidade do capital. O discurso adotado demonstra que a Política de Desenvolvimento Nacional que está atrelado aos desígnios e modelos internacionais possui centralidade fragilizando qualquer discurso de autonomia da SUDENE.

No início desta dissertação alertávamos inspirados pela cantata de Off que os momentos históricos não se repetem, como eles as políticaspúblicas de desenvolvimento podem guardar semelhanças, entretanto não são iguais, elas são estabelecidas por meio de uma relação entre as necessidades da reprodução do capital e o modelo de desenvolvimento preconizado por instituições de controle internacionais. As mudanças nestas políticas são inevitáveis, seguem o curso da história e se adaptam as especificidades de cada país.

Referências

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. (2010) '**A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda**', in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo.

Bielschowsky, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2000a.

BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. R. Janeiro: Ed. Record, vol. 1, 2000b.

BRASIL, SUDENE, **1º Plano Diretor de desenvolvimento econômico do nordeste** 1961-1963. 1961

BRASIL, Lei Nº **3.470**, 1958

BRASIL, Lei Nº **2.973**, 1956

BRASIL, Lei Nº **3.692**, 1959

BRASIL, Lei Complementar Nº **125**, 2007

BRASIL, Decreto lei nº **47.890**, 1972

BRASIL, Decreto lei nº **71.353**, 1972

BRASIL, Medida Provisória nº **2.156-6**, 2001

BRASIL, **Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional**, SUDENE, Brasília, 1961

BRASIL, **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste** – PRDNE, Brasília, 2011

BRASIL **Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste** (GTDN) in: O Nordeste e a saga da SUDENE 1958 – 1964 / Coleção Arquivos Celso Furtado 3 – p. 83-164

BRASIL, **Bases para a Recriação da SUDENE** – Por uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo-desenvolvimentismo na América Latina**. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. 2010

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **DA MACROECONOMIA CLÁSSICA À KEYNESIANA**, São Paulo , 1976

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O CONCEITO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006

BOITO, Armando Jr. **Desenvolvimento e Neodesenvolvimento**: tragédia e Farsa, Ver. Ser. Social, São Paulo, n 112 p.672-688. Out/dez 2012

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Coleção CLACSO-CROP, Buenos Aires, 2011

CARDOSO, Henrique C.; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina** - ensaios de interpretação sociológica 9. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Trabalho e Trabalhadores**: As novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural. Editora UFS, 2011

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho**. In Estado e Políticas Públicas a construção do consenso neoliberal 135-157, EDUNEB, 2012

CONH, Amélia. **Crise Regional e Planejamento o Processo de Criação da Sudene. Perspectiva, São Paulo, 1979**

CURADO, M. L. . **Do esgotamento do projeto neoliberal ao governo Lula**: em busca de um projeto nacional de desenvolvimento. Cadernos do Desenvolvimento, v. 8, p. 67-81, 2013.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do Estruturalismo da CEPAL a Teoria da Dependência**: Continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2009

D'Arbo, Renata C. e Heller, Claudia. **Evolução da abordagem analítica da teoriado desenvolvimento de Celso Furtado**. Cadernos do Desenvolvimento, V.7 nº10, pag. 17-40, Rio de Janeiro. (2012)

FILHO, Leônidas A de S. **SUDENE: 50 anos**: Uma abordagem política, institucional e administrativa. 2010

FURTADO, Celso. Operação Nordeste; in: O Nordeste e a saga da SUDENE 1958 – 1964 / Coleção Arquivos, Celso Furtado 3 – p.29-72

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. RJ, Paz e Terra, 1985

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita; Paz e Terra, São Paulo, 1989

FURTADO, Celso. O longo amanhecer. SP, Paz e Terra, 1999

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 7ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979

FURTADO, Celso. A pré-revolução brasileira. Coleção Nordestina. Ed. Univ. UFPE, Recife, 2009.

FURTADO, Celso **Entre inconformismo e reformismo** vol.4 no.8 São Paulo Jan./Apr. 1990

GAMA, Lucas Lima. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante**. Dissertação de Mestrado, NPGeo-UFS, 2010

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. **As relações Brasil-CEPAL (1947-1964)**, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado** Disc. de Mestrado, UFS CAR, 2011

Harvey, David. **A produção Capitalista do Espaço**. Ed.. Annablume, 1º Ed., 2001.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LISBOA, Josefa Bispo. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança** Tese de Doutorado, NPGeo – UFS, 2007

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado** in Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80.

MALLORQUÍN. Carlos **El joven Furtado y el pensamiento económico de su época**.. European Review of Latin American and Caribbean Studies. Nº64 . 1998

MANTEGA, Guido. **Celso Furtado e a Economia Brasileira**. Revista de Economia Política, Vol. 9, nº 4, out-dez, 1989

MARTINS, Carlos Eduardo. **O Pensamento Latino-Americano e o Sistema Mundial**. In: CLACSO. (Org.). *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 153-216

Mascaro, Alisson. **Estado e forma política**, Ed. Boitempo, São Paulo, 2013

MÉSZAROS, Istvan. A crise estrutural do capital, São Paulo, Boitempo, 2009

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 4.ed. São Paulo : Brasiliense, 1982

OLIVA, Aluizio Mercadante, As bases do novo desenvolvimentismo : análise do governo Lula, UNICAMP, Tese de Doutorado (Economia), 2010.

MILLER, Lilian Maria. Escola neoclássica – visão otimista. Revista da ABET. Rio de Janeiro, n.2, jul/dez de 2003.

MONTENEGRO, Jorge. **Desenvolvimento em desconstrução:** narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. Tese de doutorado. (Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**, 4º ed., Paz e Terra, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**, Boitempo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista – ornitorrinco**, Boitempo, São Paulo, 2008

PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo. Brasiliense, 1977

PERREIRA, João M. M. **O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro**. São Paulo, Civilização Brasileira , 2010

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**, CEPAL. 1949

PREBISCH, Raúl. **Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico** CEPAL 1952

PROCONDEL - **Projeto de preservação e disponibilização do acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da SUDENE – CONDEL, SUDENE**, (Atas e Resoluções de 1959 -1964), 2015.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo:** tragédia e farsa. Rer. Serv. Soc. Soc. N° 112 São Paulo Out./Dec. 2012

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **Revista agrícola, órgão da sociedade sergipana de agricultura e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe – 1905 – 1908: por em comum as ‘luzes’ e experiências** 2012, (Geografia) Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe

SMITH, Adam, **A riqueza das nações** São Paulo: Nova Cultura,(Os Economistas) 1996

SMITH, Niel. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SCHUMPETER, JOSEPH A. (1982). **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas)

ANEXOS

MODELO DE RESOLUÇÃO DA SUDENE



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

RESOLUÇÃO Nº 9

A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE), usando da atribuição que lhe confere o Art. 32 do Regimento Interno e na forma da resolução do Conselho Deliberativo em sessão do dia 2 de junho de 1960,

RESOLVE propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a concessão, à firma "MOINHO DO NORDESTE LTDA", dos seguintes favores fiscais e cambiais, para importar equipamentos destinados à instalação na cidade de Macsió, estado de Alagoas, de um moinho para produção de farinha de trigo, resíduos de trigo e rações balanceadas:

- a) declaração de prioridade para os equipamentos a serem importados para efeito da isenção de quaisquer impostos e taxas sobre a respectiva importação (Lei nº 3.692, de 15-XII-1959, art. 13, letra "j", § 2º e art. 18);
- b) determinação à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A (CACEX), para o licenciamento de importação dos mesmos equipamentos sem cobertura cambial (Lei supra, art. 13, letra "g", inciso 1º).

Recife, 2 de junho de 1960


Celso Monteiro Furtado
Superintendente

Apêndice

QUADROS DA SISTEMATIZAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DA SUDENE

1960			
Projeto	Tipo	Benefício	Local
MOINHO DO NORDENTE LTDA	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	AL
INDÚSTRIA NORDESTINA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	BA
Mirca S/A Indústria e Comércio	Bens de Consumo	Benefícios para importação de equipamentos	BA
TERMOLIT DO BRASIL S/A.	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	BA
Cerâmica Senhor do Bonfim LTDA, de Salvador/BA.	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	BA
MINERAÇÃO BOQUIRA LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
Pigmentos Minerais Industrial e Comercial, Pigminas S/A.	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
GRANDE MOINHO CEARENSE S/A	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	CE
J. MACEDO S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA MOINHO FORTALEZ	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	CE
Teone Moinhos do Brasil S/A.	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	PB
COMPANHIA SISAL DO BRASIL – COSIBRA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
SISAL DO BRASIL S/A – SIBRASIL	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
Fiação Brasileira de Sisal S/A – FIBRASA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
"TEONAS & CIA"		Benefícios para importação de equipamentos	PB
RON BACARDI S/A."	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	PE

Companhia Industrial de Vidros - CIV.	Indústrias de Equipamentos	Benefícios para importação de equipamentos	PE
TUBOS GUARARAPES S/A	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	PE
Fosforita Olinda S/A - FASA.	Mineração	Benefícios para importação de equipamentos	PE
PLASTIBRÁS - SOCIEDADE DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE PLASTIFICANTES LTDA	Química	Benefícios para importação de equipamentos	PE
Companhia Agro-Industrial de Igarassu	Química	Benefícios para importação de equipamentos	PE

1961			
Projeto	Tipo	Postulado	Local
MOINHO NORDESTE S/A	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	AL
OTHON BEZERRA DE MELO, FIAÇÃO E TECELAGEM S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	AL
COMPANHIA AÇUCAREIRA NORTE DE ALAGOAS - USINA SANTANA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMPANHIA ALAGOANA DE FIAÇÃO E TECIDOS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
DOMICIO SILVA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CONTONIFÍCIO JOÃO NOGUEIRA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COTONIFÍCIO GONÇALVES S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMÉRCIO E INDÚSTRIA IRMÃOS PEREIRA LTDA – CIPEL	Alimentícia	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CHADLER S/A - SOCIEDADE DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Bens de Consumo	Benefícios para importação de equipamentos	BA
"PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA BAHIA"	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios para importação de equipamentos	BA

INDÚSTRIA NORDESTINA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (INPA)	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios para importação de equipamentos	BA
COMPANHIA DE CARBONOS COLOIDAI (C.C.C.)	Mineração	Benefícios para importação de equipamentos	BA
INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MÁRMORE S/A	Mineração	Benefícios para importação de equipamentos	BA
POLIFLEX DA BAHIA S/A - INDÚSTRIA	Indústrias de Equipamentos	Benefícios para importação de equipamentos	BA
ITABUNA TÊXTIL S/A (ITATEX)	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA BAHIA S/A – ALIMBA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
SOCIEDADE ANÔNIMA MINERAÇÃO DE AMIANTO	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
COMPANHIA FABRIL DOS FIAIS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
INDÚSTRIAS CORTEZ S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
EMPRESA INDUSTRIAL LIMITADA (USINA SÃO JUDAS THADEU)	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
SIQUEIRA, GURGEL & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
FIAÇÃO E TECELAGEM SANTA MARIA LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS ERNESTO DEOCLECIANO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
THOMAZ POMPEU DE SOUZA BRASIL S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CIA. TÊXTIL JOSÉ PINTO DO CARMO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ELIZEU BATISTA S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CIA. INDUSTRIAL DE ALGODÃO E ÓLEOS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CHAMES ABOUD S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
CIA. BRASILEIRA DE ÓLEOS	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
EUGÊNIO BARROS & COMPANHIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
COMPANHIA INDUSTRIAL DE BABAÇU E ALGODÃO DO MARANHÃO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
COMPANHIA MANUFATUREIRA E AGRÍCOLA DO MARANHÃO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA

ANIL			
FÁBRICA DE TECIDOS SANTA ISABEL S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO TUPY LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
TANINO DE MANGUE S/A (TAMASA)	Química	Benefícios para importação de equipamentos	MA
INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MAGUARY LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A	Têxtil e Fibras	Financiamento	PB
CURTUME ANTÔNIO VILLARIM S/A	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
ARAÚJO RIQUE & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
MEDEIROS, CIRNE & CIA.	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
S/A INDÚSTRIA TÊXTIL DE CAMPINA GRANDE	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
COMÉRCIO E INDÚSTRIA MARQUES DE ALMEIDA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
COMPANHIA DE TECIDOS RIO TINTO"	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
COMPANHIA SISAL DO BRASIL – COSIBRA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
INDÚSTRIA E COMÉRCIO CASSIANO PEREIRA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
CIA. INDUSTRIAL E MERCANTIL CASA FRACALANZA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
COMPANHIA INDUSTRIAL DE SISAL – CIS	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
SISAL DO BRASIL S/A - SI - BRASIL	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
FIBRAS DURAS DO NORDESTE S/A – FIDUSA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA S/A	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	PE
GARANHUNS INDUSTRIAL S/A (GISA)	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios para importação de equipamentos	PE
CAMPOS MOREIRA S/A - INDÚSTRIA DE AUTO-PEÇAS (CAMOSA)	Indústrias de Equipamentos	Benefícios para importação de equipamentos	PE
INDÚSTRIA DE AZULEJOS S/A - (IASA)	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	PE
"FOSFORITA OLINDA S/A"	Mineração	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COMPANHIA AGRO-INDUSTRIAL IGARASSU	Química	Benefícios para importação de equipamentos	PE
CIA. TEXTIL DE ANIAGEM (CTA)	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE

COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA (C.T.P.)	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COTONIFÍCIO DA TORRE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
"COMPANHIA FÁBRICA YOLANDA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COMPANHIA TÊXTIL DE ANIAGEM – CTA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
SOCIEDADE INDÚSTRIAS MINERVA LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ALBERTO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ALIMONDA IRMÃOS S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACUMULADORES MOURA LTDA.	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS – CIV	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL SÃO JOÃO	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS – CIV	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND POTY	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
SINWAL S/A - INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
EMPRESA DE PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES LTDA.	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL NOSSA SENHORA DO CARMO	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA SANTO INACIO S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CIA. AÇUCAREIRA SANTO ANDRÉ DO RIO UMA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA SALGADO S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA CENTRAL BARREIROS S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA AÇUCAREIRA ANTÔNIO MARTINS DE ALBUQUERQUE S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA TÊXTIL DE ANIAGEM (C.T.A.)	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
TECELAGEM DE SEDA E ALGODÃO DE PERNAMBUCO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA FÁBRICA YOLANDA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COTONIFÍCIO CAPIBARIBE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COTONIFÍCIO DA TORRE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE

COMPANHIA INDUSTRIAL DE CARUARU	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
OMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA INDUSTRIAL PERNAMBUCANA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA AGRO FABRIL MERCANTIL	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FRIGORÍFICO DO PIAUI S/A - FRIPISA	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	PI
OTHON BEZERRA DE MELLO FIAÇÃO E TECELAGEM S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	
OLIVEIRA PINTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
COTONIFÍCIO NORTE RIOGRANDENSE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
COTONIFÍCIO DANTAS RIBEIRO S/A"	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
"E. GERMANO DA SILVA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
NÓBREGA DANTAS S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
VIEIRA SAMPAIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A"	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DUCÔCO – COCIL	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
CÔCO ALIMENTAR E DERIVADOS S/A - COCAL"	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
PEIXOTO, GONÇALVES & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
MELÍCIO MACHADO & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
PEDRO AMADO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
OSNTÂNCIO VIEIRA & CIA.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE

1962			
Projeto	Tipo	Benefício	Local
INDÚSTRIA DE ÓLEOS S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	?
ESEQUIEL SIQUEIRA CAMPOS & CIA. LTDA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
INDÚSTRIA DE CONSERVAS PALMARES LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL

CÔCO ALIMENTAR DE ALAGOAS S/A	Alimentos	Financiamento	AL
ARROZEIRA PENEDENSE LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
ANTUNES & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
MIGUEL PEDROSA MACEDO	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
INDÚSTRIA DE CANAS PROGRESSO S/A"	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
A. CALHEIROS & CIA. LTD	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMPANHIA AGRO-MERCANTIL PEDRO CARNAÚBA"	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
JOÃO ATHAYDE FILHO	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DALMO PEIXOTO S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
FERREIRA, FERNANDES & CIA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CERÂMICA SÃO BENTO LTDA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
IRMÃOS BARRETO LTDA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA JOÃO DE DEUS	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
S/A USINA CORURIBE	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
USINA SERRA GRANDE S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
SOCIEDADE NÔNIMA LEÃO IRMÃOS - AÇÚCAR E ÁLCOOL"	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMPANHIA AÇUCREIRA USINA CAPRICHIO	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CIA. AGRO-INDUSTRIAL OMENA IRMÃOS	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CLIMERIO W. SARMENTO	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
S/A. USINA OURICURI - AÇÚCAR E ÁLCOOL"	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
USINA CANSANÇÃO DE SINIMBU S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CIA. AÇUCAREIRA USINA LAGINHA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
USINA TERRA NOVA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMPANHIA DE MELHORAMENTOS VALE DO SÃO MIGUEL	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CIA. AGRO INDUSTRIAL VALE DO CAMARAGIBE	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CIA. AÇUCAREIRA ALAGOANA (USINA URUBA)	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
TRIUNFO AGRO-INDUSTRIAL LTDA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CENTRAL AÇUCAREIRA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL

SANTOANTONIO S/A			
CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS NORTE ALAGOAS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
FIAÇÃO E TECELAGEM RIBEIRÃO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
MÃOS ANDRADE & CIA. - SUCESSORES DE ANDRADE & IRMÃOS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
L. CARVALHO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
ALGODOEIRA LAGENSE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
ELÍSIO MAIA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMPANHIA AGRO FABRIL MERCANTIL	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	AL
ROSEVALDO PEREIRA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
O. LÔBO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
LATICÍNIOS ITAPETINGA LIMITADA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
MATADOUROS FRIGORÍFICOS S/A - MAFRISA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CÉSAR SANTOS PEREIRA"	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
REFRIGENTES DA BAHIA S/A"	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
FRATELLI VITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CACÁU INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
JOANES INDUSTRIAL S/A - PRODUTOS QUÍMICOS E VEGETAIS	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CHADLER S/A. - SOCIEDADE DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
INDUSTRIAL MADEIREIRA E COMÉRCIO LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
BARRETO DE ARAUJO PRODUTOS DE CACAU S/A	Bens de Consumo	Benefícios para importação de equipamentos	BA
EMPRESA ÁGUAS MINERAIS ITAPARICA LTDA"	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
BARRETO DE ARAUJO LAVOURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
BLOISI OLIVEIRA & ARAÚJO	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
A. L. SANTOS & CIA. LTDA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
COELHO ROBATTO & CIA. LTDA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
SOCIEDADE ANÔNIMA ATLÂNTICA ÓLEOS VEGETAIS - INDÚSTRIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA

&COMÉRCIO			
CÊRAS E ÓLEOS DA BAHIA LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
IA. INDUSTRIAL DA BAHIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
ÓLEOS VEGETAIS DA BAHIA LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
ARTEFATOS DE BORRACHA MUCAMBO LTDA.	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
FÁBRICA DE GAZES INDUSTRIAIS AGRO-PROTETORAS FAGIP S/A	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
BRASQUIP INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS S/A	Indústrias de Equipamentos	Benefícios para importação de equipamentos	BA
EQUIPETROL-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Indústrias de Equipamentos	Benefícios para importação de equipamentos	BA
CERÂMICA SANTA MARIA LIMITADA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
NAZARÉ AGRO-INDUSTRIAL S/A (NAISA)	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
IBRASA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MÁRMORES S/A	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
FLACOL-FÁBRICA DE DADRILHOS E ARTEFATOS DE CONSTRUÇÃO LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
MÁRMORES NORDESTE LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MÁRMORES S/A (IBRASA)	Mineração	Financiamento	BA
SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PEDRAS E TERRAPLANAGEM LTDA (SOCIPT)	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CIPEL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA IRMÃOS PEREIRA LTDA	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
INDÚSTRIA DE SABÕES ALIANÇA LTDA	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CÊRAS PIATAN LTDA	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA S/A (PERBASA)	siderurgia	Financiamento	BA
COMPANHIA USINA CINCO RIOS	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
S/A LAVOURA E INDÚSTRIA REUNIDAS	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
NILTON OLIVEIRA & CIA. LDTA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
SERRINHA INDÚSTRIA DE SISAL LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
J. BANDEIRA S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA

COMPANHIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
S/A. AGENOR GORDILHO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
BAHIANA SISAL S/A - INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
S/A AGENOR GORDILHO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
FÁBRICA DE TECIDOS NAZARÉ S/A.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
BAHIANA SISAL S/A., INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
COMPANHIA PROGRESSO E UNIÃO FABRIL DA BAHIA"	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
DARIO GONÇALVES PASTOR	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
DERALDO ALCANTARA & CIA. LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
fábrica Sisal Industrial e Comercial da Bahia S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
INDÚSTRIA TÊXTIL BAHIANA - PRATA, SOARES & CIA. LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
J. REIS & CIA LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
P. SABINO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CESMEL S/A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO		Benefícios para importação de equipamentos	BA
RAPHAEL ARAÚJO & CIA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
FRANCISCO PINTO & CIA. LTDA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
FAZENDA GUARANY S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDÚSTRIA DE PESCA DO CEARÁ S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
GRANDE MOINHO CEARENSE S/A	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	CE
INDÚSTRIA E COMÉRCIO CERODE LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
IMOBILIÁRIA AGRÍCOLA RAIMUNDO OLIVEIRA S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CIA. JOSÉ GOMES PARENTE AGRO- PECUÁRIA, INDUSTRIAL	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
EXPORTADORA MACHADO ARAUJO LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
MACHADO S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE

A.B. OLIVEIRA & CIA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
Edmilson Moura & CIA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
SERRARIA FORTALEZA LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDUSTRIA DE PAPÉIS DO NORTE LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
E. DINELLY	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
GUILHERME EHRLICH DE MENEZES	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CURTUME SANTA LUZIA LTDA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CURTUME BELÉM, LIMITADA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
J. RECAMONDE	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ALBINO FARIAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
MACIEL PASTOR & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDÚSTRIA COLINS S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ORGANIZAÇÃO RURAL INDUSTRIAL LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CASA MACHADO S/A.	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
IRMÃOS SILVEIRA & CIA LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CARNEIRO & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
SARMENTO & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
JOSÉ PEREGRINO FROTA & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CARNEIRO GENTIL S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMÉRCIO E INDÚSTRIA SÃO FRANCISCO LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CASTANHAS E ÓLEOS DO BRASIL S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
METALÚRGICA PAJEÚ S/A	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDÚSTRIA DE VIDROS S/A	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
Companhia Cearense de Cimento Portland (CCCP)	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	CE
SOCIEDADE DE MINÉRIOS S/A	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
DIATOMITA INDUSTRIAL LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDÚSTRIA E COMÉRCIO VALE DO ACARAPE LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CHAVES & CIA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
MAGNESIUM DO BRASIL LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE

SIQUEIRA GURGEL & CIA. LTDA	Quimica	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
VIUVA OLÍMPIO GALDINO DE SOUZA	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
EMPRESA VALE DO RIO JAGUARIBE LTDA	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
EXPORTADORA JUCAH LTDA	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
DR. MASSILON SABOIA DE ALBUQUERQUE	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
OMÉRCIO E INDÚSTRIA ALFREDO COELHO LTDA	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
IRMÃOS GENTIL, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, REPRESENTAÇÕES S/A	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ASSUCAREIRA CEARENSE S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CONTONIFICIO LEITE BARBOSA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CIA. GASPARIAN INDUSTRIAL DO NORTE	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
MONTENEGRO & CIA.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
SOUSA FERNANDES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ANTÔNIO JAIME FILHO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
OTACÍLIO ALEXANDRE & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CARLOS ALEXANDRE & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
L. FERNANDES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CASA COSTA LIMA MYRTIL S/A.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
IRMÃOS BEZERRA DE MENEZES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMÉRCIO E INDÚSTRIA BEZERRA DE MENEZES S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMPANHIA P. MACHADO - EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ANTÔNIO CLÁUDIO DE ARAÚJO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDÚSTRIAS PRIMOR LTDA.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS USINA SÃO GERALDO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
J. MENDES ADEODATO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
JOSUÉ DINIZ & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
F. CARDOSO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMÉRCIO INDÚSTRIA E AGRICULTURA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
A.D. SIQUERIA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ALMINO COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
SOCIEDADE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE

DE ALGODÃO LIMITADA - (SICAL)			
ANTÔNIO ALVES DE MORAES JUNIOR (USINA EXPORTADORA CRATENSE EXPORTADORA DE ALGODÃO MARANGUAPE LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CEARÁ INDUSTRIAL S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
LEONTINO DE SOUZA ROLIM	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ICASA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALGODÃO S/A"	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMPANHIA INDUSTRIAL MARQUES - CIMA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
J. ALVES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
J. RUFINO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
EXPORTADORA JUCAH LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
PLÍNIO CÂMARA & VIEIRA LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ALGODOEIRA BARREIRA & LIMA, LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
"INDÚSTRIA ACOPIARENSE DE ALGODÃO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
VIUVA CRISTINA ARRAES & FILHO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ANTÔNIO RICARDO DE FREITAS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
SOCIEDADE DE ALGODÃO LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
A. EMÍLIO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
RANDAL POMPEU & FILHOS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
FRANCISCO FRANKLIN DE ALENCAR	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
DOMINGUEZ & PRÔTO LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
S/A PHILOMENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
J. PARENTE & FILHOS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
ANTÔNIO GONÇALVES & IRMÃOS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMPANHIA GASPARIAN INDUSTRIAL DO NORTE	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE
OTONÍCIO LEITE BARBOSA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE
HOMAZ PMPEU DE SOUZA BRASIL S/A (FIAÇÃO E TECELAGEM)	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE
FIAÇÃO E TECELAGEM SANTA MARIA LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE
COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS ERNESTO DEOCLECIANO	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE

THE CEARÁ COTTON LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE
FAZENDA SERRA VERDE	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
HUMAITÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
JOÃO COELHO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
MACÊDO S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE
MALUF & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
NABY SALEM & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
EXPORTADORA E COMERCIAL PRIMOR LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
CHAGAS E PENHA LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
MARTINS, IRMÃOS & CIA	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
EMPRESA SALINEIRA E DE NAVEGAÇÃO "IGORONHON" S/A.	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
CONTONIFICIO CÂNDIDO RIBEIRO LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
JOSÉ GERUDE & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
COTONIFÍCIO CÂNDIDO RIBEIRO LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	MA
FÁBRICA DE TECIDOS SANTA ISABEL S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	MA
USINA MONTE ALEGRE S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
BEBIDAS SANHAUÁ S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
TITO SILVA S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
EUSTACHIO PEDROSA & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
SIDNEY C. DORE & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
IPELSA- INDÚSTRIA DE CELULOSE E PAPEL DA PARAÍBA S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
MOTTA & IRMÃO	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
CURTUME SANTA ADÉLIA S/A	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
VIUVA MANOEL FRANCISCO DA MOTTA & CIA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
BRASIL OITICA S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
GALDINO PIRES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB

ANDRÉ GADELHA & IRMÃOS.	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
REFINARIA DE ÓLEOS VEGETAIS S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MONTEIRO S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ÓLEOS LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
INDÚSTRIA MECÂNICA YARA LTDA	Indústrias de Equipamentos	Financiamento	PB
CIA. PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
PREMOL INDÚSTRIA & COMÉRCIO LTDA.	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
MINÉRIOS PICUÍ LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
A. RIBEIRO & CIA.	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
CIA. USINAS SÃO JOÃO E SANTA HELENA S/A"	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
INDÚSTRIA NORDESTINA DE FÉCULAS LTDA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
OLON LIRA LINS	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
USINA TANQUES S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
S/A USINA SANTA RITA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
S/A INDÚSTRIA Têxtil e Fibras DE MANDACARU	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
CONTONIFICIO CAMPINENSE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
FIAÇÃO E TECELAGEM ARENÓPOLIS S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
"SOARES DE OLIVEIRA, COMÉRCIO INDÚSTRIA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
ABÍLIO DANTAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
INDÚSTRIA SISALEIRA DO BRASIL S/A - SIBRASIL	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
LUIZ OLIVEIRA & FILHO, SUSC. DA FIRMA LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
OMPANHIA DE TECIDOS PARAIBANA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
CIA. COMÉRCIO E PRENSAGEM DE ALGODÃO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
S/A DE EXPANSÃO COMERCIAL E INDÚSTRIA	Têxtil e Fibras		PB
EMPRESA SALINEIRA E DE NAVEGAÇÃO "IGORONHON" S/A.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB

CEZAR RIBEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
INDÚSTRIA SISALEIRA DO BRASIL S/A (SIBRASIL)"	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
MONTEIRO PAIVA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
A. CARVALHO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
USINA SANTANA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
ALGODOEIRA HORÁCIO NÓBREGA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
S/A INDÚSTRIA TÊXTIL DE MANDACARU	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
indústria Carneiro S/A - Exportadora e Importadora	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
CIA DE TECIDOS RIO TINTO	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
COMPANHIA DE TECIDOS PARAIBANA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
COTONIFÍCIO CAMPINENSE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
FIAÇÃO E TECELAGEM ARENÓPOLIS S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
COMPANHIA INDUSTRIAL DE SISAL.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
BENJAMIM & FILHO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
ANDERSON CLAYTON & CIA LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
D. B. PIRES & ROCHA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
COMPANHIA DE TECIDOS PARAIBANA		Benefícios para importação de equipamentos	PB
FÁBRICA ROSA S/A - INDÚSTRIA DE DOCES E CONSERVAS JOSÉ DIDIER	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
NIÃO DE BEBIDAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
GARANHUNS INDUSTRIAL S/A" (GISA)	Alimentos	Finaciamento	PE
ITAPESCA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA REFRIGERANTES CHUSH DE PERNAMBUCO	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
GENUINO D'ALMEIDA & CIA. LTDA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
RON BACARDI S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
RENDA, PRIORI & CIA. LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FRIGORÍFICO DO NORDESTE S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA DE PRODUTOS	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE

CONFIANÇA S/A			
COMPANHIA PRODUTOS PILAR S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
THOMAZ DE AQUINO & CIA LTDA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
REFRESCOS DO RECIFE S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA INDÚSTRIAS Alimentos S DE PESQUEIRA"	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ROCHA, IRMÃOS & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
NORTE PESCA LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
OMPANHIA DE PESCA NORTE DO BRASIL - COPESBRA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PESCADOS E FRIOS S/A (INBRAPE)	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ORGANIZAÇÃO LEÃO DO NORTE LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDUSTRIALIZADORA NORDESTINA DE FRUTAS LTDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FÁBRICA DE PAPELÃO DO IBURA LIMITADA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
OFICINAS REUNIDAS LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMÉRCIO E INDÚSTRIA FERNANDES LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
A.T.S. FARIAS	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
S/A PERNAMBUCO POWDER FACTORY	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CIA. AGRÍCOLA E PASTORIL DO SÃO FRANCISCO S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DJALMA E RAYMUNDO DA FONTE	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
GRANDES MOINHOS DO BRASIL S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
S/A DE CORTUMES DO RECIFE	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CURTUME SOUZA IRMÃOS S/A	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CORTUME SANTA MARIA S/A	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CURTUME CALIFÓRNIA - ERNESTO RIBEIRO LTDA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
RMÃOS MENDONÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
"VARÊDA LAPENDA S/A - AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA MANUFATORA DE	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE

TECIDOS DO NORTE -FÁBRICA TACARUNA			
FONSECA IRMÃOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA SABÃO E ÓLEOS LUBOSA S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
"INDÚSTRIA E COMÉRCIO MOURA ALVES LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIAS COELHO S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
BOXWELL & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
A. GOMES DA COSTA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
LABORATÓRIOS EDISON BEZERRA S/A	Farmaceutica	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
LABORATÓRIO CÍCERO DINIZ S/A.	Farmaceutica	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
LABORATÓRIO PERNAMBUCANO LIMITADA	Farmaceutica	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
EDMUNDO FONSECA	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
EMPRESA SALINEIRA E DE NAVEGAÇÃO "IGORONHON" S/A.	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
NORBREX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
"F. CONTE S/A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ARTEFATOS DE BORRACHA OK S/A	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA FIAT LUX DE FÓSFOROS DE SEGURANÇA (FIAT LUX)	Indústrias de Equipamentos	Financiamento	PE
INDÚSTRIA DE PARAFUSOS E LAMINADOS INPALA S/A	Indústrias de Equipamentos	Benefícios para importação de equipamentos	PE
ARTEFATOS DE BORRACHA O.K. S/A.	Indústrias de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FERNANDO MARANHÃO	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL S/A	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FÁBRICA DE LADRILHOS DE GRANITO LIMITADA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CERÂMICA BICORÉBA LIMITADA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
S/A. TUBOS BRASILIT (filial)	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA DE AZULEJOS S/A (IASA).	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	PE
CERÂMICA SÃO JOÃO S/A	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
IRINEU & MOREIRA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE

CERÂMICA DOIS IRMÃOS LTDA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FERREIRA COSATA & CIA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CERÂMICA TIMBI LTDA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
LUZARTE ESTRELA LTDA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CUNHA, UCHOA, MACIEL & CIA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
MINERAÇÃO BRASILNORTE S/A	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
V. G. DA COSTA	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
R.C. BARBOSA & CIA	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
GRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO VEREMUNDO SOARES S/A	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
EMPRESA DE PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES S/A (PROFERTIL)	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ELEKEIROZ DO NORDESTE INDÚSTRIA QUÍMICA S/	Química	Financiamento	PE
EXPORTADORA DE SAL CAMOCIM LTDA"	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
SIDERÚRGICA AÇONORTE S/A (AÇONORTE)	Siderurgia	Benefícios para importação de equipamentos	PE
J.A. PIMENTEL	Siderurgia	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA BULÕES LIMITADA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA SANTA THEREZINHA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA MATARY S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
AMORIM, PRIMO & CIA.	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA FREI CANECA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA CENTRAL ÔLHO D'ÁGUA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA PUMATY S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
OMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA BOM JESUS S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA CATENDE S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA ÁGUA BRANCA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA CRUANGI S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA PETRIBÚ S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA BARRA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA ARIPIBU S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE

USINA CAXANGÁ S/A.	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
VIUVA H. BANDEIRA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA MURIBECA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA PEDROZA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA SÃO JOSÉ S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
LUIZ OLIVEIRA & FILHO, SUSC. DA FIRMA LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
CIA. USINA TIÚMA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA UNIÃO E INDÚSTRIA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ESPÓLIO DE JOSÉ PIAUHYLINO GOMES DE MELLO	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
MENDES LIMA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
LATICÍNIOS SANTA MARIA S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
MENDO SAMPAIO S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
A. F. SOARES S/A. AGRO-INDUSTRIAL	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA IPOJUCA S/A.	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA ESTRELIANA S/A."	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
SOCIEDADE DE MOAGENS DO RECIFE LTDA.	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
SOCIEDADE AGRÍCOLA ENGENHO LIBERDADE LTDA.	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA 13 DE MAIO S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA AÇUCAREIRA DE GOIANA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA PUMATY S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios para importação de equipamentos	PE
CONTONIFICIO SANTA RITA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FIAÇÃO E TECELAGEM RIBEIRÃO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA MANUFATORA DE TECIDOS DO NORTE -FÁBRICA TACARUNA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ALGODOEIRA LIMOEIRENSE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA S/A (PERBASA)	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
MINERAÇÃO BRASILNORTE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA INDUSTRIAL PIRAPAMA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMÉRCIO, INDÚSTRIAS RURAIS F. BEZERRA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE

RAUL GUIMARÃES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
NASCIMENTO & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA (C.T.P.)	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COTONIFICIO JOSÉ RUFINO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
SOCIÉTÉ COTONNIÈRE BELGE BRÉSILIENNE	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COTONIFICIO VICTOR DE ARAUJO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
PRODUTOS DO COQUEIRO DE PERNAMBUCO LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
"CIA. FÁBRICA YOLANDA S/A	Têxtil e Fibras	Financiamento	PE
SEVERINO FARIAS & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA MANUFATORA DE TECIDOS DO NORTE	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
TECELAGEM DE SEDA E DE ALGODÃO DE PERNAMBUCO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COTONIFÍCIO CAPIBARIBE S/A.	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
CASAS JOSÉ ARAÚJO S/A (CONFECÇÕES KLASS)	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COTONIFÍCIO VICTOR DE ARAÚJO S/A.	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COMPANHIA INDUSTRIAL PIRAPAMA.	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COMPANHIA FIAT LUX DE FÓSFOROS DE SEGURANÇA		Benefícios para importação de equipamentos	PE
UNIÃO DE BEBIDAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA		Benefícios para importação de equipamentos	PE
RENDA, PRIORI & CIA LTDA.		Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA REUNIDAS OCTAVIANO DUARTE S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
USINA PIRANGI S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
LAGO & CIA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PI
MANOEL DIAS & FILHOS	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PI
ÓLEOS DE PALMA S/A - Sucroalcooleiro L (OLPAILM)	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios para importação de equipamentos	PI
Empresa Industrial Piauiense de Pregos e Caixas LTDA	Indústrias de Equipamentos	Benefícios para importação de equipamentos	PI
MORAES S/A - INDÚSTRIA E	Química	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PI

COMÉRCIO			
L. TEIXEIRA & CIA. LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PI
R. DE SOUZA LIMA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PI
INDÚSTRIAS Alimentos S CARLOS DE BRITTO S/A.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PR
FÁBRICA DE REDES "SANTO ANTÔNIO" LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
"J. MOTTA & CIA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
IA. DE MELHORAMENTO DE MOSSORÓ S/A	Energia	Benefícios para importação de equipamentos	RN
ALFREDO FERNANDES & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
"INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
ANTÔNIO FERREIRA NÊO & CIA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
COMPANHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS S/A - CICOSA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
ALGODOEIRA SÃO MIGUEL S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
COMERCIAL SEBASTIÃO CORREIA DE MELLO S/A"	Farmaceutica	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
EMPRESA INDUSTRIAL GÊSSO MOSSORÓ S/A	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
OCIEDADE ANÔNIMA MINERAÇÃO JERÔNIMO ROSADO	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
MINERAÇÃO BICO D'ARARA S/A	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
MINERAÇÃO TOMAZ SALUSTIANO S/A	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
SINVAL DUARTE PEREIRA	Quimica	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
S/A. MERCANTIL TERTULIANO FERNANDES	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
COMPANHIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
F. SOUTO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S/A"	sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
SALICULTORES DE MOSSORÓ - MACAU LTDA	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
USINA ESTIVAS S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
ARNALDO, IRMÃO & FILHOS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
FIAÇÃO E TECELAGEM MOSSORÓ S/A (FITEMA)	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN

MEDEIROS & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
FIAÇÃO E TECELAGEM MOSSORÓ S/A (FIATEMA)	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	RN
TAVARES & IRMÃO	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
CIA. INDUSTRIAL DE CELULOSE E PAPEL	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
COMPANHIA INDUSTRIAL DE ARACAJU S/A"	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
CIA. CIMENTO PORTLAND DE SERGIPE	Materiais de Construção / Cerâmicas	Financiamento	SE
S. BARRETO & FILHOS - EMPRESA DE MINERAÇÃO	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
ARIOVALDO BARRÊTO	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
SOCIEDADE AGRO INDUSTRIAL USINA CARAÍBAS LIMITADA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
SINA CENTRAL RIACHUELO S/A	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
EMPRESA AGRO INDUSTRIAL LOURDES LTDA.	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
AGRO INDUSTRIAL PASTORIL SERGIPE LTDA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
FIAÇÃO E TECELAGEM DE PROPRIÁ S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
RIBEIRO CHAVES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
RIBEIRO CHAVES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
COMPANHIA INDUSTRIAL DA ESTÂNCIA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO GONÇALO S/A"	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
FÁBRICA DE TECIDOS RIACHUELO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
CONSTÂNCIO VIEIRA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	SE
CONSTÂNCIO VIEIRA & CIA.	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	SE
AGRO-TECELAGEM LARANJEIRAS LTDA.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
Aracaju Fibras LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
RIBEIRO CHAVES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	SE
CONSTÂNCIO VIEIRA & CIA.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
INDÚSTRIAS REUNIDAS PIAUITINGA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE

FRANCO & CIA	Sucroalcooleiro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
--------------	-----------------	--	----

1963			
Projeto	Tipo	Benefício	Local
ANTUNE & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
JOSÉ CAVALCANTI PEDROSA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
L. ANJOS & CIA.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
CONTONIFÍCIO JÃO NOGUEIRA S/A.	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	AL
ARNÓBIO SILVA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	AL
COMPANHIA AGRO -FABRIL MERCANTIL	Têxtil e Fibras	Financiamento	AL
COMPANHIA ALAGOIANA DE FIAÇÃO E TECIDOS	Têxtil e Fibras	Financiamento	AL
MARTINEZ & CIA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
BARRETO DE ARAUJO PRODUTOS DE CACAU	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
FÁBRICA LUANOVA, ARTEFATOS DE PAPEL LTDA.	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
SERRARIA E CARPINTARIA UNIÃO.	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
INDÚSTRIAS DE PAPEIS TORORÓ S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CORTUME SÃO PEDRO LTDA.	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
CORTUME VICTÓRIA LTDA	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
ÓLEOS VEGETAIS DO NORDESTE S/A - OLEVENS	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
OLEÍFERA PIATAN S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
GUIMARÃES & CIA. LTDA.	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	BA
COMPANHIA DE MINERAÇÃO E AGRICULTURA DO SÃO FRANCISCO	Mineração	Financiamento	BA
COMPANHIA QUÍMICA DO RECONCAVO	Química	Financiamento	BA
"CIA. INDUSTRIAL METALÚRGICA DA BAHIA" (CIMBA)	Siderurgia	Financiamento	BA
COMPANHIA EMPÓRICO INDUSTRIAL DO NORTE	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	BA
BRASQUIP S/A - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE QUIPAMENTO		Financiamento	BA

JOSÉ BATISTA LIMA.		Financiamento	BA
CIA. SUL - CEARENSE DE PAPÉIS-SULCEPA	Bens de Consumo	Financiamento	CE
CASEMTO FILHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Extração de Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
SOCIEDADES INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
INDÚSTRIA EXTRATIVA DE ÓLEOS LTDA.	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
EXPORTADORA MACHADO ARAUJO LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Financiamento	CE
BORIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.	Indústria de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
COMPANHIA CEARENSE DE CIMENTO PORTLAND	Materiais de Construção / Cerâmicas	Financiamento	CE
AÇOS CEARENSES S/A (ACESA)	Siderurgia	Financiamento	CE
F. CARNEIRO E MARTINS	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
EXPORTADORA CEARENSE S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
J. MACEDO S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	CE
LUIZ SANTOS & CIA LTDA.	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	CE
CRATEÚS ALGODOEIRA S/A (CASA)	Têxtil e Fibras	Financiamento	CE
CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS ERNESTES.	Têxtil e Fibras	Financiamento	CE
GESSI M. LOPES & CIA. LTDA.		Financiamento	CE
FROTA MELO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO		Financiamento	CE
"BRASIL OITICICA S/A"		Financiamento	CE
POLITEX S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO		Financiamento	CE
SOCIEDADE EXPORTADORA DE CEREAIS LTDA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
RIZICOLA MARANHENSE LTDA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
F. NEVES REGADAS & CIA. LTDA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
OTON DE MELO LIMA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
M. FERREIRA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
IRMÃOS GARCIA FERNANDES	Couro	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
FRANCISCO AGUIAR COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
OLIVEIRA & CIA. LTDA.	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA

COMPANHIA INDUSTRIAL DO TOCANTINS	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
INDÚSTRIA CAXIENSE DE ÓLEOS E DERIVADOS S/A (ICODESA	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
FERREIRA, PENHA & CIA. LTDA.	Indústria de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE CÂNHAMO	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	MA
COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE CÂNHAMO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
COMÉRCIO E INDÚSTRIA IRMÃOS PEREIRA S/A	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
ALGODOEIRA LUIZ DE PAULA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	MA
VIUVA FRANCISCO GOMES DA COSTA & CIA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
AGRO-INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
PAULO MARTINS DE OLIVEIRA	Indústria de Equipamentos		PB
SUNAVE S/A CONSTRUÇÕES NAVAIS E PESCA	Indústria Naval	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PB
COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA (CINCERA)	Materiais de Construção / Cerâmicas	Financiamento	PB
ARTEFATOS DE METAIS "SANCA" LTDA.	Siderurgia	Financiamento	PB
FIAÇÃO BRASILEIRA DE SISAL S/A - PIBRASA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
MONTEIRO PAIVA & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PB
SIBRASIL S/A	Têxtil e Fibras	Financiamento	PB
INDÚSTRIA NORDESTINA DE FÉCULAS LTDA - INORFE		Financiamento	PB
ARTEFATOS DE MADEIRA E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS		Financiamento	PB
COMPANHIA INDUSTRIAL DE PESCA (C.I.P.)	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA ARMADORA DE PESCADOS DO BRASIL S/A-IARPE	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	PE
DISPESCA - DISTRIBUIDORA DE PESCADO DO BRASIL S/A	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ALBERTO COUTINHO	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
MAGUARY LTDA. PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FRIONORTE S/A INDÚSTRIAS DE FRIO E PESCA	Alimentos	Financiamento	PE
CIA. DE PESCA DO NORDESTE (COPENO)	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
JOSÉ GOMES DE MIRANDA	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FREITAS & GUIMARÃES (Laticínios Boa Vista)	Alimentos	Financiamento	PE
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS BALANCEADOS LTDA.	Alimentos	Financiamento	PE

AÇOMÓVEIS LTDA	Bens de Consumo	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA AS/A	Bens de Consumo	Benefícios para importação de equipamentos	PE
INDÚSTRIAS REUNIDAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA.	Bens de Consumo	Financiamento	PE
SABAP DO NORTE S/A, BRASILEIRA DE ARTEFATOS PLÁSTICOS	Bens de Consumo	Financiamento	PE
FÁBRICA DE SACOS MONTANHA LTDA.	Bens de Consumo	Benefícios para importação de equipamentos	PE
INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA S/A	Bens de Consumo	Financiamento	PE
METAL GRÁFICA DO NORTE S/A	Bens de Consumo	Financiamento	PE
W. SIQUEIRA S/A - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Extração e Processamento de Óleos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
ARTEFATOS DE BORRACHA OK S/A	Indústria de Equipamentos	Financiamento	PE
COPERBA	Indústria de Equipamentos	Financiamento	PE
SUNAVE S/A CONSTRUÇÕES NAVAISE PESCA	Industria Naval	Financiamento	PE
COMPANHIA BRASILEIRA DE MAQUINARIA	Industria de Equipamentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FERREIRA COSTA E& CIA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	PE
COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND GOIÁS	Materiais de Construção / Cerâmicas	Benefícios para importação de equipamentos	PE
AGRÍCOLAS LTDA.	Quimica	Financiamento	PE
C. FONTES & CIA. LTDA.	Químico	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
SIDERÚRGICA AÇONORTE S/A	Siderurgia	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA BRASILEIRA DE ESTRUTURAS METÁLICAS - CIBRESME	Siderurgia	Financiamento	PE
E. LUCENA S/A	Siderurgia	Benefícios para importação de equipamentos	PE
S.P.GOMES & CIA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
PERNAMBUCO CONFECÇÕES LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
METALNORTE LIMITADA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FIAÇÃO SANTA TEREZINHA S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
FIAÇÃO E TECELAGEM RIBEIRÃO S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
EDRO PIRES FERREIRA S/A - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PE
COMPANHIA MANUFATORA DE TECIDOS DO NORTE	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
CONTONIFÍCIO CAPIBARIBE S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	PE
INDÚSTRIAS REUNIDAS SÃO FRANCISCO S.A		Financiamento	PE
NORAÇO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAMINADOS		Financiamento	PE

USINA SÃO JOSÉ S/A		Benefícios para importação de equipamentos	PE
INDÚSTRIAS ARROZBRÁS DO NORDESTE LTDA.	Alimentos	Financiamento	PI
ANTONIO JOSÉ DE SOUZA	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	PI
INDÚSTRIA CASTRO & FERREIRA LTDA.		Financiamento	PI
INDÚSTRIA CASTRO & FERREIRA LTDA.		Financiamento	PI
DENEL AVÍCOLA S/A		Financiamento	PI
MOINHOS BRASILEIROS S/A - MOBRASA	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	RN
J. MOTTA & CIA. - CURTUME SÃO FRANCISCO	Couro	Benefícios para importação de equipamentos	RN
CERÂMICA MARTINS RIBEIRO	Materiais de Construção / Cerâmicas	Financiamento	RN
ROLAUTO, IMPORTADORA, EXPORTADORA LTDA	Mineração	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
HENRIQUE LAGE COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
CONFECÇÕES GUARARAPES S/A	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	RN
FIAÇÃO E TECELAGEM MOSSORÓ S/A (FITEMA)	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	RN
NORDESTE INSDUSTRIAL S/A - NORDISA	Têxtil e Fibras	Financiamento	RN
COOPERATIVA SERGIPENSE DE LACTICÍNIOS LTDA	Alimentos	Benefícios para importação de equipamentos	SE
I. TAVARES DE OLIVEIRA & CIA.	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
CIA. CIMENTO PORTLAND DE SERGIPE	Materiais de Construção / Cerâmicas	Financiamento	SE
T. CAMPOS S/A.	Sal	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
COMÉRCIO E INDÚSTRIA PIAUTINGA LTDA	Têxtil e Fibras	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	SE
RIBEIRO CHAVES & CIA.	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	SE
JPEIXOTO GONÇALVES & CIA.	Têxtil e Fibras	Financiamento	SE
J. GONZALEZ	Alimentos	Benefícios sobre os impostos sobre a renda	
FÁBRICA DE TECIDOS NAZARÉ S/A	Têxtil e Fibras	Financiamento	
CIA. AMERICANA INDUSTRIAL DE ÔNIBUS DO NORTE (CAIO-NORTE)		Financiamento	
COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE		Financiamento	
CERÂMICA CIRIRI S/A - CECASA		Financiamento	
AGRINCON S/A - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		Financiamento	

1964			
Projeto	Tipo	Benefício	Local
YGARA INDUSTRIAL E METALÚRGICA S/A		Financiamento	
COMPANHIA DE CARBONOS COLOIDAI (C.C.C.)	Mineração	Financiamento	BA
ARTEFATOS DE BORRACHA MUCAMBO LTDA.	Indústria de Equipamentos	Benefíciospara importação de equipamentos	BA
OTACÍLIO ALEXANDRE & CIA.		Financiamento	
CARLOS ALEXANDRE & CIA.		Financiamento	
CRISTÓVÃO DE LIMA & CIA.		Financiamento	PB
CASA MACHADO S/A.		Financiamento	
CARNEIRO & CIA.		Financiamento	
CONFECÇÕES GUARARAPES	Têxtil e Fibras	Financiamento	RN
IBRASA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MÁRMORES S/A	Mineração	Financiamento	
CIA. FÁBRICA YOLANDA S/A	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	PE
DINIZ & CIA. LTDA.	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	SE
OTHON BEZERRA DE MELLO FIAÇÃO E TECELAGEM	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	AL
COTONIFÍCIO JOSÉ RUFINO S/A		Benefíciospara importação de equipamentos	
S/A AGENOR GORDILHO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	BA
INDÚSTRIAS AVANTE LTDA.		Financiamento	CE
COTONIFÍCIO LEITE BARBOSA S/A	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	CE
CIA. INDUSTRIAL DE VIDROS - CIV	Indústria de Equipamentos	Benefíciospara importação de equipamentos	PE
CAMPINA GRANDE INDUSTRIAL S/A (CANDE)		Financiamento	
CAMOSA		Financiamento	
TINTAS RENNER S/A		Financiamento	BA
CIA. MANUFATORA DE TECIDOS DO NORTE S/A	Têxtil e Fibras	Financiamento	PE
ICESA - INDÚSTRIA DE CERAS (PRODUTOS VEGETAIS) S/A		Financiamento	MA
FRIGORÍFICO NORTE DE MINAS S/A	Alimentos	Financiamento	
SIMWAL S/A INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS	Mineração	Financiamento	
MÁQUINAS PIRATININGA S/A	Sucroalcooleira	Financiamento	PE
METALÚRGICA SEMFIM	Siderurgia	Financiamento	BA
LATICÍNIOS DO NORDESTE S/A	Alimentos	Financiamento	AL
INDÚSTRIA NORDESTINA DE AÇO S/A (INASA)		Financiamento	
ABC - RÁDIO E TELEVISÃO DO NORDESTE S/A		Financiamento	PE
F. CONTE S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO		Financiamento	PE
PRODUTOS VEGETAIS DO PIAUÍ LTDA	Alimentos	Financiamento	PI
CÔCO ALIMENTAR DE ALAGOAS S/A	Alimentos	Financiamento	AL
TUBOS GUARARAPES S/A		Financiamento	PE

S/A TÉCNICA INDUSTRIAL APIPUCOS		Financiamento	PE
ELEKEIROZ DO NORDESTE INDÚSTRIA QUÍMICA S/A	Química	Financiamento	PE
G. MELO & CIA		Financiamento	PB
SILVIO MENDES DE SOUZA		Financiamento	RN
SARONORD S/A - ROUPAS DO NORDESTE	Têxtil e Fibras	Financiamento	CE
ESTAMPARIA E ESMALTAÇÃO NORDESTE S/A - ESMALTEC		Financiamento	CE
FIAÇÃO LUGEMAR S/A	Têxtil e Fibras	Financiamento	PE
COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	PE
TECNOMECÂNICA NORTE S/A - TECNORTE	Indústria de Equipamentos	Financiamento	CE
SINCO DISTRIBUIDORA DE ROUPAS LTDA.	Têxtil e Fibras	Financiamento	BA
ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS UNIÃO S/A - FRIUSA	Alimentos	Financiamento	BA
S/A TÉCNICA INDUSTRIAL APIPUCOS		Financiamento	BA
INDÚSTRIA DE PARAFUSOS LAMINADOS IMPALA S/A		Financiamento	PE
CERÂMICA SANTA TEREZINHA LTDA	Materiais de Construção / Cerâmicas	Financiamento	CE
CIRNE - COMPANHIA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Sal	Financiamento	RN
ÓLEO DE PALMA S/A - AGRO-INDUSTRIAL (OLPALM)	Extração e Processamento de Óleos	Financiamento	BA
IMENSA S/A - INDÚSTRIA METALÚRGICA DO NORDESTE	Siderurgia	Financiamento	PB
RENDA PRIORI & CIA. LTDA.	Bens de Consumo	Financiamento	PE
ARTEFATOS DE BORRACHA MUCAMBO LTDA	Indústria de Equipamentos	Benefíciospara importação de equipamentos	BA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DALMO PEIXOTO S/A		Financiamento	AL
S/A INDÚSTRIA Têxtil e Fibras DE MANDACARU	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	PB
CONSTÂNCIO VIEIRA & CIA. - Comandita por Ações		Financiamento	SE
COMPANHIA FIAT LUX DE FÓSFOROS DE SEGURANÇA	Indústria de Equipamentos	Financiamento	PE
FORTALEZA AÇOS S/A	Indústria de Equipamentos	Financiamento	CE
COMPANHIA USINAS SÃO JOÃO E SANTA HELENA S/A		Financiamento	PB
BRASIL OITICIDA S/A		Financiamento	CE
COMPANHIA SISALEIRA DO CUITÉ - COSITE	Têxtil e Fibras	Benefíciospara importação de equipamentos	PB
SENTINELA CONFECÇÕES S/A	Têxtil e Fibras	Financiamento	PE
CERAS E ÓLEO DA BAHIA LTDA	Extração de Óleos	Financiamento	BA
EXPORTADORA MACHADO ARAÚJO LTDA	Extração e Processamento de Óleos	Benefíciospara importação de equipamentos	CE
INOFA - INDUSTRIALIZADORA NORDESTINA DE FRUTAS LTDA	Alimentos	Financiamento	
INDÚSTRIA E MOAGEM DO CARIRI S/A - IMOCASA		Financiamento	CE
ACUMULADORES MOURA S/A		Financiamento	
FÁBRICA DE SACOS MONTANHA LTDA.	Bens de Consumo	Financiamento	PE
TELES, MARANHÃO & CIA. LTDA.		Financiamento	PE
BARRETO DE ARAÚJO PRODUTOS DE CACAU S/A	Alimentos	Benefíciospara importação de equipamentos	BA

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS NORTE ALAGOAS	Têxtil e Fibras	Benefícios para importação de equipamentos	AL
CARNAFIBRA S/A - CELULOSE DE CARNAÚBA		Financiamento	CE
MONTENEGRO & CIA.		Financiamento	CE
FÁBRICA DE SACOS MONTANHA LTDA	Bens de Consumo	Benefícios para importação de equipamentos	PE
ISOLAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA.		Financiamento	PE
COMPANHIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA S/A - FERBASA	Siderurgia	Financiamento	BA
AGRINCOM S/A - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO		Financiamento	BA
WILLYS OVERLAND DO BRASIL S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA		Financiamento	